



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

KARLA GIMENES ANTIQUERA CARLOS

**OS SERVIÇOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PARA ATENDIMENTO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE
RUA EM TRÊS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE II:
BARIRI, IGARAÇU DO TIETÊ E ITÁPOLIS**

Londrina
2025

KARLA GIMENES ANTIQUERA CARLOS

**OS SERVIÇOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PARA ATENDIMENTO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE
RUA EM TRÊS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE II:
BARIRI, IGARAÇU DO TIETÊ E ITÁPOLIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Públicas da Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Profa. Dra. Olegna de Souza Guedes.

Londrina
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Carlos, Karla Gimenes Antiquera.

Os serviços da política de assistência social para atendimento às pessoas em situação de rua em três municípios de pequeno porte II: Bariri, Igarçu do Tietê e Itápolis / Karla Gimenes Antiquera Carlos. - Londrina, 2025.

192 f.: il.

Orientador: Olegna de Souza Guedes.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2025.

Inclui bibliografia.

1. Política de assistência social; pessoas em situação de rua; municípios de pequeno porte. - Tese. I. GUEDES, OLEGNA DE SOUZA. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. III. Título.

CDU 36

KARLA GIMENES ANTIQUERA CARLOS

**OS SERVIÇOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PARA ATENDIMENTO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE
RUA EM TRÊS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE II:
BARIRI, IGARAÇU DO TIETÊ E ITÁPOLIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Públicas da Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dra Olegna de Souza Guedes
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Mileni Alves Secon
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Sandra Lourenço de Andrade
Fortuna
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 10 de setembro de 2025.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela oportunidade de cursar o Mestrado, após quase 6 anos afastada do meio acadêmico, trajetória que parecia bastante distante. Esses dois anos se resumem em dias de preocupação, de tristeza pelos momentos que precisei estar distante das pessoas que amo, de desafios, durante a permanência por alguns dias na cidade que mal conhecia, convivendo em locais e com pessoas desconhecidas, retornando para casa de carona com pessoas que nunca tinha convivido para chegar um pouco mais rápido em casa. Em todo esse percurso, o Senhor me guardou, gratidão por isso.

Por outro lado, concomitantemente, foram dias de superação e amadurecimento, de alegria por cada etapa vencida, conhecimentos adquiridos, além das experiências compartilhadas. Pessoas que jamais esquecerei cruzaram o meu caminho e tornaram esse trajeto um pouco mais leve. Gratidão, Márcia Fernanda dos Santos e Cláudia Fernandes, quantas caronas compartilhadas que permitiram me sentir mais segura durante a permanência em Londrina.

Iniciei esse caminho pela fé, sabendo que se as portas se abriram a boa obra o Senhor completaria e assim foi. Deus proveu todas as coisas, me abençoando de tal forma que alcancei a restituição dos gastos que obtive com as despesas em viagem e permanência em Londrina. Ele é bom em todo tempo e faz além do que pedimos e imaginamos.

Agradeço minha família, sem vocês essa jornada seria bem mais difícil, em especial agradeço meu esposo, que desde o momento que o conheci sempre acreditou no meu potencial, me motivando para alcançar os meus sonhos, seu incentivo foi essencial para todas as minhas conquistas. Gratidão pelo cuidado com o nosso filho nos momentos que precisei me ausentar.

Não tenho palavras para agradecer a você Daniel, meu filho, pois mesmo pequeno e sempre grudado na mamãe, você foi um menino de coragem que conseguiu entender os momentos que estive ausente, você é minha grande alegria e o motivo pelo qual permaneço sempre buscando o melhor para nossa família.

Não posso deixar de agradecer aos meus pais, que sempre fizeram o possível para me oferecer o melhor, investindo na minha educação e em meus sonhos e até hoje, me oferecem todo o apoio que preciso. Gratidão sempre.

Marcela, minha irmã, você também é meu porto seguro, agradeço pelos momentos que ouviu minhas angústias e me incentivou a continuar, pela força que sempre me deu e pelo cuidado com o meu pequeno em alguns momentos, para que eu pudesse me dedicar aos trabalhos acadêmicos e na escrita dessa dissertação.

Gratidão, também, ao meu sobrinho João Vitor, que me apoiou nessa caminhada, através da formatação do meu notebook em vários momentos e me auxiliou no uso de ferramentas tecnológicas que não tenho domínio.

O apoio do meu sogro e da minha sogra, também foi essencial durante esse trajeto, gratidão por todas as noites e dias que cuidaram do Daniel enquanto estive distante, sem vocês essa jornada seria bem mais difícil.

Agradeço minha cunhada que também contribuiu com os cuidados com o meu filho, em especial, nos primeiros dias de sua adaptação ao dormir distante de mim.

Os cuidados com o Daniel também foram compartilhados com algumas amigas, obrigada Paula Santos Matiello e Gislane Pereira, pelos momentos de cuidado com meu pequeno e pelas conversas e passeios que me permitiram distrair um pouco nessa trajetória que, por vezes, se tornou bastante cansativa.

Minha gratidão à colega Geisa Araújo de Almeida Sbaraglini que me incentivou a retomar a trajetória acadêmica e transmitiu várias orientações que abriram as portas para meu ingresso no Mestrado, bem como, me apresentou para pessoas que foram essenciais nessa caminhada.

Agradeço à professora Adriana Giaqueto Jacinto, que me permitiu participar como aluna especial de sua disciplina Trabalho do/a Assistente Social e a Dimensão Educativa do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UNESP – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus de Franca, período que contribui com a ampliação dos meus conhecimentos e foi contabilizado na minha trajetória do Mestrado na Universidade Estadual de Londrina - UEL, reduzindo assim, os momentos distantes de casa. Gratidão, também, pela oportunidade de participar do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a dimensão educativa no trabalho social - GEDUCAS / Unesp Franca / SP.

Agradeço também às professoras Maria Inês Fontana e Ellen Francinne de Oliveira Rossetto Silva, por permitirem a minha participação no Grupo de Estudo e Pesquisa em Política Pública de Assistência Social (GEPPAS) do Curso

de Serviço Social da Instituição Toledo de Ensino (ITE) Bauru / SP, contribuindo com o desenvolvimento da minha trajetória acadêmica.

Não posso deixar de agradecer às colegas Ana Cristina De Carvalho Sales Toledo e Elaine Freitas que foram minhas companhias no trajeto entre Bauru e Franca, no período que estive como aluna especial na Unesp de Franca e me motivaram a permanecer nessa jornada, vocês foram o grande incentivo para minha retomada aos estudos, sem vocês acho que seria bem mais difícil esse retorno.

Gratidão à professora Pétala Verginie, que me incentivou em todos os principais momentos da minha trajetória do Mestrado, seu apoio e trabalho foram essenciais para o alcance dessa conquista.

Agradeço também minha orientadora professora Olegna de Souza Guedes, da Universidade Estadual de Londrina – UEL, que me acolheu em Londrina e até me levou quando precisei até a rodoviária, gestos como este, permanecem para sempre na memória. Agradeço sua atenção, suas orientações, através da sua contribuição e supervisão essa dissertação se tornou realidade.

Gratidão às professoras Andréa Pires Rocha e Sandra Lourenço de Andrade Fortuna da Universidade Estadual de Londrina – UEL, por compartilharem comigo suas vivências em Bauru e pela acolhida em Londrina, vocês me fizeram sentir mais segura para seguir a minha trajetória.

Professora Andréa, suas orientações enquanto professora da disciplina Direitos Humanos, Tensões e Resistências e como coordenadora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Públicas da Universidade Estadual de Londrina – UEL foram essenciais para minha trajetória acadêmica.

Professora Sandra, além do acolhimento proporcionado, suas orientações através das aulas na disciplina Pesquisa Social e Produção do Conhecimento em Serviço Social e suas contribuições, enquanto banca, durante o procedimento de qualificação e defesa da minha dissertação foram essenciais para condução da minha pesquisa.

Gratidão à professora Mileni Alves Secon, suas contribuições enquanto banca durante o procedimento de qualificação e defesa da minha dissertação, foram essenciais para o direcionamento da minha pesquisa.

Agradeço aos demais professores que conheci da Universidade Estadual de Londrina – UEL, os conhecimentos compartilhados e a forma que me acolheram permanecerão registrados na minha memória.

Ao Francisco Carlos Navarro, secretário-executivo da Secretária de Pós-Graduação Stricto Sensu do Centro de Estudos Sociais Aplicados – Cesa da UEL, mais conhecido como Chico, gratidão pelas orientações que me auxiliaram muito nesse percurso.

Agradeço aos colegas que me acompanharam em algumas disciplinas do Mestrado, Suellen Galvan; Everton Yukita; Nara Ribeiro; Carla Laranjeira Ribeiro; Márcia Fernanda dos Santos; Cláudia Fernandes e demais colegas de sala que não conseguirei nomear todos aqui, as trocas compartilhadas, a companhia nos momentos de intervalo, permitiram que essa caminhada se tornasse mais leve em alguns momentos.

Gratidão aos colegas de trabalho do Núcleo de Assessoria Técnica – NAT do Ministério Público do Estado de São Paulo – MP SP, às profissionais que integram à coordenação do núcleo, às colegas do NAT Bauru e aos colegas que integram o grupo de trabalho na temática “Pessoa em Situação de Rua” (GT NAT POPrua), a troca de conhecimentos com vocês foi essencial para a condução dessa pesquisa. Agradeço em especial, às colegas do NAT Bauru, pelo apoio nos momentos que precisei adequar meus dias de trabalho para conciliar a permanência nas disciplinas do Mestrado.

Aos sujeitos participantes dessa pesquisa minha eterna gratidão, pela receptividade e disponibilidade em contribuir com essa pesquisa, espero que as considerações aqui apresentadas contribuam para o aprimoramento do atendimento às pessoas em situação de rua de cada município participante dessa pesquisa.

CARLOS, Karla Gimenes Antiquera. **Os serviços da política de assistência social para atendimento às pessoas em situação de rua em três municípios de pequeno porte II: Barigui, Igarçu do Tietê e Itápolis.** 2025. 192 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

RESUMO

Essa dissertação é resultado de uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa, que visa conhecer os serviços da política de assistência social para atendimento das pessoas em situação de rua em três municípios de pequeno porte II: Bariri, Igarçu do Tietê e Itápolis. Sua elaboração foi baseada no referencial bibliográfico que aborda a temática em discussão, na realização da pesquisa documental e a partir de uma pesquisa de campo. Nesta última, foram coletados dados a partir da realização de entrevista semiestruturada com as pessoas em situação de rua atendidas pelos serviços socioassistenciais, com as gestoras da política de assistência social e com as profissionais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS de cada município. Os dados coletados foram classificados a partir de eixos analíticos. A pesquisa tem por objetivo geral refletir sobre a política de assistência social na defesa dos direitos das pessoas em situação de rua nos municípios em questão. A partir deste, foram construídos os objetivos específicos os quais seguem: identificar as estratégias e ações realizadas pela política de assistência social nos municípios de pequeno porte II - Bariri, Igarçu do Tietê e Itápolis para atendimento das pessoas em situação de rua; refletir sobre as particularidades da política de assistência social na defesa dos direitos dessas pessoas (potencialidades e desafios) e levantar a percepção dos sujeitos alvo da pesquisa sobre a singularidades existentes na relação da política de assistência social com rede intersetorial, no atendimento às pessoas em situação de rua de cada localidade. Ademais, a pesquisa está estruturada em quatro capítulos, os quais abordam: a análise breve da realidade sócio-histórica da população em situação de rua no Brasil; apresentam características dos municípios que são alvo da pesquisa e a individualidade das pessoas em situação de rua nesses municípios; a especificidade da política de atendimento às pessoas em situação de rua, no âmbito da assistência social. O último capítulo trata da peculiaridade desses serviços nos municípios de pequeno porte e se refere ao objeto central dessa pesquisa. Além de apresentar considerações sobre o trabalho intersetorial com as demais políticas públicas. A partir da realização das entrevistas e da realização da análise de dados, observa-se indícios que apontam para necessidade de investimento das gestões municipais para estruturação dos serviços existentes, no sentido de favorecer o trabalho efetivado junto às pessoas em situação de rua, em conformidade com a perspectiva de efetivação de direitos. Os dados coletados indicam a necessidade de se pensar em estratégias que possibilitem a ampliação das formas de atendimento destinadas ao respectivo público. Nesse sentido, marca-se que a oferta de serviços regionalizados de alta complexidade pode se apresentar como uma alternativa potente, para atendimento das pessoas dessas localidades, realidade que merece ser alvo de maiores reflexões e discussões. Tratando da relação existente entre a política de assistência social e as demais políticas públicas, identifica-se como necessário o desenvolvimento de um trabalho

integrado entre os profissionais que compõem os diversos serviços da rede, para efetivação dos direitos básicos dessa população.

Palavras-chave: política de assistência social; pessoas em situação de rua; municípios de pequeno porte.

CARLOS, Karla Gimenes Antiquera. **Social Assistance Policy Services for Homeless People in Three Small Municipalities II: Bariri, Igarçu do Tietê, and Itápolis.** 2025. 192 p. Dissertation (Master's in Social Work and Social Policy) – Center for Applied Social Studies, State University of Londrina, Londrina, 2025.

ABSTRACT

This dissertation is the result of descriptive, qualitative research aimed at understanding social assistance policy services for homeless people in three small municipalities: Bariri, Igarçu do Tietê, and Itápolis. Its development was based on the bibliographic references that address the topic under discussion, documentary research, and field research. In the latter, data were collected through semi-structured interviews with homeless people served by social assistance services, social assistance policy managers, and professionals from the Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS) in each municipality. The collected data was classified based on analytical axes. The overall objective of the research is to reflect on social assistance policy in defending the rights of homeless people in the municipalities in question. Based on this, the following specific objectives were established: to identify the strategies and actions implemented by social assistance policy in small municipalities II—Bariri, Igarçu do Tietê, and Itápolis—to serve homeless people; to reflect on the particularities of social assistance policy in defending the rights of these individuals (potentials and challenges); and to assess the perceptions of the research subjects regarding the unique relationships between social assistance policy and the intersectoral network in serving homeless people in each location. Furthermore, the research is structured in four chapters, which address: a brief analysis of the socio-historical reality of the homeless population in Brazil; a presentation of the characteristics of the target municipalities and the individuality of homeless people in these municipalities; and the specificity of the policy for serving homeless people within the scope of social assistance. The final chapter addresses the uniqueness of these services in small municipalities and refers to the central objective of this research. It also presents considerations on intersectoral work with other public policies. Based on interviews and data analysis, evidence suggests the need for municipal administrations to invest in structuring existing services to promote work with homeless people, in line with the goal of realizing their rights. The data collected indicate the need to develop strategies that enable the expansion of services provided to this population. In this sense, the provision of highly complex regionalized services can be a powerful alternative for serving people in these areas, a reality that deserves further reflection and discussion. Considering the relationship between social assistance policy and other public policies, it is identified as necessary to develop integrated work among the professionals who make up the various services within the network to ensure the basic rights of this population.

Key-words: social assistance policy; homeless people; small municipalities.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 -	Microrregiões e Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS) do Estado de São Paulo.....	53
-----------------	--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados sobre o total de municípios com grupos populacionais, tradicionais e específicos – GPTE por DRADS que integram a área regional de Bauru do ministério público do Estado de São Paulo – MPSP	57
Tabela 2 - Serviços Sociassistenciais existentes no município de Bariri.....	93
Tabela 3 - Programas existentes no município de Bariri	94
Tabela 4 - Parâmetros para composição da equipe de referência do CREAS	99
Tabela 5 - Serviços Sociassistenciais existentes no município de Igaraçu do Tietê	104
Tabela 6 - Programas existentes no município de Igaraçu do Tietê	105
Tabela 7 - Serviços Sociassistenciais existentes no município de Itápolis.....	111
Tabela 8 - Programas existentes no município de Itápolis	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APS	Atenção Primária à Saúde
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADÚnico	Cadastro Único
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial – CAPS
CadSUAS	Cadastro Nacional do SUAS
Centro POP	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde
CEC	Fundecitrus Centro de Educação
CECAD	Consulta, Seleção e Extração de Informações do CADÚnico
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
CREAS	Centros de Referência Especializado de Assistência Social
CRI	Centro de Referência do Idoso
COVID-19	Infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-COV-2
DRADS	Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social
EMulti	Equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde
ESF	Estratégia ou Equipe de Saúde da Família
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
GPTE	Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPRS	Índice Paulista de Responsabilidade Social
LA	Liberdade Assistida
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MPSP	Ministério Público do Estado de São Paulo
NAT	Núcleo de Assessoria Técnica Psicossocial
NOB	Normas Operacionais Básica
NOB SUAS	Normas Operacionais Básica do Sistema Único de Assistência Social
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos

PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Famílias
PEAT	Programa Emergencial de Acesso ao Trabalho
PBF	Programa Bolsa Família
PMAS	Planos Municipais de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNPSR	Política Nacional para a População em Situação de Rua
PSB	Proteção Social Básica
PSC	Prestação de Serviço a Comunidade
PSE	Proteção Social Especial
P1	Pequeno Porte I
P2	Pequeno Porte II
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
RMA	Registro Mensal de Atendimentos da Assistência Social
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SINAN	Sistema de Informação de Agravos e Notificação
SISAB	Saúde Sistema de Informação em Saúde para Atenção Básica
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social –
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA COMO EXPRESSÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL ESTRUTURANTE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	27
2.1	Particularidades sobre as pessoas em situação de rua no Brasil	37
2.2	Particularidades sobre as pessoas em situação de rua na contemporaneidade	47
3	A REGIÃO DE BAURU (SP): APROXIMAÇÕES À REALIDADE VIVENCIADA PELAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	52
3.1	Caracterização dos municípios de Bariri, Igarapu do Tietê e Itápolis e as particularidades vivenciadas pelas pessoas em situação de rua desses	58
3.1.1	Caracterização do município de Bariri.....	58
3.1.2	Caracterização das pessoas em situação de rua de Bariri	60
3.1.3	Caracterização do município de Igarapu do Tietê	66
3.1.4	Caracterização das pessoas em situação de rua de Igarapu do Tietê	68
3.1.5	Caracterização do município de Itápolis.....	71
3.1.6	Caracterização das Pessoas em Situação de Rua de Itápolis	74
4	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: MARCOS HISTÓRICOS E NORMATIVOS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA.....	77
4.1	Serviços que integram a proteção básica e especial.....	85
5	AS PARTICULARIDADES DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NOS MUNICÍPIOS DE BARIRI, IGARAÇU DO TIETÊ E ITÁPOLIS	93

5.1	Caracterização da rede socioassistencial do município de Bariri.....	93
5.1.1	Atendimento das pessoas em situação de rua em Bariri	95
5.1.2	Desafios e potencialidades observadas na organização estabelecida pela política de assistência social para efetivação dos direitos das pessoas em situação de rua em Bariri	99
5.2	Caracterização da rede socioassistencial do município de Igarapu do Tietê.....	104
5.2.1	Atendimento das pessoas em situação de rua em Igarapu do Tietê	105
5.2.2	Desafios e potencialidades observadas na organização estabelecida pela política de assistência social para efetivação dos direitos das pessoas em situação de rua em Igarapu do Tietê	109
5.3	Caracterização da rede socioassistencial do município de Itápolis.....	111
5.3.1	Atendimento das pessoas em situação de rua em Itápolis	113
5.3.2	Desafios e potencialidades observadas na organização estabelecida pela política de assistência social para efetivação dos direitos das pessoas em situação de rua em Itápolis.	120
5.4	A produção de informações como ferramenta para gestão do SUAS em âmbito nacional e a realidade apresentada pelos municípios de Bariri, Igarapu do Tietê e Itápolis	122
5.5	A política de assistência social e as demais políticas públicas na defesa dos direitos das pessoas em situação de rua	125
5.6	A política de assistência social e as demais políticas públicas na defesa dos direitos das pessoas em situação de rua. as particularidades apresentadas pelos municípios de Bariri, Igarapu do Tietê e Itápolis	140
5.6.1	As particularidades do trabalho intersetorial direcionado ao atendimento das pessoas em situação de rua no município de Bariri	140

5.6.2	As particularidades do trabalho intersetorial direcionado ao atendimento das pessoas em situação de rua no município de Igarapu do Tietê	144
5.6.3	As particularidades do trabalho intersetorial direcionado ao atendimento das pessoas em situação de rua no município de Itápolis.....	147
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
	REFERÊNCIAS	158
	ANEXO I	169
	ANEXO II	171
	ANEXO III	174
	ANEXO IV	176
	ANEXO V	179
	ANEXO VI	182
	ANEXO VII	184

1. INTRODUÇÃO

A vivência /permanência de pessoas em situação de rua, se mostra resultado de diversos fatores que permeiam as relações vivenciadas na sociabilidade vigente e se constitui uma expressão da questão social, a qual é proveniente do modo de reprodução do sistema capitalista que exclui significativa parcela da população do acesso aos bens e serviços produzidos na sociedade. Historicamente formas diversas de gerenciamento dessa expressão da questão social foram construídas em nosso país. Contudo, nessa pesquisa, voltamo-nos à contemporaneidade e particularmente a seu gerenciamento em municípios de pequeno porte II.

No decorrer dessa dissertação serão apresentados dados que indicam que com o passar dos anos, o número de pessoas em situação de rua tem se ampliado, havendo maior concentração de pessoas nessa condição nos municípios de maior porte, porém essa população se faz presente nas localidades de menor porte.

Tal realidade se expressa a partir das informações apresentadas pelo documento denominado “População em situação de rua - Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do governo federal” (2023), doravante denominado como “Diagnóstico”, o qual indica que no ano de 2022, somavam-se no total 3.354 dos municípios brasileiros com pelo menos uma pessoa em situação de rua, o que corresponde a 64% do total de municípios do país.

Vale destacar, que 88% das cidades brasileiras integram a categoria de municípios de pequeno porte I e II, segundo dados apresentados pelo documento denominado “SUAS 10 Diversidade no Suas: realidade, respostas, perspectivas” (2015).

Observa-se pelas informações expostas, que em 2022 já se apresentavam expressivos os dados referentes a existência de pessoas em situação de rua nos municípios brasileiros, incluindo aqueles de menor porte, localidades que integram um quantitativo significativo de municípios do país.

Cabe registrar, que não foi possível identificar dados atuais que indiquem a concentração dessas pessoas pelos municípios brasileiros, porém, ao considerar o agravamento das desigualdades sociais no decorrer dos anos e o aumento do quantitativo de pessoas em situação de rua, acredita-se que houve um aumento do número de municípios com pessoas nessas condições e que a ausência de dados sobre essa realidade, se mostra reflexo do descaso dos governantes com a situação

vivenciada pelas pessoas em situação de rua, em especial, daquelas que se encontram em municípios de menor porte.

Tal cenário demanda reflexões sobre a implementação e gestão das políticas públicas frente à defesa de direitos desse público. A vivência/ permanência de pessoas em situação de rua apresenta questões multifacetadas, realidade que demanda a atuação integrada de várias políticas como saúde, assistência social, habitação, entre outras. O trabalho nessa perspectiva é assegurado pelo Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (CIAMP-Rua).

Tendo em mente que a atuação desse comitê se mostra importante no direcionamento das ações voltadas ao respectivo público, vale salientar aqui, que para garantir a atuação intersetorial esse comitê deve ser composto por áreas diversas do poder público, além de representantes de entidades e movimentos sociais, conforme aponta o Decreto nº 11.472, de 6 de abril de 2023, o qual altera o Decreto nº 9.894, de 27 de junho de 2019. Ademais, a normativa em destaque, indica que compete ao respectivo comitê:

“Art. 2º Ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, órgão consultivo do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, compete:
VII - propor formas de estimular a criação, o fortalecimento e a integração entre os comitês estaduais, distrital e municipais de acompanhamento e monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua;
VIII - organizar, periodicamente, encontros nacionais para avaliar e formular ações para a consolidação da Política Nacional para a População em Situação de Rua; e
IX - elaborar e aprovar o seu regimento interno.” (NR)

Registra-se que a PNPSR (2009) prevê que os entes da Federação que aderirem à política devem instituir a criação de Comitês Gestores Intersetoriais locais, integrados por representantes das áreas distintas que possuem envolvimento com o atendimento às pessoas em situação de rua.

O documento “Plano Nacional Ruas Visíveis População em situação de rua Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua” indica que a decisão liminar proferida pelo Supremo Tribunal Federal - STF na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 976 de 2023, determina a observância imediata, pelos estados, Distrito

Federal e municípios, das diretrizes contidas na PNPSR, independentemente de adesão formal.

Diante do exposto, verifica-se que o enfrentamento da realidade vivenciada pelas pessoas em situação de rua deve ser alvo de atenção de todos os municípios, de modo que é indicado o envolvimento de todas as políticas públicas no atendimento dessa população. Considerando a diversidade de ações que se encontram sob o escopo de atuação das diversas políticas públicas voltadas ao atendimento das pessoas em situação de rua, para efetivação da presente pesquisa, optou-se por delimitar os estudos sobre a implementação e gestão da política de assistência Social, mais especificamente, sobre os serviços que integram essa política, direcionados ao atendimento à essas pessoas.

Registra-se que o interesse em aprofundar os estudos sobre os serviços da política de assistência social no atendimento a esse público foi motivado por diversos fatores, dentre os quais, destaca-se: experiência da pesquisadora com trabalho na respectiva política, na Prefeitura Municipal de Bauru / SP, oportunidade que contribuiu para o conhecimento de aspectos do trabalho desenvolvido para atendimento às pessoas em situação de rua. Essa experiência possibilitou a atuação junto à população em tela por curto período, nas ações de busca ativa noturnas efetivadas pelo Serviço Especializado em Abordagem Social do município; à época, executado pelo poder público municipal.

Outro ponto que fomentou o interesse pelo aprofundamento dos conhecimentos sobre essa temática corresponde à atuação profissional da pesquisadora no Ministério Público do Estado de São Paulo - junto ao Núcleo de Assessoria Técnica Psicossocial – NAT área regional de Bauru¹, a qual possibilitou a realização de algumas intervenções junto aos Serviços de Acolhimento Institucional para pessoas em situação de rua, em distintos municípios que integram essa região. Além desse fato, a participação no grupo de estudo, desenvolvido por assistentes sociais e psicólogos do MP, direcionado ao estudo do tema em questão, também provocou o interesse pela realização dessa pesquisa.

¹ O Núcleo de Assessoria Técnica Psicossocial - NAT, assume a realização da assessoria técnica aos órgãos de execução e de assessoria do MP, frente à análise e avaliação da implantação, implementação e execução de políticas públicas. A atuação do núcleo e regulamentada pela Resolução nº 1.546/2022-PGJ, de 03 de novembro de 2022 e ocorre a nível regional.

Nas intervenções e discussões efetivadas no cotidiano de trabalho sobre a realidade das pessoas em situação de rua, foi possível visualizar que o atendimento dessa população se apresenta complexo; realidade que exige esforços dos municípios para estruturação do atendimento dessa população.

Cabe acrescentar ainda, que a escolha da temática dessa pesquisa foi motivada, também, pelo fato da política de assistência social possuir uma rede ampla e estruturada de serviços de referência para essa população tais como: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Serviço Especializado de Abordagem Social, Serviço Especializado para pessoas em situação de rua - Centro Pop, Serviço de Acolhimento Institucional entre outros, realidade que se diferencia das demais políticas públicas vigentes.

Vale destacar que a existência desses serviços se constitui uma realidade visível em municípios de médio e de grande porte, além das metrópoles. Tal cenário fomentou o interesse de conhecer a realidade vivenciada por municípios que possuem um quantitativo reduzido de serviços para atendimento dessa população, ou seja, os municípios de pequeno porte II, os quais, geralmente possuem implantado apenas o CREAS como unidade de referência no atendimento desse público.

Diante da situação de desproteção social que as pessoas em situação de rua vivenciam diariamente, salienta-se, que a política de assistência social tem por funções a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos e organiza-se através de um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social – SUAS, essa política se organiza a partir dos seguintes princípios:

Art. 3º São princípios organizativos do SUAS (NOB SUAS 2012):

I- Universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;

II - Gratuidade: a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida, observado o que dispõe o art. 35, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso;

III - Integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV- Intersetorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais;

V- Equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

Os princípios organizativos da política de assistência social preveem questões relevantes que determinam a forma de atuação dessa política e sua relação com as demais políticas públicas, ademais, abrangem a necessidade do olhar específico para diversidade existente nos territórios. Aponta-se ainda, que a concepção da assistência social como política pública apresenta como principais pressupostos a territorialização, a descentralização e a intersectorialidade (PNAS, 2004 p. 44).

Com base nos princípios e pressupostos apresentados pela respectiva política, fundamentou-se os caminhos pensados para construção dessa pesquisa. Ademais, o processo de escolha dos municípios participantes dessa pesquisa resultou na sistematização dos dados que retratam a realidade dos 80 municípios que integram a área regional de Bauru². Esses dados indicaram que, dentre o quantitativo total de municípios dessa região, 56 se caracterizam como municípios de pequeno porte I; 16 municípios são considerados como de pequeno porte II; de médio porte são 3 municípios e de grande porte são 5, entre os quais destaca-se o município de Bauru.

O quantitativo de municípios de pequeno porte I se mostra expressivo na região, seguido dos municípios de pequeno porte II. Ainda que se apresente mais reduzido o quantitativo de municípios de pequeno porte II, a escolha pelo estudo sobre os serviços que integram a política de assistência social destinados ao atendimento das pessoas em situação de rua desses municípios deu-se pela relevância dessa política para garantia de proteção social às pessoas em situação de rua, realidade a qual se mostra pouco explorada pelos pesquisadores.

A partir do levantamento do quantitativo de pessoas em situação de rua nos 16 municípios de pequeno porte II que integram essa região, optou-se pela efetivação do presente estudo junto aos municípios de Agudos, Bariri, Igarçu do Tietê e Itápolis; porém, apenas os três últimos municípios citados, disponibilizaram, em tempo hábil, a documentação necessária para autorização dessa pesquisa pelo comitê de ética da UEL.

Cabe registrar, que entre os critérios adotados para escolha desses municípios, considerou-se os seguintes aspectos: expressivo quantitativo de pessoas em

² De acordo com as informações dispostas pelo Ministério Público do Estado de São Paulo. Disponível em:

https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Promotorias_de_Justica/regioes_adm/relacoes_regionais/el_regionais_bauru/mapa_bauru Acesso em 11 de jun. de 2024.

situação de rua; distância menor que 150 km de Bauru; ausência de serviços de acolhimento institucional para atendimento de pessoas em situação de rua, além da existência de unidade do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

Ademais, registra-se que a presente pesquisa cujo objeto é a política de assistência social na defesa dos direitos das pessoas em situação de rua nos municípios de pequeno porte II, abordará apenas a realidade destes municípios. A partir desse objeto, a pesquisa se orientará pela seguinte questão norteadora: Quais as ações efetivadas pela política de assistência social, na defesa dos direitos das pessoas em situação de rua nos municípios de pequeno porte II ?

O objetivo da pesquisa é refletir sobre a política de assistência social na defesa dos direitos das pessoas em situação de rua em municípios de pequeno porte II, tendo como base a realidade apresentada pelos municípios de Bariri, Igarçu do Tietê e Itápolis. E, para orientar essa reflexão elegeu-se os seguintes objetivos específicos: Identificar estratégias e ações realizadas pela política de assistência social nos municípios de pequeno porte II - Bariri, Igarçu do Tietê e Itápolis para atendimento das pessoas em situação de rua; refletir sobre as particularidades da política de assistência social na defesa dos direitos das pessoas em situação de rua (potencialidades e desafios); e levantar a percepção dos sujeitos alvo da pesquisa sobre a singularidades existentes na relação da política de assistência social com rede intersetorial, no atendimento às pessoas em situação de rua de cada localidade.

Para responder esses objetivos, a presente pesquisa se classifica como descritiva e de natureza qualitativa. A pesquisa foi construída a partir de acesso a referencial bibliográfico que aborda a temática em discussão, de pesquisa documental e de campo. No que tange à pesquisa descritiva, vale indicar aqui as considerações apresentadas por GIL (2008, p.28):

As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Dentre as pesquisas descritivas salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda, estado de saúde física e mental etc. Outras pesquisas deste tipo são as que se propõem estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra etc.

São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população.

O respectivo autor indica, ainda, que existem pesquisas descritivas que servem mais para proporcionar uma nova visão do problema, desse modo, espera-se que esse estudo contribua com a forma de visualizar a política de assistência social na efetivação dos direitos das pessoas em situação de rua em municípios de pequeno porte.

No que se refere à abordagem qualitativa, Minayo (2002, p. 21) descreve importantes considerações sobre o respectivo método de pesquisa:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Tendo em mente que a realidade das pessoas em situação de rua se apresenta multifacetada, considerando a relevância da participação social desse público nas questões que lhes dizem respeito, com o intuito de contemplar o lema “Nada sobre a rua, sem a rua”, optou-se por entrevistar algumas pessoas que se encontram em situação de rua de cada município participante dessa pesquisa, portanto, essa dissertação apresenta alguns relatos de como essa situação é enfrentada por essa população, bem como, as ações e estratégias efetivadas pelos profissionais que atuam na política de assistência social dos municípios, para disponibilizar ao respectivo público o acesso aos seus direitos.

Registra-se aqui, que a escolha pela realização da pesquisa documental deu-se com o objetivo de compreender as particularidades do atendimento às pessoas em situação de rua pela política de assistência social, a partir de informações veiculadas em reportagens de jornais, entre outros meios de comunicação e do acesso as normativas existentes e dados de atendimentos disponíveis em sites oficiais que tratam da realidade desses municípios.

De acordo com Gil (2008, p. 51), esse tipo de pesquisa abarca os materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. O autor considera a existência de dois tipos de documentos, aqueles que não receberam qualquer tratamento analítico, como os

documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc; e os documentos que de alguma forma já foram analisados, entre os quais destaca-se os relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc.

Quanto ao acesso ao referencial bibliográfico que trata do tema, a partir do aprofundamento teórico, foi possível sistematizar as informações relevantes sobre os marcos históricos e marcos legais sobre o atendimento a usuários dessa política que estão em situação de rua, de modo, tal acesso, possibilitou qualificar a metodologia utilizada para coleta e análise dos dados.

Ainda com relação à execução da pesquisa de campo, cabe mencionar aqui as considerações realizadas por OLIVEIRA (2017, p. 176):

O campo não é uma coisa, não é um lugar, nem uma categoria social, um grupo étnico ou uma instituição. É talvez tudo isso, segundo o caso, mas é antes de tudo um conjunto de relações pessoais com as quais 'aprendemos coisas'. 'Fazer pesquisa de campo' é estabelecer relações pessoais com quem não conhecemos anteriormente, junto de quem chegamos um pouco na marra. É então preciso convencer da lisura de nossa presença pelo fato de que eles nada têm a perder mesmo se também não tem grande coisa a ganhar, sobretudo que eles não correm nenhum risco. As relações podem ser harmoniosas, amigáveis com uns, conflitivas com outros. Nada de conhecimento íntimo de um tema sem conhecimento das pessoas. Logo, não há saber sem relações. Eu não procurarei defender a ideia de que se trata de uma 'ciência', mas é um modo de conhecimento específico dos humanos em sociedade, que tem suas regras, suas artimanhas e seus hábitos. Existe certa transparência entre o saber e o objeto do saber: a pesquisa é relacional, como o é o objeto que busca um conhecimento dos mundos das relações. (AGIER, 2015, p. 34)

A pesquisa de campo construída nessa dissertação foi efetivada com a utilização de entrevistas semiestruturadas. Sobre essa técnica, Guazi (2021) nos explica que ela é utilizada por profissionais de diversas áreas como Sociologia, Psicologia, Serviço Social, visto que se apresenta como uma escolha adequada para a resolução de uma variedade de problemas. A respectiva autora indica ainda (2021, p.2 e3):

[..] esta é comumente "organizada em torno de um conjunto de questões abertas pré determinadas, com outras questões emergindo a partir do diálogo entre entrevistador e entrevistado" (p. 315). As questões complementares, que emergem ao longo da realização das entrevistas, visam tanto esclarecer quanto coletar informações adicionais e mais detalhadas a respeito de algum

aspecto do relato do participante (MCGRATH; PALMGREN; LILJEDAHL, 2019 APUD, GUAZI 2021).

Com relação ao roteiro que orienta essas entrevistas, trata-se de um conjunto de questões que deverão ser realizadas durante a coleta de dados com todos os participantes. Com a exposição dos informantes a questões padronizadas, é possível fazer um cotejamento entre as respostas obtidas com os entrevistados – esforço de análise que é esperado em estudos que empregam entrevistas semiestruturadas (GIL, 2008; MANZINI, 2012).

Os roteiros das entrevistas realizadas, nessa pesquisa foram construídos tendo em vista que os sujeitos colaboradores da pesquisa seriam os gestores da política de assistência social de cada município, além de assistentes sociais atuantes no CREAS de cada localidade, conforme os anexos 1 e 2 dessa dissertação. Os critérios para escolha dos sujeitos entrevistados seriam: com relação aos profissionais - aqueles que trabalhassem com atendimento e/ou gestão da política de assistência e com maior tempo de dedicação ao atendimento à população em situação de rua; com relação aos usuários das políticas de assistência em situação de rua, pensou-se em entrevistar os sujeitos indicados pelos profissionais entrevistados, com maior tempo de vivência nas ruas.

Contudo, em todos os municípios, por escolha dos sujeitos participantes da pesquisa, as entrevistas com as profissionais contatadas ocorreram de forma conjunta, no espaço físico do CREAS. Assim, em Bariri, aplicou-se a entrevista conjunta com a gestora e com a assistente social atuante a mais tempo no serviço; em Igarapu do Tietê, participaram da entrevista, a gestora, a assistente social presente na data e uma psicóloga; já no município de Itápolis, a entrevista contou com a participação da gestora, e de duas assistentes sociais atuantes no CREAS. Contudo, para preservar a identidade das profissionais participantes da pesquisa, optou-se, ao longo do texto por referenciá-las como sujeito 1; sujeito 2; sujeito 3; sujeito 4; sujeito 5; sujeito 6; sujeito 7 e sujeito 8. Salienta-se, também que, na ocasião, foi possível coletar o termo de consentimento livre e esclarecido de autorização para participação da pesquisa com todas as profissionais contatadas.

Ademais, a proposta inicial seria efetivar, também, a pesquisa de campo com duas pessoas em situação de rua de cada município, por sua vez, apenas nos municípios de Bariri e Igarapu do Tietê, foi possível concretizar tal ação. Esclarece-se

que em Bariri, três usuários das políticas direcionadas as pessoas em situação de rua foram entrevistados sendo utilizado o instrumental apresentado no anexo 3 dessa dissertação, porém, foi possível coletar o termo de consentimento livre e esclarecido (modelo anexo 4) para participação da pesquisa com dois usuários.

Em Itápolis, a pesquisadora compareceu ao local de permanência de algumas pessoas em situação de rua, bem como, realizou a entrevista com uma pessoa nessas condições, a qual compareceu na unidade de CREAS. Na ocasião, foi possível coletar o termo de consentimento livre e esclarecido para participação da pesquisa, apenas com o usuário entrevistado no espaço físico do CREAS.

Ademais, com o objetivo de preservar a identidade das pessoas em situação de rua participantes da pesquisa, optou-se, ao longo do texto por referenciá-las como sujeito 9; sujeito 10; sujeito 11; sujeito 12 e sujeito 13.

Tratando do local utilizado para realização das entrevistas com as pessoas em situação de rua, registra-se que em Bariri estas, também, ocorreram no espaço do CREAS, já em Igarapu, o contato com as pessoas em situação de rua ocorreu no espaço que essas pessoas se encontravam, sendo coletado o termo de consentimento livre e esclarecido para participação da pesquisa com os dois usuários entrevistados.

As entrevistas com os sujeitos alvo dessa pesquisa de Bariri ocorreram no mês de dezembro de 2024, já em Itápolis e em Igarapu do Tietê, foram realizadas no mês de janeiro de 2025.

No que tange à análise dos dados coletados, Gil (2008) indica que se torna necessário organizá-las pelo agrupamento de determinado número de categorias. Registra-se, assim, que a análise dos dados desse estudo está organizada da seguinte forma: A realidade das pessoas em situação de rua a partir da vigência do sistema capitalista; a realidade das pessoas em situação de rua no Brasil, no Estado de São Paulo e nos municípios alvo da pesquisa; as características e particularidades apresentadas no Estado de São Paulo, na área regional de Bauru do MP e de cada município alvo da pesquisa; a organização proposta pela política de assistência social para efetivação dos direitos das pessoas em situação de rua em âmbito nacional e a realidade apresentada em cada município.

Ainda com relação à interpretação dos dados, de acordo com Duarte (2004), a realização de análises temáticas de entrevistas abertas ou semiestruturadas, pode se apresentar um recurso que “encurta o caminho” do pesquisador, posto que é possível

organizar as informações coletadas em três ou quatro grandes eixos temáticos, articulados aos objetivos centrais da pesquisa.

Cabe mencionar aqui, que a interpretação dos dados é entendida por Gil (2008), como um processo que sucede à sua análise, porém, tais processos se encontram intimamente relacionados. O autor destaca que nas pesquisas qualitativas, especificamente não há como separar os dois processos.

Por fim, cabe mencionar que essa dissertação está estruturada, além dessa introdução em outros quatro capítulos: um tem centralidade na análise sucinta da realidade socio histórica da população em situação de rua no Brasil; outro capítulo apresenta características dos municípios que são alvo da pesquisa e da particularidade das pessoas em situação de rua nesses município; a este se segue um capítulo sobre a particularidade da política de atendimento a pessoas em situação de rua, no âmbito da assistência social. Finalmente, um último capítulo, fala da particularidade desses serviços, nos municípios de pequeno porte que são objeto dessa pesquisa, para além, apresenta considerações sobre o trabalho intersetorial com as demais políticas públicas.

2. AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA COMO EXPRESSÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL ESTRUTURANTE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O processo de desigualdade social e a realidade vivenciada pelas pessoas em situação de rua se encontra relacionado ao processo de industrialização. De acordo com Rocha (2021c), a vivência dessas pessoas se constitui em uma realidade antiga, atrelada ao surgimento das sociedades pré-industriais da Europa e ao processo de reprodução das condições necessárias para reprodução do sistema capitalista. O contexto da acumulação primitiva, da desapropriação e expulsão dos camponeses de suas terras, marcou a impossibilidade de absorção pelas indústrias de toda população apta ao trabalho, de modo que a maior parte das pessoas passou a perambular pelas ruas. Esse cenário marca o surgimento do fenômeno pessoas em situação de rua, resultado do pauperismo generalizado na Europa Ocidental ao final do século XVIII; período que tem como grande marco a revolução industrial na Inglaterra; um marco do modo de produção capitalista que, na sua gênese, indica a permanência nas ruas

de pessoas que integravam a classe trabalhadora, na busca de meios para sobrevivência.

Cabe ressaltar que a expansão do sistema capitalista a partir da redução dos custos e da ampliação do lucro resulta na flexibilização das relações de trabalho, no desemprego, na ampliação da pobreza e das desigualdades sociais. Segundo Cavaignac e Maeda (2019) o capitalismo produz compulsoriamente a questão social³ a qual se manifesta de formas distintas e são provenientes desse modo de organização social e que a vivência em situação de rua se constitui uma de suas expressões.

Segundo Silva (2006) com o desenvolvimento do capitalismo ocorre a criação de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, o qual permite a manutenção da oferta e procura de trabalho e dos salários de acordo com as necessidades de acumulação do capital. Essa superpopulação relativa se caracteriza como excedente à capacidade de absorção pelo capitalismo, realidade que contribui com a reprodução do fenômeno pessoas em situação de rua.

Vale apontar aqui que Marx em sua principal obra “O Capital”, de 1894, menciona importantes considerações sobre essa superpopulação relativa ou exército industrial de reserva (2017, p. 464,465):

À produção capitalista não basta de modo algum a quantidade de força de trabalho disponível fornecida pelo crescimento natural da população. Ela necessita, para assegurar sua liberdade de ação, de um exército industrial de reserva independente dessa barreira natural [...]

A produção de uma superpopulação relativa ou a liberação de trabalhadores avança com rapidez ainda maior do que a – já acelerada com o progresso da acumulação – revolução técnica do processo de produção e a correspondente redução proporcional da parte variável do capital em relação à parte constante. Se os meios de produção, crescendo em volume e eficiência, tornam-se meios de ocupação dos trabalhadores em menor grau, essa mesma relação é novamente modificada pelo fato de que, à medida que cresce a força produtiva do trabalho, o capital eleva mais rapidamente sua oferta de trabalho do que a demanda de trabalhadores. O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma

³ Iamamoto (2012) afirma que a questão social é indissociável do modelo de organização da sociedade vigente, posto que o desenvolvimento das forças produtivas amplia e intensifica as relações de desigualdade social. Cabe destacar aqui, que a questão social abarca o conjunto de expressões das desigualdades sociais resultantes das relações estabelecidas na sociedade capitalista, aponta-se que os processos históricos aprofundam as contradições sociais, de modo que na atualidade, a questão social se apresenta com nova roupagem, sendo impensável sem a intermediação do Estado.

parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual, ao mesmo tempo que acelera a produção do exército industrial de reserva num grau correspondente ao progresso da acumulação do capital.

Santos e Sarreta, (2022) apoiados em Marx (2013, p.704), afirmam que a manutenção a acumulação e a valorização do capital são atreladas à existência de trabalhadoras(es) em condição de desemprego e/ou subemprego, o que denomina de “exército industrial de reserva ou superpopulação relativa”. Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação figura como uma condição de existência do modo de produção capitalista.

Tratando ainda da existência dessa superpopulação relativa, a autora Silva (2006), também apoiada em Marx (1988), menciona que esse segmento surge a partir das fases do ciclo industrial, que são expressas de forma mais aguda, nos períodos de crise ou de forma crônica, nos períodos de estabilidade.

Santos e Sarreta (2022), com base em Silva (2015), indicam que o modo de produção capitalista é fundamentalmente marcado por crises cíclicas e estruturais, que aprofundam as desigualdades sociais inerentes ao capital. Tais crises são necessárias à sua manutenção e resultam em transformações estruturais nas condições para acumulação de capital.

Ainda no que tange ao exército industrial de reserva, Santos e Sarreta (2022) relatam que a população pertencente a esse grupo de pessoas se encontra à margem das relações formais de trabalho essencial à manutenção do capital e para o desenvolvimento da acumulação de riquezas nesse modo de produção. Inclusive as respectivas autoras mencionam que esse exército industrial de reserva ou superpopulação relativa, “possui continuamente três formas: flutuante, latente e estagnada”.

A superpopulação flutuante é aquela cujos trabalhadores são sazonalmente chamados e dispensados de seus postos de trabalho. A superpopulação latente é basicamente formada pelo trabalhador rural que está também em condições de pauperismo. Já a superpopulação estagnada é formada pelo trabalhador informal e tem como característica principal o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de remuneração. Além disso, caracteriza ainda um grupo ou nicho que está na esfera do pauperismo ou o lumpemproletariado, considerado o segmento mais inferiorizado da superpopulação relativa. Abstraindo dos vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, do lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social é formada por

três categorias. Em primeiro lugar, os aptos ao trabalho. Basta observar [...] para constatar que sua massa engrossa a cada crise e diminui a cada retomada dos negócios. Em segundo lugar, os órfãos e os filhos de indigentes. Estes são candidatos ao exército industrial de reserva e, em épocas de grande prosperidade, [...] são rápida e massivamente alistados no exército ativo de trabalhadores. Em terceiro lugar, os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. Trata-se especialmente de indivíduos que sucumbem por sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, daqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e, finalmente, das vítimas da indústria – aleijados, doentes, viúvas etc. –, cujo número aumenta com a maquinaria perigosa, a mineração, as químicas etc. O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e juntos eles formam uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza (MARX, 2013, apud Santos e Sarreta (2022, p.370)

As autoras acrescentam ainda que as informações dispostas acima, correspondem à realidade da classe trabalhadora do século XIX na Europa, porém, salientam que determinados conceitos e referências permanecem presentes na contemporaneidade ao se pensar na população em situação de rua e nas relações que permeiam tal realidade, especialmente, por se tratar de relações inerentes ao modo de produção capitalista. Destaca-se, assim, que os séculos se passaram, os contextos territoriais e históricos são distintos, porém, a lógica que opera as desigualdades na sociedade do capital se mostra semelhante ao longo dos anos; por sua vez, na atualidade se apresenta com uma nova roupagem, mas continua criando populações cada vez mais pauperizadas para a manutenção do próprio sistema.

Tiengo (2021) considera que é inerente ao capitalismo a criação de um grupo de pessoas que não será absorvido por esse modo de produção para gerar mais valor, ou então, será inserido em atividades irregulares. Nesse contexto indica-se que a existência desse grupo tem como finalidade pressionar a população ativa a continuar sendo explorada a níveis cada vez maiores, posto que, existe um exército que gostaria de se submeter à exploração a que se encontram submetidos os assalariados.

Tiengo (2023) indica que Marx apresenta três formas de superpopulação relativa e o seu sedimento mais baixo, o pauperismo, na visão da autora o pauperismo integra a superpopulação relativa. Assim, aponta: “É uma forma mais baixo, no sentido de que as condições de vida dos que ali se encontram são piores que as dos outros trabalhadores, vive na miséria e nem sempre consegue atender sequer às suas necessidades básicas.” (2023, p. 51):

A autora acrescenta que a obra de Marx se apresenta um fundamento para compreensão da sociedade capitalista, porém com o passar do tempo, novas particularidades ensejam algumas reflexões que exigem novas respostas. Na avaliação da autora, a superpopulação relativa está em constante movimento, assim, entende como possível que as pessoas integrem as diferentes formas ao mesmo tempo.

Vale apontar as considerações apresentadas por Tiengo para justificar tal realidade (2023, p. 56,59):

A complexidade da realidade é imensa, e os trabalhadores podem estar ao mesmo tempo no exército ativo e na superpopulação relativa. Nos casos, por exemplo, em que o salário recebido não lhes rende o suficiente para sobreviver e eles utilizam o trabalho informal como forma de complementar a renda.

Apresentamos uma ampliação da interpretação das formas da superpopulação relativa. Pois mudanças ocorreram no capitalismo, desde o momento histórico dos escritos de Marx até os dias de hoje, e as formas de trabalho passaram por alterações, o que nos exige pensá-las considerando o atual contexto. A forma latente, por exemplo, abarca, além da migração do campo para a cidade, todos os tipos de migração, incluindo entre cidades, da cidade para o campo e entre países. Ao longo da tese, apresentamos a população em situação de rua enquanto parte da superpopulação relativa.

[..]

Lembramos que quando Marx escreveu sobre o assunto o capitalismo não possuía o nível de desenvolvimento da atualidade. Hoje vemos como necessária uma perspectiva ampliada das formas básicas e também do sedimento mais baixo. Pensando na forma latente, por exemplo, enquanto no início do capitalismo na Europa a principal forma de migração era do campo para a cidade, no contexto da Revolução Industrial e no Brasil, isso ocorreu especialmente no período conhecido como o êxodo rural, que acompanhou a urbanização e a industrialização do país. Hoje vemos uma migração entre cidades maior do que entre campo e cidade. A migração, especialmente em direção às metrópoles, dentro de um mesmo estado e entre estados, está presente nas trajetórias da população em situação de rua.

De acordo com Tiengo (2023), na literatura que trata da realidade das pessoas em situação de rua, é comum considerar essa população como lumpemproletariado; “em alguns casos, sem a devida mediação com o debate em torno da superpopulação relativa. Aparece como algo dado, irrefutável, implicando a recusa da reflexão sobre o assunto”. Ao tratar dessa questão a autora faz referência ao disposto por GIORGETTI, (2006, p.41), conforme segue:

[...] estudos incluíam os “mendigos” da época à categoria denominada por Marx de lumpemproletariado. Essa tendência prevaleceu entre os sociólogos brasileiros até muito pouco tempo atrás, mesmo quando o número de moradores de rua começou a atingir patamares expressivos. Ao proceder

dessa maneira, eles conseguiram justificar as distorções do capitalismo, apontando o lumpem como o maior exemplo das injustiças do sistema, não se preocuparam porém, em construir categorias de análise que levassem em conta as especificidades dessa população, contribuindo, assim, para a reflexão sobre suas reais necessidades e para a elaboração de políticas sociais.

[...] os chamados “mendigos” eram automaticamente tomados como lumpem, o que servia para cercear o debate sobre o tema, de forma a não refletir sobre as múltiplas determinações inerentes ao processo de sua formação. Porém uma marca preponderante é a heterogeneidade. Assim rotulá-los como lumpemproletariado é uma forma de homogeneização, o que atrapalha a percepção de suas particularidades e dispensa “informações adicionais que permitissem uma melhor caracterização dessa população.”

Com base no disposto por Tiengo (2023) se mostra comum a associação da população em situação de rua ao lumpemproletariado, como feito por Stoffels (1977); Wanderley (1995); Di Flora (1987); Bursztyn (2000) e Silva (2009). O aprofundamento das considerações sobre quem é o lumpemproletariado e quais são as características desse grupo, se mostra importante para registro do posicionamento adotado nessa dissertação, perante sua relação com a população em situação de rua.

Segundo Tiengo (2023) se faz importante refletir sobre a utilização da palavra “proletário” no contexto vivido por Marx e Engels para pensarmos a respeito de sua diferenciação em relação ao lumpem. Apoiada em (BUSSARD, 1987), a autora indica (2023, p. 68):

Na década de 1840, existiam duas concepções: uma, mais tradicional, via o proletariado como aquele grupo de pessoas pobres e perigosas, malvistas na sociedade, da qual os mendigos faziam parte. Marx chamou-os de lumpemproletariado; a outra apontava para as classes assalariadas, os não proprietários. Para Marx, estes seriam o proletariado.

Dessa forma, Marx traz novo significado ao proletariado e apresenta o lumpem como um grupo deprimido, antigamente associado ao proletariado, agora dissociado dele.

Com base nas ideias defendidas por Stallvbrass (1990), Tiengo (2023, p. 68,69) afirma:

Assim, o proletariado para Marx não seria mais um grupo malvisto na sociedade, mas sim trabalhadores. A degradação moral associada até então ao chamado proletariado passa a ser usada pelo autor para falar sobre o lumpem, no qual estão presentes ricos e pobres, portadores da força de trabalho e portadores dos meios de produção, desde que afastados do trabalho produtivo e com características como a violência, prostituição, corrupção e mentira.

De acordo com Reis (2020, p. 30), determinadas características que Marx considera próprias do lumpemproletariado não são simplesmente algo inerentes às camadas inferiores da sociedade, e nem exclusiva destas últimas, mas:

Referem-se à própria estrutura socioeconômica e à política ligada a ela. Estas características “lumpemproletárias”, que estão ligadas à estrutura da sociedade e por isso atravessam as classes em determinadas condições são melhor explicitadas numa obra anterior, escrita em 1850 (portanto, cronologicamente situada entre o Manifesto do Partido Comunista, de 1848, e O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte, de 1852), a saber, As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850.

Reis (2020) afirma ainda, que na obra 18 Brumário, Marx caracteriza a elite financeira como lumpemproletariada e o próprio Luís Bonaparte como um príncipe lumpemproletário. Ao citar Marx (2012, p. 40), Reis (2020, p.30) menciona:

Enquanto a aristocracia financeira ditava as leis, conduzia a administração do Estado, dispunha sobre o conjunto dos poderes públicos organizados, controlava a opinião pública por meio dos fatos e por meio da imprensa, repetiu-se em todas as esferas, da corte até o Café Borgne, a mesma prostituição, a mesma fraude despudorada, a mesma ânsia de enriquecer não pela produção, mas pela escamoteação da riqueza alheia já existente, prorrompeu especialmente entre as lideranças da sociedade burguesa a validação irrefreável das cobiças doentias e dissolutas, que a cada instante colidiam com as próprias leis burguesas. Nessa situação, a riqueza resultante desse jogo, por sua própria natureza, busca sua satisfação, a fruição se torna crapuleuse, dinheiro, sujeira e sangue confluem. A aristocracia financeira, tanto no modo de obter seus ganhos quanto no modo de desfrutar deles, nada mais é que o renascimento do lumpemproletariado nas camadas mais altas da sociedade burguesa.

Com base no disposto por Reis (2020), verifica-se que o período a que se refere Marx na citação acima é o do reinado de Luís Filipe I, que teve início em 1830 (na sequência da Revolução de Julho, que derrubou o seu antecessor), e perdurou até a Revolução de 1848; o período da chamada primavera dos povos, quando ele foi obrigado a abdicar. De acordo com a análise de Marx apresentada pela autora, “quem então dominou o país durante todo este período não foi a burguesia industrial, mas a aristocracia financeira, cujos interesses, padrões, valores e objetivos moldaram então de alto a baixo a vida da sociedade francesa.”

Tiengo (2023, p. 77) faz algumas observações que consideramos complementares ao disposto por Reis, conforme segue:

A presença do lumpen em outras esferas de classe contribui para o argumento da associação a um elemento moral, não uma categoria, e podemos ver isso nitidamente em *Lutas de classes na França*, onde a aristocracia financeira é chamada de lumpen, como uma maneira de pejorar aqueles chamados dessa forma, conforme segue: “A aristocracia financeira, tanto no modo de obter seus ganhos quanto no modo de desfrutar deles, nada mais é que o renascimento do lumpemproletariado nas camadas mais altas da sociedade burguesa.” (MARX, 2012, p. 157).

Vejam os que temos aqui um novo elemento. Até o momento, o destaque da composição do lumpen era para aqueles que possuem somente a força de trabalho para trocar no mercado de coisas e burgueses arruinados; agora, nessa última citação, temos incluída a aristocracia financeira. O contexto dessa utilização seria a associação do lumpemproletariado ao grupo que não vive do capital produtivo, em que a acumulação não passa diretamente pela produção. Portanto a última citação evidencia um grupo para além dos paupers no lumpemproletariado: a aristocracia financeira.

Tiengo (2023, p. 81) apresenta ainda as considerações feitas por Marx com relação ao lumpemproletariado em sua obra *Dezoito de Brumário*:

Roués [rufiões] decadentes com meios de subsistência duvidosos e de origem duvidosa, rebentos arruinados e aventureiros da burguesia eram ladeados por vagabundos, soldados exonerados, ex-presidiários, escravos fugidos das galeras, gatunos, trapaceiros, lazzaroni [lazarones], batedores de carteira, prestidigitadores, jogadores, maquereaux [cafetões], donos de bordel, carregadores, literatos, tocadores de realejo, trapeiros, amoladores de tesouras, funileiros, mendigos, em suma, toda essa massa indefinida, desestruturada e jogada de um lado para outro [...]. Esse Bonaparte se constitui como chefe do lumpemproletariado, porque é nele que identifica maciçamente os interesses que persegue pessoalmente, reconhecendo, nessa escória, nesse dejetos, nesse refugio de todas as classes, a única classe na qual pode se apoiar incondicionalmente; esse é o verdadeiro Bonaparte, o Bonaparte sans phrase [sem retoques]. (MARX, 2011a, p. 91).

O fato de Marx (2011) trazer para a composição do lumpen, no *Dezoito de Brumário*, além dos chamados mendigos, ladrões e prostitutas, os “vagabundos”, ex-presidiários, pessoas decadentes da burguesia e aristocracia, escravos fugitivos, jogadores, pessoas que sobrevivem de trapanças, ex-soldados e saltimbancos, indica para Linden (2013, p. 61) “que Marx tentou agrupar como lumpemproletariado: i) os camponeses expulsos do campo; ii) os proletários desempregados; e iii) os que exerciam profissões duvidosas.”

Marx (2011) coloca no mesmo grupo do lumpemproletariado pessoas com meios de subsistência duvidosos e de origem duvidosa, burgueses que andam com vagabundos, soldados exonerados, ex-presidiários, ladrões, cafetões, donos de bordel, escravos fugitivos e mendigos, entre outros.

Verifica-se diante das considerações expostas, que diversos grupos são considerados como parte do lumpemproletariado, conceito que é apresentado de formas distintas nas obras de Marx.

TIENGO (2024, p. 97) aponta ainda:

[...] a ideia de um lumpen separado da superpopulação relativa, permeado por visões morais, atrapalha o debate, contribui para perder o foco, trazendo a necessidade da discussão de sua integração à classe trabalhadora. Além disso, a visão discriminatória e pejorativa implícita ao termo pode servir para reiterar uma forma de tratamento inadequada e um certo conformismo com expressões da questão social como o processo de rualização.

O chamado lumpemproletariado faz parte do pauperismo e das demais formas da superpopulação relativa. A diferenciação só contribui com a discriminação, obstaculizando a discussão. Aqueles grupos que Marx chamou de lumpen são principalmente integrantes da forma estagnada e paupers, podendo ainda fazer parte de outras formas da superpopulação relativa. A diferenciação do lumpen atrapalha a análise, pois, conforme bem explicitado por Linden (2016, p. 94), “não é uma categoria analítica, mas sim moral.”

Ora, o deslocamento do lumpen como externo à classe trabalhadora é perigoso. Pois ao categorizar pessoas fora de uma classe que lhes é inerente contribui para fragmentar essa classe.

Portanto, considerando a leitura das intercorrências da palavra “lumpen” em todas as obras citadas, de Marx e Engels, e tendo em conta as opiniões dos diferentes autores trabalhados, optamos por não associar a população em situação de rua ao chamado lumpen.

Por conseguinte, a população em situação de rua não está restrita a somente uma das formas da superpopulação relativa. Está presente na totalidade das formas básicas, tanto em suas trajetórias quanto em situação de rua. Todavia as condições de vida das formas básicas são tão pauperizadas que lhe assemelha ao seu sedimento mais baixo – são paupers.

Reis (2020) indica que os conceitos de lumpemproletariado e pauperismo, muitas vezes são confundidos, e por isso, a população em situação de rua acaba sendo subsumida na categoria de lumpemproletariado.

A relação existentes entre lupemproletariado e pauperismo, segundo Reis(2020), é apresentada no obra de Marx, “O capital”, a qual Marx examina as implicações da acumulação capitalista para o destino da classe trabalhadora. Nessa obra, ele apresenta o surgimento da chamada “superpopulação relativa”, ou seja, a população trabalhadora adicional – excedente, já mencionada nessa dissertação.

Tendo por base o disposto por Reis (2020, p. 33 e 34), vale destacar, ainda, outras considerações apresentadas pela autora com relação ao tema em discussão:

Há, porém, ainda um outro grupo incluído por Marx na esfera do pauperismo: “vagabundos, delinquentes, prostitutas, em sua, [o] lumpemproletariado”. Não há, portanto, uma simples identificação entre pauperismo e lumpemproletariado, pois este último constitui na verdade um subgrupo que compõe o pauperismo, o qual se constitui, por sua vez, como categoria muito mais ampla. [...] Marx não desenvolve muito este ponto, mas as características atribuídas anteriormente ao lumpemproletariado parecem estar presentes aqui: o desencaixe em relação à produção, a falta de autonomia e a ligação com o crime. E é pela última que ele parece se distinguir dos outros três grupos que completam a esfera do pauperismo.

Diante das considerações apresentadas até aqui, vale fazer referência a reflexão proposta por Reis (2020, p. 34) em sua obra:

Como entender então a população em situação de rua? Ora, claramente ela não pode ser simplesmente subsumida no lumpemproletariado pois, apesar dos preconceitos violentos e amplamente disseminados pela sociedade atual, não se pode dizer que a ligação com o crime seja uma característica própria desta população. [...] ela apresenta várias facetas, e por isso sua caracterização é complexa e exige atenção para variações importantes. Uma fração dela pode estar eventualmente incluída no lumpemproletariado, mas não ela toda. O correto seria considerá-la como compondo a esfera do pauperismo e, muitas vezes, reconhecê-la até em outros âmbitos da superpopulação relativa estagnada, já que muitos de seus integrantes exercem trabalho remunerado.

Cabe mencionar, que, com base nas considerações apresentadas por Reis (2020), compreendemos que as pessoas em situação de rua integram a esfera do pauperismo, mas tendo em mente as características apresentadas com relação ao termo lumpemproletariado e a associação ao crime das pessoas que pertencem a esse grupo, não podemos afirmar que as pessoas que se encontram em situação de rua pertencem ao respectivo grupo. Também, entendemos que essa população deve ser reconhecida enquanto pertencentes a superpopulação relativa, mas não apenas a estagnada, mas em suas diferentes formas, conforme as considerações de Tiengo, já apresentadas anteriormente.

Tratando ainda da influência do capitalismo nas relações sociais, cabe destacar aqui, que Pereira (2008) com base no disposto por Marx (1894), afirma que diante da acumulação do capital, a riqueza se concentra em poucas mãos, realidade que por um lado amplia, a cada dia, o número de pessoas em situação de pobreza, e de outro, um número mais reduzido de pessoas enriquecem. A concentração da riqueza e dos meios de produção por determinada classe e a obtenção da força de trabalho como o único bem da maior parte da população, se constituiu um dos fatores da ampliação da pobreza.

As considerações de Barros (2004) indicam que existe uma percepção generalizada sobre as mudanças no mundo do trabalho que resultam na diminuição dos postos de trabalho, rotatividade intensa dos trabalhadores na produção (seja ela formal ou não) e baixa qualificação de mão - de - obra e que geram desemprego em massa e com isso o sair para rua. A autora destaca, ainda, que diante da ausência

de vínculo com o trabalho, se mostra necessário integrar essa população ao mundo do trabalho, ainda que pela negação dessa possibilidade.

Desde o século XIV, a população em situação de rua era tratada como grupo que poderia ser descartado. Essa população apresenta um histórico de sucessivas perdas e exclusões, se tornando cada vez mais descartável e invisível. (PAULA, 2012)

Com base nas reflexões de Silva (2006) verifica-se que são mostrados os diversos termos pejorativos utilizados pela sociedade para caracterizar as pessoas em situação de rua, entre os quais, destaca-se: “vagabundos”, “maloqueiros”, “desocupados”, “bandidos”, “contraventores”, “vadios”, “loucos”, “sujos”, “flagelados”, “pedintes”, “carentes” entre outros.

Ainda segundo a autora, aponta-se a presença de pessoas em situação de rua que atingiu toda a Europa Ocidental, durante o século XV e XVI, levou países da Europa a construírem uma legislação rígida contra a vadiagem. O regramento estabelecido buscava forçar os trabalhadores a aceitarem empregos de baixos salários, bem como, servia para inibir o deslocamento dos trabalhadores para procura de melhores condições. Essa população foi submetida à exploração, por meio de uma legislação selvagem, cuja implantação contou com os poderes e estrutura material do Estado. Importa, contudo, para identificar a particularidade desse grupo constituído pela população em situação de rua no Brasil.

2.1 PARTICULARIDADES SOBRE AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

No Brasil, a criminalização e o preconceito atribuído pela sociedade frente às condições vivenciadas pelas pessoas em situação de rua expressam-se, inclusive sobre marcos legais. A este respeito, Oliveira (2017) apoiado em Souza (2010), menciona que a designação dada àqueles que não possuíam uma ocupação considerada “honesta e útil” e que não possuíam renda suficiente era a de “vadios” e “vagabundos”, como se constata no conteúdo do Código Criminal de 1830 e do Código Penal de 1890. Nesse período, a mendicância era considerada uma contravenção penal, tal concepção é alterada apenas no ano de 2009, a partir da emissão da Lei nº 11.983, de 16 de julho de 2009. Além disso, ao mencionar Sposati (1988), o autor o Oliveira (2017) indica que a pobreza era o retrato da vadiagem, como forma de

classificação social, assim, todos os que não estavam vinculados ao mercado de trabalho regular eram considerados vadios.

Ainda com base no disposto por Oliveira (2017), verifica-se que o período colonial e durante o contexto Imperial, as entidades benemerentes leigas e religiosas atuavam em conjunto com a polícia no controle dos indivíduos que eram classificados como contraventores da ordem pública.

Tendo em mente ainda os reflexos das ações efetivadas junto ao respectivo público no decorrer da história, registra-se que na maior parte dos países latino-americanos, foram criadas, desde o período colonial, ações voltadas para o atendimento das populações que viviam nas ruas, sobretudo crianças e jovens mestiços, filhas e filhos ilegítimos de senhores de engenho com indígenas ou africanas escravizadas, que eram abandonadas e acolhidas por instituições católicas, que seguiam a lógica de docilização e domesticação dos povos nativos pela via da conversão ao cristianismo (MEDEIROS, MATOS et al., 2020, apoiadas em Faleiros, 2004). Além das ações filantrópicas, a repressão ao longo dos séculos marcou a história das ações voltadas para as pessoas em situação de rua.

As considerações expostas até aqui indicam que ao longo dos anos, a ausência de vínculos com o mercado de trabalho se constituiu uma questão para criminalização da situação das pessoas em situação de rua.

Cabe destacar, também, que a pobreza no nosso país e a realidade das pessoas em situação de rua demandam a reflexão sobre o movimento da realidade brasileira, a qual foi forjada na exploração dos povos africanos e indígenas, de modo que os desdobramentos históricos do colonialismo ainda são sentidos e vividos. Acrescenta-se, ainda, que o capitalismo brasileiro foi estabelecido a partir da subalternização dos respectivos povos. Essa realidade marca a necessidade do capital de produzir pobreza e miséria para alcançar níveis cada vez mais altos de acumulação (SANTOS e SARRETA, 2022).

Rocha(2021c), apoiada em Iani (1978), indica que enquanto na Europa ocorria a ascensão do capitalismo, a economia brasileira se desenvolvia com base no escravismo, formação social que foi perdendo forças a partir da Guerra do Paraguai, a qual acelerou o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A queda da Monarquia brasileira, para a autora, figurou como o impulso para decadência da formação social escravista e para formação da sociedade capitalista.

Reis (2014) indica que a sociedade de classes que nascia no Brasil a partir do capitalismo, por um longo período inviabilizou a participação política e social da população negra.

Rocha (2021a) aponta que, no dia seguinte à abolição inconclusa da escravidão ocorrida no Brasil em 1888, as pessoas negras foram levadas a viver nas ruas. A autora acrescenta, ainda, que a ausência de uma política de inserção social e econômica da população negra contribuiu para que grande parte de pessoas negras libertas passasse a ter a rua como espaço de vivência. Cabe marcar, ainda que com base no disposto pela respectiva autora, a dissolução do Regime Escravocrata ocorreu no Brasil sem preparar os antigos agentes de trabalho escravo para o novo regime de organização da vida e do trabalho (Rocha 2021 apud Fernandes, 2008, p.29).

Rocha (2021 b), apoiada em (Fernandes, 1972; Moura, 2019), registra que no processo de urbanização, a população africana e afro-brasileira foi excluída das relações sociais de trabalho na sociedade dividida em classes, assim é possível verificar que tal situação permanece até os dias atuais, realidade que reflete o aumento de pessoas negras em situação de rua, conforme indicam os dados sobre a população brasileira que integra esse público e que serão apresentadas no item que se segue a esse, nessa pesquisa.

De acordo com (Oliveira 2017), durante a transição para o capitalismo no Brasil, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro ocorreram os primeiros indícios da urbanização e a constituição de um mercado de trabalho urbano. Apoiado em Valladares (1991), o respectivo autor menciona (2017, p. 95 e 96):

Segundo Valladares (1991), a pobreza urbana expressava-se como um problema para a elite nacional a partir do século XIX, por meio do processo da transição da sociedade brasileira para uma ordem capitalista (das relações sociais do tipo senhorial escravista para relações do tipo burguês-capitalista), no contexto da urbanização do Rio de Janeiro. Para a autora, essa preocupação estava atrelada a três pontos principais: 1) a questão da saúde e da higienização das cidades recorrente no discurso higienista do século XIX; 2) a conservação da ordem e do controle social da classe trabalhadora, presentes no pensamento jurídico e político da virada do século; 3) a necessidade de transformar o homem livre (escravo liberto e emigrante pobre) em trabalhador assalariado, submetido a uma sociedade ordenada pelo trabalho. Para Valladares (1991), o discurso higienista, forte na virada do século XIX, ganhou ênfase no debate sobre a pobreza mediante as precárias condições habitacionais e de saneamento que se apresentava a cidade do Rio de Janeiro, tornando o cortiço o lócus de intervenção prioritário.

Ainda com base no disposto por (Oliveira 2017), verifica-se que no período citado, o processo de modernização da capital federal, conhecido como “bota-abaixo”, tiveram essas formas de habitação como foco e promoveu uma reforma urbanística e higiênica na cidade, abrindo grandes avenidas, derrubando centenas de casas e deixando os moradores nas ruas.

Ao retomar as considerações apresentadas por (VALLADARES, 1991), o autor OLIVEIRA indica (2017, p. 97):

Tais concepções elaboradas sobre a pobreza e seus espaços como os cortiços, também rebateram sobre o significado da rua e, segundo Valladares (1991), a rua era tida como o prolongamento do cortiço, espaço-mor de socialização dos personagens que ameaçavam a lei e os bons costumes. Ela proporcionava o exercício da mendicância, da vagabundagem e da vadiagem. Conforme declara a autora, constantes eram as queixas da população publicadas nos jornais referentes à presença dos desocupados “que promoviam desordens e desrespeitavam a moralidade das famílias”.

Essas considerações indicam a forma como a pobreza era visualizada no período em destaque, realidade que refletiu na condução das ações efetivadas na sociedade junto às pessoas em situação de rua.

Intrinsecamente vinculado a esse processo de urbanização registra-se o processo de migração da população rural para os grandes centros urbanos. A esse respeito, Oliveira (2017) indica que na década de 1970, a partir da desconcentração industrial na capital de São Paulo, ocorre o surgimento de novos polos industriais e de serviço fora da capital realidade que impulsiona as migrações inter-regionais e intrarregionais e que passaram a modificar a realidade dos municípios do interior paulista.

Ao refletir sobre processo de migração, Oliveira (2017) referência ao disposto por Justos (2012); indica que os migrantes eram definidos como a população empobrecida, desempregada, parcialmente inserida no mercado de trabalho; uma população que vivia de cidade em cidade em busca de trabalho e se encontrava excluída de acesso a bens e serviços, utilizando as ruas como local de moradia e sobrevivência.

De acordo com o autor, se apresenta escassa a literatura referente a esse processo de “circulação” de pessoas, nos períodos anteriores à década de 1980.

Com base nos dispostos por Oliveira (2017), diante do processo de migração vivenciado nas cidades do interior, os gestores públicos começaram a buscar respostas de como atender essa população, que passou a ser classificada como migrante/itinerante. Entre as ações efetivadas, em parceria com o sistema ferroviário, houve a criação de uma rede de Albergues, bem como de Centros de Triagens e Encaminhamentos (CETRENS), Casas de Passagem e/ou Casas Transitórias e Hospedarias.

Tratando ainda das considerações apresentadas por Oliveira (2017), a rede de atenção a essa população desenvolvida pelos municípios paulistas integrava as estruturas das secretarias municipais de Bem-Estar Social e/ou eram efetivadas em parceria com entidades sociais de cunho religioso. O autor fundamenta tal afirmativa, de acordo com as análises apresentadas por Aranha (1996), em pesquisa realizada em treze instituições de acolhimento (conhecidos como Albergues) em diferentes regiões do Estado de São Paulo.

A pesquisa de Aranha (1996), também é mencionada pelo autor Oliveira (2017), ao indicar a integração existente entre o trabalho realizado pelos Albergues com a ronda realizada pela polícia militar no recolhimento dos “mendigos”, “migrantes” que se encontravam nas ruas. Além dessa ronda policial, havia um sistema de comunicação no qual a população informava a secretaria de Bem-Estar Social ou a polícia a respeito de pessoas que se encontravam pelas ruas da cidade, dormindo em frente seus comércios ou residências.

Com base no disposto por Aranha (1996), o autor Oliveira (2017, p. 152) indica a organização estabelecidas pelos Albergues:

Nos municípios visitados, segundo Aranha (1996), além da oferta de alimentação, higienização e o acolhimento que variava entre três dias a uma semana, os Albergues concentravam o serviço de distribuição de passagens em parceria com a Fepasa que, por seu turno, disponibilizava um vagão no trem destinado ao transporte dos itinerantes. Desse modo, constituiu-se em parte dos municípios paulistas, um sistema de controle no espaço urbano que agregava o albergue, as rondas e a oferta de passagens interurbanas em respostas institucionais no que refere ao enfrentamento do que se constituiu como a problemática da relação entre a migração e a situação de rua no contexto das cidades do interior paulista.

No que tange à organização do atendimento às pessoas em situação de rua no interior paulista, OLIVEIRA (2017, p. 153) relata ainda:

Albergues, rondas, plantões policiais nas estações ferroviárias e rodoviárias, chamadas telefônicas, campanhas governamentais contrárias às doações de esmolas nas ruas, marcaram a construção de uma rede de atenção na cidade de São Paulo, que se espalhou para o interior do Estado. Nesse sentido, perpassa-se brevemente por alguns elementos que demonstram um processo de construção de dispositivos que, anteriores ao Sistema Único de Assistência Social, produziram um saber da “gestão da pobreza urbana”.

Acrescenta-se, que segundo o autor em destaque, essa rede de atendimento construída no interior paulista resultou na existência de dois movimentos, um deles voltado para possibilitar o retorno dos migrantes ao seu local de origem, através da política de concessão de passagens interurbanas e o outro, direcionado ao atendimento das pessoas em situação de rua nascidas ou com vínculos na cidade.

A realidade exposta demonstra que as ações do Estado para atendimento das pessoas em situação de rua ocorrem como forma de controle, políticas sociais são utilizadas para limpar a cidade. Rocha(2021c), apoiada em Bauman (2013), aponta que as ações direcionadas à limpeza das cidades estão relacionadas a pureza e ordem, assim, tudo que está fora do lugar é considerado “agente poluidor”. No Brasil, a solução do poder público para “organizar” as cidades foi isolar os agentes poluidores, nesse caso a população em situação de rua, tornando o ambiente “puro” e como consequência gerando a ordem.

ROCHA (2021c, p. 91) afirma ainda:

Essa limpeza se configurou como uma política higienista a qual teve como principais características as violações dos direitos humanos desse segmento populacional que foram isolados ou encarcerados seja em comunidades terapêuticas, abrigos provisórios, unidades prisionais entre outras.

Ações nesse sentido demonstram a estratégia utilizada no país para gerir a pobreza, a partir de uma política de criminalização das pessoas mais vulneráveis.

A entrega de passagens para que as pessoas em situação de rua sigam para outros destinos e não permaneçam nas cidades se constitui uma forma de gestão da pobreza nos municípios; outra ação que se mostra comum é a retirada compulsória dessa população das ruas sob a justificativa de encaminhamento para tratamento de

saúde; ação que se encontra relacionada ao processo de limpeza dos espaços urbanos.

Retomando-se as considerações expostas por Rocha (2021), observa-se que a autora indica a existência de uma ideologia elitista que tende a marginalizar, depreciar e punir as pessoas em condições de pobreza, em situação de privação e vulnerabilidade, realidade que resulta na prática de ações higienistas.

A autora acrescenta, ainda, que ações de vigilância e punição aos pobres são vistas por parte da sociedade como forma de resolução para o problema da violência urbana e criminalidade, de modo a preencher o vazio das políticas públicas. Rocha (2021 c, p. 95) menciona:

A política conservadora da “lei e ordem”, que Wacquant (2008) denomina como medidas de “tolerância zero” para manter a segurança social, ganha força no Brasil. Trata-se de um conjunto de ações que seguindo a política social punitiva do Estado neoliberal mobiliza a mídia, cria institutos de pesquisas e através de seminários, debates e publicações de documentos passam a nortear ações públicas para que fortaleçam a ideia de que a segurança social significa necessariamente a punição dos “desvirtuados”, dos “baderneiros” – para não dizer, dos pobres e miseráveis. Essa forma de responder de maneira punitiva às privações de um sistema que não sustenta as suas próprias contradições aprofunda ainda mais as condições de precariedade social.

Ao tratar das ações de cunho higienista que ocorreram na realidade brasileira e se constituem exemplo de violação de direitos da população mais pobre, a autora em destaque apresenta um breve relato das ocorrências vivenciadas na cidade de São Paulo no ano de 2016, na gestão de João Dória através das alterações no decreto 57.069 de 17/06/2016 que dispunha de procedimento e tratamentos voltados à população em situação de rua durante a realização de ações de zeladoria urbana (Rocha 2021 c, p. 96 e 97):

Entre as principais modificações foi a exclusão da mediação de conflitos; o princípio da transparência nas ações públicas também foi modificado, assim como o período de realização das ações de zeladoria que deveriam ser, preferencialmente, realizadas das 7h às 18h, de segunda a sexta visando os horários que a PSR não estaria utilizando o espaço para dormir, com as alterações essas ações podem ser realizadas a qualquer hora e sem justificativas.

Entre outras ações desse mesmo decreto tem a possibilidade de recolher itens das pessoas em situação e rua como papelões, colchões, colchonetes, cobertores, mantas, travesseiros, lençóis e barracas desmontáveis”.

[...]

O retrato do governo João Dória é a expressão desse Estado Penal, em 2017, uma ação violenta que teve repercussão na mídia nacional foi a demolição dos prédios da conhecida cracolândia. Essa demolição aconteceu quando ainda tinham pessoas dentro dos imóveis. Segundo matéria vinculada ao jornal G1 três pessoas ficaram feridas com a demolição. Esse tipo de ação está cada vez mais recorrente, a gestão Dória utiliza a narrativa do cuidado em saúde dessas pessoas para praticar a política de higienização social e saneamento moral.

Observa-se que as ações descritas acima se constituem uma violação dos direitos das pessoas em situação de rua; tais práticas não se fazem presentes apenas nos municípios de maior porte, como São Paulo, mas são vivenciadas em outros locais que possuem pessoas nessa condição.

A partir das entrevistas realizadas com os sujeitos alvo dessa pesquisa, verificou-se alguns relatos que demonstram a prática de ações higienistas, seja por parte da sociedade civil ou do poder público, que violam os direitos das pessoas em situação de rua, em conformidade à perspectiva citada acima, de criminalização da pobreza. Segue alguns relatos que demonstram essa realidade no município de Bariri.

“Em determinado bairro tinha uma igreja, com uma praça na frente e um quiosque, e as pessoas em situação de rua ficavam ali, os vizinhos começaram a se queixar do odor de urina, roupa acumulada, lixo muitas vezes, foi foi... com a mobilização da população destruíram o quiosque para eles não ficarem mais ali. Na época orientamos as pessoas em situação de rua da possibilidade disso acontecer e eles acabaram indo para outro lugar.” (sujeito 1)

Ainda no que tange à realidade do município de Bariri, foi exposto pelo sujeito 1 outra situação que apresenta cunho higienista, conforme segue:

“Maior parte das pessoas em situação de rua fica na praça da matriz, no banheiro, no coreto, deixam ali roupa, tem uma escada que desce do coreto, ali eles urinam, vire e mexe sempre tem alguém que liga incomodado com essa situação. No período de final de ano, recebi uma ligação que ali seria montado a casinha do Papai Noel e eles teriam que sair dali. Recebo ligações indicando a necessidade de lavar a praça, a pessoa responsável diz que é necessário ver o que desejam tirar de pertence e indica se podemos avisá-los.” (sujeito 1)

No município de Igarapu do Tietê o sujeito 3 apontou:

“Busca ativa de acordo com as denúncias que chegam. Prefeito pede, o pessoal está em situação de rua, passa lá para assistência vê o que faz, no sentido de cuidado, aquilo que pode ser feito. Ou é o prefeito que solicita, ou

alguém da rede, mídia, vizinho que as vezes está incomodado ou comércio, informa sobre a situação de uma pessoa na rua e fazemos a intervenção.” (sujeito 3)

Apesar do sujeito 3 indicar que as solicitações não apresentam caráter higienista, ao considerar a ideologia presente em nossa sociedade de criminalização da pobreza, que norteia as ações direcionadas as pessoas em situação de rua, em especial por parte dos gestores municipais, é bastante provável, que as pessoas que solicitam as intervenções da equipe atuante da política de assistência social, fundamentem essa solicitação de acordo com a lógica punitiva e preconceituosa predominante em nossa sociedade.

Quanto ao município de Itápolis verifica-se que as informações apresentadas no Plano Municipal de Assistência Social (2022-2025) indicam o formato que o município foi organizado, realidade que demonstra a estratégia criada para gestão da pobreza no município e que separa geograficamente a população mais vulnerável das pessoas que possuem condições financeiras mais estável. Segue as informações registradas no respectivo documento (2022 – 2025, p. 44 e 45):

A construção de conjuntos habitacionais populares no município deu-se na sua totalidade na região sudeste por se tratar de área de menor valor imobiliário, apresentando uma tendência de se criar bairros populares nessa região, devido aos terrenos serem menos valorizados se comparados a outros bairros da cidade, fazendo com que haja uma divisão territorial, onde, de um lado, se concentra os pobres e, do outro, os economicamente mais abastados. A constituição desses bairros aprofundou e ampliou as desigualdades e a exclusão social, pois, podemos dizer que há uma segregação territorial entre bairros ricos e bairros pobres.

Ademais, uma das profissionais entrevistadas indicou que “As pessoas avisam quando tem pessoas dormindo no comércio e acionam, mais na perspectiva de higienização.” (sujeito 6).

A outra profissional entrevistada relatou que: “As pessoas em situação de rua não ficam na área central, mas no bairro onde residem as pessoas mais vulneráveis, os vizinhos próximos ao local que ficam, criticam e cobram muito, pois esse público faz barulho a noite, brigam.” (sujeito 7).

As informações expostas até aqui indicam uma lógica de atendimento que direcionou, no decorrer dos anos, as ações executadas para atender as pessoas em situação de rua e que ainda norteia o trabalho efetivado por vários municípios.

Com base no disposto por Rocha (2021 c), entende-se como importante marcar na presente dissertação que as ações efetivadas para atendimento as pessoas em situação de rua, as políticas existentes se mostram importantes, todavia, se faz necessário repensar se os objetivos dessas ações se apresentam condizentes ao respeito à liberdade e ao desejo manifestado pelo respectivo público. Nesse sentido, vale apontar aqui, algumas considerações apresentadas por ROCHA (2021c, p. 89):

É importante salientar que a população em situação de rua está relacionada à estrutura de organização da sociedade no sistema capitalista, sendo assim, as políticas específicas no contexto do neoliberalismo ou serviços de execução jamais serão capazes de solucionar as expressões da questão social.

Pensar a construção das políticas sociais no contexto neoliberal, requer compreender suas contradições a partir da elaboração, na lógica da sociedade capitalista que regulará, de maneira quase dominante, o alcance dessas políticas, a forma de execução e o impacto das ações.

Ressaltamos que não negamos a importância dessas políticas específicas para PSR, todavia, é necessário compreender que talvez o principal objetivo deveria ser o reconhecimento da identidade de pessoa em situação de rua e não a obrigatoriedade da superação da condição de rua dispensaríamos a negação do sujeito de rua e a sua transformação em sujeito trabalhador-consumidor o que seria relevante para a elaboração de processos reais de transformação da realidade dessas pessoas.

Considerando o exposto pela autora e todas as informações expostas até aqui, compreende-se que, de fato, se mostra importante o reconhecimento das pessoas em situação de rua como sujeito de direitos, de modo que as ações efetivadas para o atendimento desse público sejam pautadas pelo respeito à liberdade individual e ao interesse manifestado pelos indivíduos.

Avalia-se que importantes avanços já foram alcançados pelas políticas públicas em consonância com a perspectiva apresentada acima, no entanto, há um longo caminho para ser percorrido, avanços ainda se fazem necessários para enfrentar a ideologia presente em nossa sociedade, que criminaliza a pobreza.

No decorrer dessa pesquisa será apresentado o atendimento proposto atualmente pelas normativas vigentes, que caminha na direção do reconhecimento da identidade das pessoas em situação de rua como sujeito de direitos.

2.2 PARTICULARIDADES SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CONTEMPORANEIDADE

Carlos (2024) aponta que o documento “População em situação de rua - Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal” (2023), doravante denominado como “Diagnóstico”, afirma que no ano de 2022, havia 236.400 pessoas em situação de rua inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚnico), ou seja, 1 em cada 1.000 pessoas no Brasil estava vivendo em situação de rua.

Dados mais recentes do CADÚnico, apresentados pela “Série Histórica por unidade da federação com o “Total de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único”, apontam que no mês de janeiro de 2025, existia 317.840 famílias nessa condição no país.⁴

No mês de maio de 2025, com o objetivo de coletar maiores informações sobre o quantitativo de pessoas em situação de rua, efetivou-se consulta aos dados apresentados pelo Observatório do Cadastro Único⁵. Tais dados, referentes ao mês de março do respectivo ano, indicam a existência de 323.026 famílias em situação de rua, totalizando 335.151 pessoas nesta condição.

Observa-se pelas informações apresentadas, que em curto prazo, tem se ampliado o número de pessoas em situação de rua no país.

Tratando especificamente do perfil apresentado pela população em situação de rua, o documento “Diagnóstico” indica a prevalência de pessoas do sexo masculino cadastradas no Cadastro Único sendo 87%, ademais, menciona que 55% dessa população possui entre 30 e 49 anos, sendo pessoas negras 68%; tal quantitativo corresponde a 51% de pessoas pardas e 17% pretas. Ao considerar o quesito raça ou cor, o “Diagnóstico” informa que a população negra representa 93% das pessoas em situação de rua nos estados da Bahia e do Amazonas.

⁴ De acordo com as informações dispostas pela Série Histórica” por unidade da federação com o “Total de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único”. Disponível em [https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q\[\]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bfmhj05Kv2rmg2a19ZW51ZXKmaX6JaV2JlmCab2CNrMmTbXuUoNgmrMGpjLrCl6WjIMnsm%2BiqGt3nSlitJiZysZupbCoyveho7CpoVrdnm20mJoaDp%2FTngZ94LpUr7Gpr9r89BHanHfFmlqvqL6btqKvq6ej7ZrAbqWcd6SUzp6m0e28VP%2Fio6PcqMm%2Bcqnt3W4%3D&ag=m&codigo=350520](https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q[]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bfmhj05Kv2rmg2a19ZW51ZXKmaX6JaV2JlmCab2CNrMmTbXuUoNgmrMGpjLrCl6WjIMnsm%2BiqGt3nSlitJiZysZupbCoyveho7CpoVrdnm20mJoaDp%2FTngZ94LpUr7Gpr9r89BHanHfFmlqvqL6btqKvq6ej7ZrAbqWcd6SUzp6m0e28VP%2Fio6PcqMm%2Bcqnt3W4%3D&ag=m&codigo=350520) Acesso em 21.mar.2025.

⁵ De acordo com as informações dispostas pelo Observatório do Cadastro Único. Disponível em <https://painéis.mds.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index.html>. Acesso em 28mai.2025

Acrescenta-se que Carlos (2024), apoiada em Rocha (2021a), indica que as pesquisas censitárias apresentam resultados semelhantes em várias categorias ao abordar o perfil da população em situação de rua. Trata-se de uma realidade que mostra que apesar da heterogeneidade dessa população, as características relacionadas ao gênero masculino, ao baixo nível de escolaridade e à realização de alguma atividade remunerada são predominantes nas pessoas negras que têm as ruas da cidade como espaço de moradia.

Vale apontar aqui, com base no disposto por Santos e Sarreta (2022) que mesmo diante das limitações existentes na rua, essa população é produtiva, visto que nela, estão pessoas que executam atividades diferenciadas para sua sobrevivência, dentre as quais, destaca-se à coleta de materiais recicláveis, além de trabalhos com arte e chapa, como flanelinhas, vendedores ambulantes, na construção civil, como trabalhadoras(es) do sexo.

No que tange aos dados apresentados no documento “Diagnostico”, aponta-se que as informações apresentadas se fundamentam nas informações disponíveis nas respectivas bases de dados: Cadastro Único – CADÚnico, Registro Mensal de Atendimento – RMA da Assistência Social; Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN; Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES e Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB da Saúde.

O documento “Diagnóstico”, indica ainda, que os respectivos sistemas apresentam dados limitados, pois, não abrangem as pessoas em situação de rua que não se encontram cadastradas no CADÚnico ou que não possuem documento de identificação. Diante de tal realidade, trata-se de um diagnóstico preliminar e parcial sobre a população em situação de rua, o qual deverá ser complementado, a partir da disponibilização de dados do Censo Demográfico 2022 e através de outros instrumentos de diagnóstico permanentes da população em situação de rua que serão construídos.

Conforme já expostos nesse estudo, o documento “Diagnóstico” indica que 3.354 dos municípios brasileiros tinha pelo menos uma pessoa em situação de rua cadastrada em dezembro 2022, o que corresponde a 64% do total de municípios do país. A região Sudeste é a que concentra maior número de pessoas em situação de rua, sendo 62%, entre os Estados. Dentre esses, o Estado de São Paulo é o que concentra maior população, sendo 95.195 pessoas (40% do total), e a maior parte encontra-se concentrada na capital (53.853).

Os dados indicam a realidade de apenas uma parcela da população em situação de rua, posto que muitas pessoas que se encontram nessa condição não possuem qualquer cadastro que as identifique como parte desse grupo; diante disso, acredita-se que o número de pessoas em situação de rua que se encontram invisíveis é bem maior do que o quantitativo informado nos dados expostos acima. Tal realidade se apresenta um importante desafio para a sistematização de informações sobre as particularidades vivenciadas pelo público em tela, evidenciando, assim, a necessidade da realização de diagnósticos em âmbito Nacional, Estadual e Municipal que apresentem a realidade vivenciada por essas pessoas.

O documento “Diagnóstico” indica ainda que as principais causas para a permanência dessas pessoas na rua são os problemas familiares (44%), somado ao desemprego (39%) e ao alcoolismo e/ou uso de drogas (29%). O autor Natalino (2023) aponta que “quanto maior a aglomeração humana em determinada localidade, maior a incidência de pessoas em situação de rua. Ou, em outros termos, quanto mais populosa a cidade, maior o número proporcional de pessoas em situação de rua” (2023, p.14). Ainda com base no disposto pelo autor em tela, verifica-se que o dinamismo econômico dos municípios, também, se mostra um dos fatores que contribui para que as pessoas mais pobres que não possuem muitas alternativas para a manutenção da sobrevivência, permaneçam em situação de rua.

A desigualdade de renda, o nível de escolaridade, a pobreza, e as situações de privação econômica e exclusão social, são consideradas pelo documento “Diagnóstico” como fatores fortemente correlacionados para a permanência em situação de rua.

Os dados apresentados pelo Observatório do Cadastro Único, referente ao mês de março de 2025, indicam alguns fatores para permanência das pessoas em situação de rua, entre os quais destaca-se: o desemprego (122.330 pessoas); problemas com familiares (137.435 pessoas); alcoolismo/droga (90.989 pessoas); perda de moradia (88.373 pessoas).

Considerando a diversidade de fatores que resultam a vivência de pessoas em situação de rua e tendo em mente os reflexos das desigualdades sociais presentes na sociabilidade capitalista, verifica-se que não é coerente indicar que existe um motivo único para a permanência de pessoas nessa condição.

Nesse sentido, vale mencionar, as considerações apresentadas pela autora Tiengo, as quais elencam alguns elementos importantes ao se referir sobre a vivência de pessoas em situação de rua (2023, p. 259,260, 261):

O processo de rualização não é algo simples. É uma expressão da questão social complexa, cujas determinações são encontradas junto aos determinantes da estrutura dessa sociedade. Demonstramos que a existência de pessoas em situação de rua é um fruto do capitalismo. Integram a superpopulação relativa, que é uma condição de existência desse modo de produção. Logo, não são meramente escolhas individuais que culminam com a rualização. Associar a existência dessa expressão da questão social à preguiça, drogadição, falta de esforço, baixo nível instrucional, o desejo pessoal ou a busca pela liberdade obstaculiza uma visão de totalidade.

[...]

Para acordarmos com aquela ideia de a população em situação de rua estar na rua porque quer, como uma expressão da liberdade, precisaríamos de uma sociedade na qual fosse de fato possível a liberdade de escolha. E enquanto não há garantia e cumprimento de direitos básicos, não há de fato liberdade. Logo, enquanto a sociedade capitalista não garante moradia, educação, saúde, alimentação, emprego e renda aos seus membros, não podemos mensurar uma liberdade.

As considerações apresentadas pela autora, apontam para a necessidade de compreensão da realidade vivenciada pelas pessoas em situação de rua em sua totalidade, ademais; a autora salienta a necessidade de mudança da lógica vigente em nossa sociedade, que não garante à população o acesso aos direitos básicos para sobrevivência.

Além das informações apresentadas até aqui sobre as particularidades que integram a realidade das pessoas em situação de rua no Brasil, compreende-se como importante marcar, nessa dissertação, a existência de vários termos utilizados para caracterizar essa população.

Tiengo (2016) apoiada em Pereira (2008) e Rosa (2005), indica alguns termos adotados para nomear essa população, dentre os quais destaca-se: mendigos, pedintes, marginalizados, homeless⁶, sofredores de rua, moradores de rua, pessoas em situação de rua. A autora aponta também que não existe um termo ideal para designar esse público, que seja imune a críticas, sendo os termos mais usados na literatura atual: “população de rua” e “população em situação de rua”.

Observa-se que se mostram amplas as discussões referentes aos termos mais indicados para denominar esse público; na presente dissertação não serão

⁶ Termo usado em inglês que significa “sem casa”.

aprofundadas as considerações com relação à questão em destaque. Todavia, entende-se como importante registrar, que o uso da terminologia “pessoas em situação de rua” foi adotada nessa pesquisa, posto que é o termo utilizado pelos materiais que regulamentam o atendimento ao respectivo público pela política de assistência social. Vale mencionar ainda, que a terminologia adotada por essa pesquisa é a utilizada pelo Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 que institui a PNPSR. Segundo o respectivo decreto essa população é caracterizada da seguinte forma:

Art. 1º [...]

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

A partir da conceituação apresentada acima, direcionou –se a caracterização do público-alvo dessa pesquisa e as demais considerações apresentadas nessa dissertação.

3. A REGIÃO DE BAURU (SP): APROXIMAÇÕES À REALIDADE VIVENCIADAS PELAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NESSES TERRITÓRIOS

O Estado de São Paulo integra um dos quatro estados da Região Sudeste do território brasileiro, e faz fronteira com os estados de Minas Gerais ao norte e nordeste; Paraná ao sul; Rio de Janeiro a leste; e Mato Grosso do Sul, a oeste. O seu território abrange 645 municípios, em termos de população, se caracteriza como o estado que detém o maior contingente populacional do território brasileiro. De acordo com os resultados apresentados pelo Censo Demográfico de 2022, a população do estado é de 44.211.238 habitantes, sendo a densidade demográfica em território paulista de 178,92 habitantes por quilômetro quadrado.⁷

⁷ De acordo com o disposto no Plano Estadual de Assistência Social Peas – 2024-2027, p. 41. Disponível em <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/12/peas-2024-2027.pdf> Acesso em 21 mar.2025.

É um estado que se caracteriza pela distribuição populacional heterogênea, dividida entre alto percentual de municípios de pequeno porte (Porte 1 -P1 e Porte 2 - P2) com baixa densidade populacional, e, inversamente, uma ocupação territorial de alta densidade, distribuída entre um número reduzido de municípios de porte médio e porte grande, e três metrópoles.⁸

As considerações aqui apresentadas, se baseiam no conteúdo disposto nos Planos Estaduais de Assistência Social do Estado de São Paulo versões 2016 – 2019⁹ e 2024 -2027¹⁰, de modo que, buscam retratar alguns aspectos importantes da realidade estadual, bem como, da área regional de Bauru do MP, possibilitando, assim, a visualização das principais características e vulnerabilidades presentes no estado/região.

Tratando especificamente da economia do estado de São Paulo, os indicadores estaduais apresentam-se relativamente superiores aos de grande parte do território nacional nos aspectos de trabalho e rendimento, níveis de empregabilidade, renda per capita nominal mensal familiar, assim como no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e nos indicadores de escolarização. Alguns dos dados do IBGE, censitários ou amostrais, de 2023, reforçam essa tendência, demonstrando uma razoável e relativamente rápida recuperação em indicadores atingidos pela pandemia de Covid-19, como emprego e rendimento. Cabe mencionar aqui, que a gestão da política de assistência social nos territórios do Estado de São Paulo, se organiza por meio de Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS), havendo no total 26 unidades distribuídas por todo estado.

A área regional de Bauru do Ministério Público do Estado de São Paulo - MPSP, universo dessa pesquisa, é composta por 80 municípios, sendo distribuídos pelos territórios pertencentes a cinco DRADS: Araraquara, Avaré, Bauru, Botucatu e Marília. Cabe marcar aqui, que dois municípios alvo desse estudo, Bariri e Igarçu do Tietê,

⁸ De acordo com o disposto no Plano Estadual de Assistência Social Peas – 2024-2027, p. 42. Disponível em <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/12/peas-2024-2027.pdf> Acesso em 21mar.2025.

⁹ De acordo com o Plano Estadual de Assistência Social do Estado de São Paulo 2016 - 2019 p. 222 – 255. Disponível em <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/1321.pdf>. Acesso em 20 marc.2025

¹⁰ De acordo com o disposto no Plano Estadual de Assistência Social Peas – 2024-2027. Disponível em <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/12/peas-2024-2027.pdf> Acesso em 21mar.2025.

são pertencentes à DRADS Bauru e o município de Itápolis, integra a área da DRADS Araraquara. Considerando a extensão territorial da área regional de Bauru (SP), do Ministério Público, serão apresentados a seguir, informações que tratam das particularidades do estado de São Paulo e dos territórios das DRADS que integram essa região. Segue abaixo o mapa Microrregiões e Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS) do Estado de São Paulo¹¹.

MAPA 1 - MICRORREGIÕES E DIRETORIAS REGIONAIS DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (DRADS) DO ESTADO DE SÃO PAULO



Fonte: São Paulo (2017). Adaptado por Karla Gimenes Antiquera Carlos

Tendo como referência as DRADS que integraram a área regional de Bauru do Ministério Público, vale apontar que o Plano Estadual de Assistência Social do Estado de São Paulo 2015-2019 indica que no território da DRADS de Araraquara composto por 26 municípios, o emprego e habitação se caracterizam como os principais problemas de todo o território, principalmente nos períodos de entressafra.

No que tange as características dos 29 municípios que integram a DRADS de Avaré, o respectivo Plano indica que, 10 deles apresentam o IDH mais baixo do Estado de São Paulo. A base econômica que predomina na região é a agropecuária. As localidades existentes no entorno de Avaré e Ourinhos utilizam os Serviços de

¹¹De acordo com as informações dispostas pela Secretária de Desenvolvimento Social – coordenadoria de Gestão Estratégica- CGE do Estado de São Paulo Disponível em: <https://admin.cms.sp.gov.br/dx/api/dam/v1/collections/80748ee5-0d64-427a-962d-f7b1f641b6b1/items/5173ed4d-0597-4e74-8b69-b03d58bad303/renditions/20302849-a1ed-4d41-9553-ea4fbc414520?binary=true>. Acesso em 28 mai.2025

Saúde de Alta Complexidade dessas cidades, e nelas possuem acesso às Universidades, ao Comércio, Segurança Pública, entre outros.

Entre as particularidades do território que integra a DRADS Avaré, registra-se a presença de população indígena no município de Barão de Antonina. Tratando ainda do território da respectiva DRADS, o município de Iaras, apresenta famílias assentadas e acampadas.

A região em destaque agrega também presídios de segurança máxima e unidades de internação da Fundação CASA, realidade que concentra um volume elevado de população flutuante, de acordo com o diagnóstico elaborado pelas DRADS e registrado no Plano Estadual de Assistência Social do Estado de São Paulo 2016-2019. Na região de Avaré, a população carcerária ocupa presídios de alta periculosidade nos seguintes municípios: Itaí, Avaré, Cerqueira César, Iaras e Taquarituba. Além desses presídios, há quatro unidades da Fundação CASA nos municípios de Cerqueira César e Iaras.

Com relação ao território da DRADS Bauru, composta por 39 municípios, registra-se que a respectiva unidade se localiza na região central do Estado e que Bauru é o município do interior do Estado que reúne melhor estrutura para a implantação de empreendimentos industriais e comerciais. O entroncamento rododromo-ferroviário favoreceu o desenvolvimento econômico baseado em atividades industriais (têxteis, mobiliário, bebidas, alimentos) e agropecuárias (cana-de-açúcar, carne bovina, laranja), com a presença de grandes usinas sucroalcooleiras.

A base da economia é a agricultura, agropecuária, agroindústria, pequenas indústrias e comércio. Por ser uma região agrícola, observa-se desemprego e trabalho informal na época da entressafra. Após a safra, a mão de obra dificilmente é absorvida, agravando-se as dificuldades de emprego em razão da baixa escolaridade e da falta de qualificação profissional desses trabalhadores. A hidrovía Tietê-Paraná é um dos principais pontos de escoamento da produção agrícola e industrial de toda a região. Os cinco municípios da região com maior IDH são: Bauru, Barra Bonita, Lins, Piratininga e Jaú. Vale apontar aqui, que Jaú e Barra Bonita são “vizinhos” do município de Igarçu do Tietê, alvo dessa pesquisa, sendo a distância do primeiro 26 km e do segundo 3,2 km.

Na área regional de Bauru (conforme abrangência do MP), situam-se municípios turísticos e que integram a DRADS de Bauru, a exemplo, cabe citar os municípios de Barra Bonita e Igarçu do Tietê, este último, alvo dessa pesquisa. O

Plano Estadual de Assistência Social do Estado de São Paulo 2016-2019 aponta que nas temporadas, observa-se nesses municípios, o aumento do trabalho infantil e até mesmo casos de abuso sexual infantil, além do uso de substâncias psicoativas.

Vale marcar ainda, que a região de Bauru abriga 11 Unidades Prisionais, 1 Centro de Detenção Provisória, 1 Centro de Ressocialização, 2 Unidades de Internação da Fundação CASA.

A região de Bauru conta, ainda, com a Reserva Indígena Arariba, localizada no município de Avaí, a qual é composta por quatro aldeias, apresentando um quantitativo médio de 650 pessoas.

Tratando do território da DRADS de Botucatu, composto por 13 municípios, registra-se que a economia dessa região é caracterizada, principalmente, por atividades agropecuárias e de reflorestamento; constitui exceção o município de Botucatu, que possui um parque industrial de relevância, o qual agrega trabalhadores dos pequenos municípios que estão em seu entorno. Tal município, pelo seu desempenho na área de saúde e educação, caracteriza-se como polo regional, prestando atendimento a uma população que extrapola o âmbito regional.

A região da DRADS Marília, composta por 38 municípios, apresenta forte perfil agroindustrial; a base econômica da região é a agricultura e a pecuária, com ênfase para a bacia leiteira e a criação de gado para corte. Os municípios de Marília, Pompeia e Garça se destacam na atividade industrial, com predominância da produção de gêneros alimentícios, já que o setor de serviços se concentra principalmente em Marília, Assis e Tupã. O município de Arco-Íris, situado na região de Marília, possui uma aldeia indígena, com 240 habitantes.

Observa-se que se apresentam distintas as características e vulnerabilidades de cada território de DRADS que integra a área regional de Bauru do MP. Cabe marcar aqui, que os dados apresentados sobre os territórios que integram as DRADS em discussão, apesar de retratarem a realidade da região no período de elaboração do Plano Estadual de Assistência Social do Estado de São Paulo 2015-2019, indicam a diversidade econômica dessa região; em alguns municípios a economia é baseada no setor agrário; realidade que resulta a ausência de emprego em período de entressafra. A agroindústria, e o setor comercial, também, se apresentam como uma característica comum dos municípios da região, havendo alguns municípios que apresentam índice de desenvolvimento humano elevado comparando-se aos demais municípios da

região e outros, em que esse índice se mostra baixo, em comparação aos demais municípios do Estado.

No que tange a realidade das pessoas em situação de rua, o Plano Estadual de Assistência Social do Estado de São Paulo 2024-2027 indica o cadastramento no CADÚnico de 95.386 pessoas nessa condição, no estado. Esse público se faz presente em 439 municípios, o que representa 68% do território; um quantitativo que representa 0,2% da população total do Estado e 0,9% do contingente inserido no CADÚnico.

O documento em destaque aponta ainda que no Estado de São Paulo, 206 municípios (32%) não apresentam registros de pessoas em situação de rua no CADÚnico. Em 347 municípios (53%), o quantitativo se distribui entre 1 e 100 pessoas nesta condição. As maiores concentrações estão em 11 municípios de médio e grande porte, e inclui as três metrópoles: São Paulo, Campinas e Guarulhos. Nesse grupo, o quantitativo de pessoas em situação de rua varia de 2.021, em Campinas, a 58.999, na Capital. Os territórios das DRADS Capital, Campinas, Grande São Paulo Norte, São José do Rio Preto, Vale do Paraíba e Baixada Santista, apresentam as maiores concentrações desse contingente.

Os dados apresentados pela “Série Histórica” por unidade da federação com o “Total de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único”, indicam que em janeiro do presente ano, essa população no Estado de São Paulo totalizava 135.969 famílias.

Dados mais recentes, apresentados pelo Observatório do Cadastro Único referentes ao mês de março de 2025, indicam a existência de 138.894 famílias em situação de rua, totalizando 143.509 pessoas nessa condição no Estado de São Paulo.

É possível observar um aumento significativo desse público ao comparar as informações apresentadas pelo Plano Estadual de Assistência Social.

As pessoas em situação de rua; famílias ciganas; famílias de pescadores artesanais; famílias ribeirinhas; famílias acampadas, pessoas indígenas, famílias de pessoas sentenciadas a cumprir penas no sistema carcerário, juntamente com outros grupos, constituem-se pertencentes ao perfil populacional caracterizado pelo CADÚnico como Grupos Populacionais, Tradicionais e Específicos – GPTE; no território paulista esse público totaliza 213.605 pessoas. A concentração dessa

população se apresenta mais expressiva na capital do estado, na grande São Paulo Norte, em Campinas e no Vale do Paraíba.

Tratando do público classificado como GPTE pelo CADÚnico, as DRADS que integram a área regional de Bauru do Ministério Público, apresentam os seguintes dados com relação a esse público:

TABELA 1 – DADOS SOBRE O TOTAL DE MUNICÍPIOS COM GRUPOS POPULACIONAIS, TRADICIONAIS E ESPECÍFICOS – GPTE POR DRADS QUE INTEGRAM A ÁREA REGIONAL DE BAURU DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – MPSP ¹²

DRADS	Total de municípios	GPTE	Total de CADÚnico Atualizado	%Cad Total Atualizado
Araraquara	26	7.877	215.135	3.66
Avaré	29	4.671	150.602	3.10
Bauru	39	8.604	258.525	3.33
Botucatu	13	951	82.378	1.15
Marília	38	4.287	193.612	2.21

As regiões da DRADS Bauru e Araraquara, que abrangem os municípios alvo dessa pesquisa, apresentam maior número de GPTE, sendo uma característica relevante dessas regiões a ser observada, no processo de planejamento das políticas públicas.

Vale indicar aqui, que diante dos dados apresentados acima, se mostra importante evidenciar que a população indígena integra o grupo populacional tradicional e específico que apresenta maior destaque na área regional de Bauru do Ministério Público. A população carcerária, também, corresponde ao público em evidência, tendo por base as informações coletadas nos diagnósticos de cada DRADS que integra a região. A vivência de pessoas em situação de rua não corresponde um aspecto em destaque na região.

Ademais, tendo em mente as características de outras regiões do estado que apresentam maior concentração dessa população, observa-se que o quantitativo de pessoas em situação de rua apesar de reduzido, se apresenta uma realidade nos

¹² De acordo com as informações dispostas pelo Plano Estadual de Assistência Social do Estado de São Paulo 2024-2027, p. 117.

municípios de pequeno porte; cita-se como exemplo, os municípios alvo desse estudo; realidade que demanda reflexões, sobre as estratégias de atendimento possíveis para defesa dos direitos dessa população.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE BARIRI, IGARAÇU DO TIETÊ E ITÁPOLIS E AS PARTICULARIDADES VIVENCIADAS PELAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DESSES MUNICÍPIOS

3.1.1 Caracterização do Município de Bariri

O município de Bariri (SP), de pequeno porte II, tem uma extensão territorial: 444,405 Km² (IBGE 2023); está localizado no Cento Oeste Paulista, à distância do município até a capital de São Paulo é de 330 km. Seu setor econômico local se mostra voltado para Agropecuária, Indústria e Serviços. Apresenta densidade demográfica de 71,1hab/km² é banhado pelos rios Tietê e Jacaré Pepira e cortada por diversos córregos e Ribeirões. É um município antigo; sua fundação data de 1890. Atualmente, conforme dados do IBGE, possui 31.595 habitantes (IBGE 2022) com estimativa de 32.405 habitantes estimados em 2024 (IBGE 2022). Conforme dados a (SEAD¹³), têm um índice de Envelhecimento em 2021 -106,15%; uma população com 60 anos e mais em 2021 – 18,23%(SEAD) e uma população com menos de 15 anos em 2021 – 17,18% (SEAD). Outros dados são: quantitativo de pessoas em situação de rua em junho de 2023¹⁴ – 27 pessoas e quantitativo de famílias em situação de rua em fevereiro de 2025 inscritas no CAD Único¹⁵ - 39 famílias. Informações mais

¹³ De acordo com as informações dispostas pela SEAD – Perfil dos municípios paulistas. Disponível em <https://perfil.seade.gov.br/>. Acesso em 22mar.2025

¹⁴ De acordo com as informações dispostas pelo Observatório Nacional dos direitos Humanos - Observa DH – ferramenta que não apresenta informações atualizadas. Disponível em: <https://observadh.mdh.gov.br/>. Acesso em jun.2023

¹⁵ De acordo com as informações dispostas pela Série Histórica” por unidade da federação com o “Total de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único”. Disponível em [https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q\[\]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bfmhj05Kv2rmg2a19ZW51ZXKmaX6JaV2JlmCab2CNrMmTbXuUoNqmrMGpjLrCl6WjIMnsm%2BiqGt3nSlitJiZysZupbCoyveho7CpoVrdnm20mJoaDp%2FTnqZ94LpUr7Gpr9r89BHanhHfFmlqvqL6btqKvq6ej7ZrAbqWcd6SUzp6m0e28VP%2Fio6PcqMm%2Bcqnt3W4%3D&ag=m&codigo=350520](https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q[]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bfmhj05Kv2rmg2a19ZW51ZXKmaX6JaV2JlmCab2CNrMmTbXuUoNqmrMGpjLrCl6WjIMnsm%2BiqGt3nSlitJiZysZupbCoyveho7CpoVrdnm20mJoaDp%2FTnqZ94LpUr7Gpr9r89BHanhHfFmlqvqL6btqKvq6ej7ZrAbqWcd6SUzp6m0e28VP%2Fio6PcqMm%2Bcqnt3W4%3D&ag=m&codigo=350520). Acesso em 22 marc2025.

atualizadas apresentadas pelo Tabulador do Cadastro Único¹⁶ referentes ao mês de junho de 2025, indicam a existência de 44 famílias em situação de rua no município e de 45 pessoas nessas condições. Bariri é um município com IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) - 0,750 (2010).

Os dados apresentados pelo Tabulador do Cadastro Único referentes ao mês de maio de 2025 indicam a existência de 3.720 famílias cadastradas no CAD Único, destas 1.435 se encontram em situação de pobreza, 834 em situação de baixa renda e 1.451 com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo. O quantitativo de pessoas em situação de pobreza no município demanda atenção, no sentido de prevenir o aumento de pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e sobrevivência.

No que tange aos indicadores de Trabalho e renda, segundo dados do IBGE, indicam-se: Salário médio dos trabalhadores formais - 2,2 salários mínimos (2022); Pessoal ocupado - 11.623 pessoas (2022); População ocupada - 36,79 % (2022); Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo -26,7 % (2010), Participação dos Empregos Formais da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura no total de empregos formais - 9,31(SEAD 2019); Participação dos Empregos Formais da Indústria no Total de Empregos Formais - 37,88 % (SEAD 2019); Participação dos Empregos Formais do Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas no Total de Empregos - 22,43% (SEAD 2019); Participação dos Empregos Formais dos Serviços no Total de Empregos Formais - 29,39 % (SEAD 2019).

Quanto aos indicadores apresentados pelo Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, o município de Bariri apresenta ¹⁷Índice de riqueza

¹⁶ De acordo com informações dispostas pelo Tabulador do Cadastro Único. Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php Acesso em 02 jun.2025

¹⁷ Indicador sintético de riqueza: combinação linear de quatro variáveis econômicas, sendo expresso em uma escala de 0 a 100, na qual o 100 representa a melhor situação e zero, a pior. Disponível em <https://perfil.seade.gov.br/?> Acesso em 16 jun.2025

de 40 (SEAD 2018), ¹⁸longevidade de 74 (SEAD 2018) e de ¹⁹escolaridade de 67 (SEAD 2018).

O município em tela apresenta 97.8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 99,1% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 15.5% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio (IBGE 2010).

No que tange ao saneamento básico, 99,61% (SEAD 2010) da população é atendida com abastecimento de água e a coleta de lixo é disponibilizada para 99,89% (SEAD 2010) da população.

A taxa de natalidade para 1.000 habitantes -12,08 (SEAD 2019), a taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 11,73 para 1.000 nascidos vivos. (IBGE 2022).

O Plano Municipal de Assistência Social de Bariri-2025 aponta, que segundo os dados apresentados pelo CECAD, base de dados do CADÚnico, em setembro de 2024, esse cadastro apresentava um total de 8.976 pessoas, pertencentes a 3.479 famílias. Deste quantitativo, 1.460 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família; 35 famílias são beneficiárias do Programa Renda Cidadã e 8 jovens acessam o Programa Ação Jovem. O Programa Viva Leite/ Nosso Leite atende 490 crianças e o Programa Municipal do Leite beneficia 204 pessoas.

No que tange ao Benefício de Prestação Continuada – BPC 212, idosos acessam o benefício e 309 pessoas com deficiência. Por fim, o Programa Emergencial de Acesso ao Trabalho – PEAT conta com 20 participantes.

3.1.2 Caracterização das pessoas em situação de rua em Bariri

Tratando da realidade das pessoas em situação de rua do município de Bariri, conforme exposto acima, os dados de fevereiro de 2025, indicam um total de 39

¹⁸ Indicador sintético de longevidade: combinação linear de quatro taxas de mortalidade, sendo expresso em uma escala de 0 a 100, na qual o 100 representa a melhor situação e zero, a pior. Disponível em <https://perfil.seade.gov.br/>? Acesso em 16 jun.2025

¹⁹ Indicador sintético de escolaridade: combinação linear de quatro variáveis relativas à escolaridade, sendo expresso em uma escala de 0 a 100, na qual o 100 representa a melhor situação e zero, a pior. Disponível em <https://perfil.seade.gov.br/>? Acesso em 16 jun.2025

peessoas nessa condição. Na oportunidade da coleta de dados por meio de entrevista com profissionais inseridas da política de assistência desse município, efetivada no mês de dezembro de 2024, as profissionais contatadas indicaram:

“Temos 50, mas ficamos de rever, pois não estão aqui, ainda estão na pasta, mas deixamos por um período para ver se vão retornar, pensamos em seis meses, depois passamos para um ano, pois eles transitam muito.

O irmão do sujeito 10, o yyy sabemos que ele passou por aqui, a gente sabe que ele está em São José do Rio Preto, fica às vezes em Comunidade Terapêutica, às vezes no Albergue, está com uma companheira, mas quando tem conflito volta para rua. Está com o prontuário ativo, porque ele pode voltar a qualquer momento. Ele até falou que viria com a esposa, estava tentando se organizar. Então, assim, desses 50 estamos revendo, então, não tem esse número.” (sujeito 2)

Quando vai fazer uma ação faz para 25 ou 29 pessoas, que sabemos que são aqueles que frequentam, como por exemplo, a confraternização de Natal.” (sujeito 1)

Essas profissionais indicaram, também, a permanência no município de pessoas advindas de municípios vizinhos, segue as informações mencionadas durante a entrevista:

“Vem de outros municípios, Boraceia, Jaú, Itaju, Ibitinga, às vezes passam alguns imigrantes, aí é ofertado passagem aqui. Vem de São Paulo, acabam parando aqui. Vão para Ibitinga ou outro local. Enquanto benefício eventual, temos passagem para Jaú, Ibitinga e Bauru.” (sujeito 1)

“Alguns vem de passagem, achando que aqui tem Albergue, como não tem, acabamos ofertando passagem, pois, aqui não vai ter onde dormir. Às vezes vem casal.” (sujeito 2)

Ademais, segundo informações veiculadas pelas profissionais entrevistadas, as primeiras famílias em situação de rua que obtiveram conhecimento, possuem histórico de permanência em serviço de acolhimento institucional e que até possuem uma casa, mas se encontram em situação precária, de modo que, essas famílias preferem permanecer em situação de rua.

O uso de substâncias psicoativas foi uma característica apontada como presente no cotidiano dessa população, composta por pessoas adultas e idosas. Registra-se ainda, que de acordo com os dados indicados pelas profissionais entrevistadas, o quantitativo de homens se apresenta mais expressivo do que o de mulheres.

No que tange ao público idoso, as profissionais fizeram breve menção à situação de um idoso que permanece em situação de rua desde os nove anos de

idade. Esse usuário já ficou doente, com tuberculose, período em que aceitou a inserção no serviço de acolhimento institucional para idosos do município, permanecendo no local por um período. O usuário foi beneficiado com o Benefício de Prestação Continuada – BPC, mas não se adaptou às regras estabelecidas pelo serviço. A equipe do CREAS buscou orientá-lo sobre as possibilidades de alugar um imóvel, para vivência de forma autônoma, no entanto, o usuário acabou retomando a vivência na rua.

Tratando da realidade vivenciada pelo público feminino, foi informado:

“Mulher em situação de rua, tem uma que veio de fora, outra, tem a família, existe alguns conflitos e acaba ficando na rua, mas não vejo ela em situação de rua. Veio uma de Jaú (SP) estava grávida, mas a família veio buscá-la. Mais homem mesmo. Quando vem mulher é mais com o companheiro mesmo.” (sujeito 2)

Durante a entrevista com dois homens em situação de rua no município, observou-se que a realidade vivenciada por eles é marcada por experiências diversas que demonstram a fragilização dos vínculos familiares, a perda de bens materiais, conforme segue os relatos:

Um usuário entrevistado (sujeito 9) indicou que possui 43 anos, estudou até a 5ª série, se encontra em situação de rua aproximadamente 7 anos; relatou:

“Separação, perdi os móveis, já tive carro bom ano 97. Essa mulher que tinha é uma vagabunda, Deus que me perdoe. O que aconteceu, só queria saber de churrasco, lasanha, calzone, só coisa boa sabe. Aí ela quis largar. Minha mãe falava o dia que acabar seu dinheiro ela vai largar de você, foi dito e feito.” (sujeito 9)

Quanto à sua composição familiar e as experiências vivenciadas ao longo de sua vida, o usuário (sujeito 9) indicou:

“Já fiz trecho, Bariri, Ilha Comprida, Ribeirão Preto, Passos de Minas andei bastante. Voltei pelo casal de filhos, a menina tem 12 e o filho tem 18. Ele já é pai, sou avô. Meu filho faz 1 mês que não vejo, minha filha 12 anos. Eu fui atrás de contato mais briguei com minha mulher ela isolou minha filha. Já sofri muito na vida, perdi minha família inteira, minha mãe morreu afogada eu peguei ela, deu depressão nela, ela ficou meio doida. Eu mudei para Ibiúna, depois para São Carlos para ficar mais perto dela, morei um ano lá tem uns parentes lá. Antes da minha mãe morrer ela saiu, vi que se despediu, uma semana atrás ela tinha tentado se matar, aí eu vi ela saindo no taxi, falei já sei onde ela vai, peguei o fusca e fui para o rio. Cheguei lá meu irmão na água, fui pular para pegar meu irmão, ela veio boiando morta. Já pulei catei ela, fui com meu

irmão, consegui pegar ele. No outro mês, deu infarto no meu irmão que era deficiente mental, ele batia na minha mãe, minha irmã deu meningite. Eu fui na igreja, mas não fui mais, eu batizei, parei um pouquinho, Deus me libertou. Aí eu briguei com minha esposa veio na cabeça toma duas latinha de cerveja, deu aquela brisa, agora dez anos ou mais eu não consigo parar. Perdi a família inteira desanimei. Meu pai é um empresário e nunca me ajudou com nada, nem pensão, aí eu desanimei.” (sujeito 9)

No que tange às dificuldades econômicas que o levaram à situação de rua, o usuário informou que:

“Vendi uma casa, na época foi R\$46.000,00 reais, mudei para Ibiúna, fiquei 1 ano lá, meu cunhado comendo minhas coisas, falei vou embora daqui. Mudei para São Carlos, aí minha mãe morreu afogada, aí perdi a família inteira. Aí eu quis esperar, foi onde meu padrasto deu de graça a casinha da minha mãe R\$28.000,00, casa boa, valia uns R\$50.000,00. Aí me deu R\$10.000,00 e ficou com R\$18.000,00, sendo que era meu padrasto. Eu ajudei fazer a casa, com 11 anos e ele enfiou no nariz. Eu perdi tudo, carro paguei R\$14.800,00, à vista e vendi por R\$9.000,00. Aí peguei um fusca no rolo valia R\$1.000,00 reais, acabou tudo.” (sujeito 9)

Com relação às estratégias utilizadas para sobrevivência nas ruas o usuário indicou (sujeito 9):

“Fico na caixa d’água, prefiro ficar sozinho, eu e Deus, se anda com algum maloca a polícia enquadra. Lá é tranquilo. Eu tinha um colega que ficava comigo, mas na hora de pegar droga ele só queria fumar, tem que ajudar para pegar. Aí abandonei, falei segue seu caminho, vou ficar eu e Deus.” (sujeito 9)

Ao tratar sobre as expectativas para o futuro, o entrevistado mencionou (sujeito 9):

“Estou lutando para alugar uma casa, mas quem disse que sobra dinheiro. Se tivesse uma pessoa para me ajudar, alugar uma casinha, ganhar uma casinha. Até meu pai, se ele desse uma casinha, mesmo se eu pagasse aluguel, dava para fazer uma comprinha já era.” (sujeito 9)

O outro usuário entrevistado, possui 34 anos, é natural do município de Bariri, estudou até o 8º ano e tem dois filhos, uma menina de 13 anos e um menino de 6 ou 7 anos.

O contatado indicou que faz tempo que não vê os filhos e a ex-companheira. No que diz respeito ao período que se encontra em situação de rua, de acordo com

seu relato, permanece nessa condição faz um ano, porém, a equipe do CREAS indicou que desde 2021 o usuário permanece em situação de rua.

Referente a motivação do usuário para permanência na rua, ele informou (sujeito 10):

“Que levou a viver na rua foi que perdi minha casa, tive que vender para acertar algumas coisas com minha ex-mulher. Não tive outra opção, eu não dependo de parente, não gosto de depender da casa de parente, para ficar jogando na cara da gente. Então, é melhor eu ficar de boa, ou eu arrumo um serviço, uma casa para morar sozinho, ou com uma candanga que eu arrumo, ou eu me interno.” (sujeito 10)

Ainda tratando dos vínculos familiares o usuário mencionou (sujeito 10) que só tem um irmão vivo, tenho 34 e ele 31, não sei onde ele está, tá vivo. Faz um tempo que não tem contato. Morreu três irmão e uma irmã, meu pai e minha mãe.”

Tratando das estratégias utilizadas para sobrevivência nas ruas o usuário indicou (sujeito 10):

“Ou nois faz comida na praça como fizemos esses dias, ou aqui perto do cemitério mesmo, tem uma pracinha ali perto. Ou bato casa por casa pedindo comida. Às vezes consigo dinheiro e compro comida, ou as vezes bato no mercado e peço uns retalho. Recebo Bolsa Família, ajuda a comprar as coisas, comprar comida no mercado, açougue. De vez em quando, fico em grupo no centro, mas quando cada um quer andar sozinho cada um vai para um canto. Venho todo dia no CREAS para tomar café da manhã e banho aos finais de semana não tem onde tomar café da manhã e banho. A gente se vira, para tomar banho é complicado, só se for no lago ou no rio, mas não sei nadar.” (sujeito 10)

O usuário informou ainda, que às vezes, vai para outros municípios para “andar um pouco”. Com relação ao seu futuro, o contatado indicou:

“Queria pelo menos ter uma casa para morar, para não ficar nessa vida que eu tô. Uma vida muito sofrida. É difícil para alimentação, dinheiro, só consegue se ficar pedindo. Hoje de manhã ganhei R\$5,00, vendo latinha, para beber pinga e usar droga, se acha que isso compensa...não! Mas hoje eu não tô nem com vontade de usar droga, mais beber mesmo. Uso crack, cocaína, até bafora cola eu baforava, agora isso não dá mais, isso acaba matando a gente. Isso não é vida pra ninguém, nem para os parceiros que estão na rua, isso é uma judiação da nossa vida. A gente está se judiando, não compensa.” (sujeito 10)

Observa-se, diante das informações obtidas, que o município apresenta um significativo número de pessoas em situação de rua e que, essas pessoas apresentam questões diversas que as motivaram a viverem nestas condições.

De acordo com as informações coletadas durante a entrevista com as profissionais participantes da pesquisa, essa população sobrevive do Programa Bolsa Família, ou através da mendicância. Também, realizam alguns trabalhos pontuais, na coleta de materiais recicláveis.

No que tange ao convívio familiar, pelas informações obtidas a partir da entrevista com as profissionais participantes dessa pesquisa, essa população possui familiares, mas diante das diversas questões vivenciadas, os vínculos familiares se apresentam fragilizados/rompidos.

De acordo com relatos, o CREAS se apresenta como uma referência para os usuários, que comparecem na unidade assiduamente para acesso aos serviços ofertados.

Os sujeitos entrevistados relataram a experiência de deslocamento para outros municípios, em alguns períodos, na busca de novas oportunidades, ou até mesmo, para se distanciar da situação que se encontram, mas diante do vínculo estabelecido com o município acabam retornando para Bariri.

As informações aqui expostas constituem-se um recorte da realidade vivenciada pelas pessoas em situação de rua de Bariri, de modo que possibilita ter uma visão geral da realidade vivenciada pelo respectivo público. Acredita-se que uma análise mais aprofundada sobre a caracterização das pessoas em situação de rua do município de Bariri pode ser realizada a partir da coleta de dados disponíveis no CADÚnico.

Admite-se que o levantamento mais preciso do perfil dessa população possibilitaria melhor compreensão de suas demandas, tais informações se coletada pelos profissionais atuantes no município, pode auxiliar a condução do trabalho dos profissionais que integram a rede de atendimento, frente ao respectivo público.

3.1.3 Caracterização do Município de Igarapu do Tietê

De acordo com Varandas (2017, p. 99 e 100) a cidade de Igarapu do Tietê não possui uma data exata de seu povoamento, a princípio a localidade era conhecida como São Joaquim e pertencia ao município de São Manuel-SP. Os dados históricos indicam que no local havia um grupo de pioneiros explorando a fertilidade da terra, entre eles estava o Coronel Joaquim Ribeiro, proprietário de grande gleba territorial e que, por volta do ano de 1900, teve a ideia de formar um núcleo residencial e comercial, para isso, o fez conhecido como Bairro de Barra Bonita e posteriormente, passou a chamar São Joaquim. Com o surgimento de pequenas habitações e alguns estabelecimentos comerciais ampliou-se o número de habitantes e novos colonos, predominando os italianos e seus descendentes. O desenvolvimento acentuado do local elevou o patrimônio de São Joaquim à categoria de distrito, no dia 19 de outubro de 1903, com a denominação de Igarapu, que em Tupi Guarani significa Canoa Grande; nesse período ainda pertencia a cidade de São Manuel.

No dia 1 de janeiro de 1939, o distrito foi transferido para a Comarca de Jaú\SP. Após seis anos, passou a figurar como 2º Subdistrito de Paz de Barra Bonita. O crescimento alcançado por Igarapu do Tietê motivou a esperada elevação à categoria de município em 30 de dezembro de 1953.

Igarapu do Tietê é um município do estado São Paulo, localizado a uma latitude 22 30'33 sul e a uma longitude 48 33'28 oeste, estando a uma altitude de 498 metros. Faz parte da Mesorregião de Bauru e da Microrregião de Jaú.

O município de Igarapu do Tietê (SP), de pequeno porte II, tem uma extensão territorial: 97,747 Km² Km² (IBGE 2023); está localizado no Centro Oeste Paulista, a distância do município até a capital de São Paulo é de 294 km. A cidade se tornou Estância Turística no ano de 1994, atraindo vários turistas para cidade que buscam desfrutar das maravilhas naturais, oferecidas principalmente pelo Rio Tietê que margeia o município.

Atualmente, conforme dados do IBGE, possui 23.106 habitantes (IBGE 2022) com estimativa de 23.430 habitantes estimados em 2024 (IBGE 2022). Conforme dados a (SEAD²⁰), têm um índice de Envelhecimento em 2021 -78,28%; uma

²⁰ De acordo com as informações dispostas pela SEAD – Perfil dos municípios paulistas. Disponível em <https://perfil.seade.gov.br/>? Acesso em 22mar.2025

população com 60 anos e mais em 2021 –14,71%(SEAD) e uma população com menos de 15 anos em 2021 – 18,79% (SEAD). Outros dados são: quantitativo de pessoas em situação de rua em junho de 2023²¹ – 15 pessoas em quantitativo de famílias em situação de rua, em fevereiro de 2025 inscritas no CAD Único²² - 22 famílias. Informações mais atualizadas apresentadas pelo Tabulador do Cadastro Único²³ referentes ao mês de junho de 2025, indicam a existência de 24 famílias/pessoas em situação de rua no município. Igarauçu do Tietê é um município com IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) - 0,727 (2010).

Ademais, os dados apresentados pelo Tabulador do Cadastro Único referentes ao mês de maio de 2025 indicam a existência de 3.603 famílias cadastradas no CAD Único, destas 1.755 se encontram em situação de pobreza, 679 em situação de baixa renda e 1.169 com renda per capita mensal acima de ½ salário-mínimo. O quantitativo de pessoas em situação de pobreza no município demanda atenção, no sentido de prevenir o aumento de pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e sobrevivência.

No que tange aos indicadores de Trabalho e renda, segundo dados do IBGE, indicam-se: Salário médio dos trabalhadores formais - 2,2 salários mínimos (2022); Pessoal ocupado - 3.464 pessoas (2022); População ocupada -14,99% (2022); Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo - 32,2 % (2010), Participação dos Empregos Formais da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura no total de empregos formais -5,28% (SEAD 2019); Participação dos Empregos Formais da Indústria no Total de Empregos Formais - 14,69 % (SEAD 2019); Participação dos Empregos Formais do Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas no Total de Empregos - 32,69% (SEAD 2019);Participação dos Empregos Formais dos Serviços no Total de Empregos Formais - 46,48 % (SEAD 2019).

²¹De acordo com as informações dispostas pelo Observatório Nacional dos direitos Humanos - Observa DH – ferramenta que não apresenta informações atualizadas. Disponível em: <https://observadh.mdh.gov.br/>. Acesso em jun.2023

²²De acordo com as informações dispostas pela Série Histórica” por unidade da federação com o “Total de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único”, Disponível em [https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q\[\]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bfmhj05Kv2rmg2a19ZW51ZXKmaX6JaV2JlmCab2CNrMmTbXuUoNqmrMGpjLrCl6WjiMnusrm%2BiqagT3nSlitJiZysZupbCoyveho7CpoVrdnm20mJoaDp%2FTnqZ94LpUr7Gpr9r89BHanhFfmlqvqL6btqKvq6ej7ZrAbqWcd6SUzp6m0e28VP%2Fio6PcqMm%2Bcqnt3W4%3D&ag=m&codigo=350520](https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q[]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bfmhj05Kv2rmg2a19ZW51ZXKmaX6JaV2JlmCab2CNrMmTbXuUoNqmrMGpjLrCl6WjiMnusrm%2BiqagT3nSlitJiZysZupbCoyveho7CpoVrdnm20mJoaDp%2FTnqZ94LpUr7Gpr9r89BHanhFfmlqvqL6btqKvq6ej7ZrAbqWcd6SUzp6m0e28VP%2Fio6PcqMm%2Bcqnt3W4%3D&ag=m&codigo=350520). Acesso em 22 marc2025.

²³ De acordo com informações dispostas pelo Tabulador do Cadastro Único. Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php Acesso em 02 jun.2025

Quanto aos indicadores apresentados pelo Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, o município de Igarapu do Tietê apresenta índice de riqueza de 30 (SEAD 2018), longevidade de 64 (SEAD 2018) e de escolaridade de 46 (SEAD 2018). O município em tela apresenta 99,3% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 84.1% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 5% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio (IBGE 2010)

No que tange ao saneamento básico, 99,60% (SEAD 2010) da população é atendida com abastecimento de água e a coleta de lixo é disponibilizada para 99,66% (SEAD 2010) da população. A taxa de natalidade para 1.000 habitantes -12,26 (SEAD 2019), a taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 8,73 para 1.000 nascidos vivos. (IBGE 2022)

3.1.4 Caracterização das Pessoas em Situação de Rua em Igarapu do Tietê

De acordo com informações obtidas com as profissionais atuantes no CREAS desse município, em entrevista realizada para fins dessa pesquisa, Igarapu do Tietê recebe pessoas em situação de rua que solicitam passagem de ônibus para outros municípios, de modo que, os usuários são encaminhados para o município de Jaú (SP) ou São Manuel (SP). Segundo informações veiculadas, alguns usuários manifestam interesse em realizar contato com os familiares e outros não, de modo que a maioria, não apresenta desejo de retornar para família, mas de seguir em frente com a vida.

Tratando das pessoas em situação de rua do município, o sujeito 3 atuante na política de assistência social indicou que com base nos dados apresentados pelo CADÚnico, aproximadamente 20 pessoas se encontram nessas condições no município. Segundo relatos, alguns usuários possuem familiares, mas diante da fragilização dos vínculos, somado ao uso de substâncias psicoativas, acabam permanecendo em situação de rua. O sujeito 3 de Igarapu informou ainda que: “Estavam ficando num hospital, ao lado do jardim, que está desativado. Ano passado recebemos bastante ligações, queixas, que eles estavam ficando lá e estavam mexendo com as crianças.” (sujeito 3)

No momento da coleta de dados, essa população não estava utilizando esse local. Ainda segundo informações veiculadas, alguns usuários invadem casas abandonadas.

Com o intuito de ilustrar a realidade vivenciada pelo respectivo público, segue abaixo, as principais informações coletadas sobre a história dos dois usuários entrevistados. Um dos sujeitos indicou que possui 45 anos é solteiro e não tem filhos é natural do município de Barra Bonita, vizinho de Igarçu do Tietê. De acordo com informações veiculadas com as profissionais participantes da pesquisa e com as pessoas em situação de rua entrevistadas, pela ausência de hospital em Igarçu, todas as pessoas nascem no município “vizinho”.

Segue abaixo o relato do usuário sobre os motivos que o levaram para permanência em situação de rua (sujeito 11):

“Não combino com meu sobrinho é noia. Ele fica atendando os outros, não gosto que me atenta, quero ficar em paz, sossegado. Ele fuma as porcaria dele e fica falando bosta no meu ouvido, eu não tenho paciência e sai de lá. Faz uns par de mês sai de lá. Não suporto que me atente, me perturbe, eu sou bom, mas se pegar ele eu moo ele.
De vez em quando vou lá ver minha mãe pra ver como ela tá, mas não quero ficar lá com aquele Nóia. Se falta um baseado ele endoida, quebra porta, já quebrou tanquinho da minha mãe. Nunca tive filhos, solteiro e não quero compromisso.” (sujeito 11)

No que diz respeito a rotina vivenciada na rua, o entrevistado mencionou (sujeito 11):

“Fico com uns colegas aqui, um faz companhia pro outro. Tem um loirinho ali que defende nois aqui.
Quando chove durmo embaixo de algum teto. Ninguém mexe nas minhas coisas, mas chinelo já roubaram um par deles, estou com esse que parece um Titanic.
A turma ajuda nois, dá marmitta, carne, meu cunhado para aqui dá pão com café.
Roubaram meu cartão do bolsa família, tem que pegar meu registro de nascimento que está na casa da minha mãe, para fazer um, novo cartão. Foi carteira de trabalho, perdi RG e CPF, preciso fazer tudo de novo” (sujeito 11)

O segundo sujeito entrevistado, é natural de Barra Bonita, o usuário informou (sujeito 12):

“Nasci na Barra, 55 anos estou aqui, sempre aqui. Minhas irmãs tem, mas não combino com minha sobrinha. Meu irmão acharam morto, era meu companheiro, vivia na rua, minhas quatro irmãs não liga pra mim. Eu tenho um filho de 34 anos no Mato Grosso.” (sujeito 12)

No que tange as estratégias utilizadas para sobrevivência nas ruas o usuário indicou (sujeito 12):

“Bebo pinga para passar a fome, às vezes no outro dia acordo vomitando, pois não tem nada da barriga. Acho que estou até com cirrose. Às vezes se pede um prato de comida dizem: vai trabalhar vagabundo. Bêbedo a bebida alimenta a gente. Sou alcoólatra, de madrugada dá fome, ninguém leva um café pra mim, um pão. Aqui em Igarauçu o nego rouba de você, roubaram uma marmita, roubaram minha roupa, roubam o que você não tem. Meu dinheirinho do Bolsa Família eu pago dívida de bebida, vou falar verdade. De primeiro, tinha o sopão do povo, cadê? Estou olhando a reciclagem de uma moça, mas é dela, ela vende, é dela não meu. Resumindo, hoje não comi nada, ontem não comi nada, a noite se der fome eu saio pedindo, às vezes acha, às vezes não. Sabe quanto é uma marmita R\$21,00 uma cedo outra de tarde R\$600,00, não dá para 15 dias. Aqui não tem restaurante popular, tinha que abrir aqui”. (sujeito 12)

Observa-se pelo relato do sujeito entrevistado que a situação que vivencia se apresenta bastante complexa, sendo marcada pela situação de pobreza, fragilização de vínculos familiares, bem como, no cotidiano, enfrenta situações de preconceito, por parte das pessoas da comunidade. Ademais, as informações obtidas, indicam que a existência de conflitos familiares se apresenta uma das motivações para que os usuários entrevistados permaneçam em situação de rua, a ausência de moradia, também, se apresenta outro fator que contribui para que essa população permaneça nessa condição.

Diante das informações coletadas, avalia-se que se apresentam complexas as questões vivenciadas pela população em situação de rua, realidade que demanda, a oferta de serviços públicos que possibilitem maior apoio aos usuários, para enfrentamento da situação que vivenciam.

3.1.5 Caracterização do Município de Itápolis

O município de Itápolis de pequeno porte II, foi fundado em 1862, se caracteriza como um município antigo. Em 2011, era o maior produtor de laranja do país. Desde 2012 se encontra em andamento a busca para a cidade do título de “Capital do Sorvete”, embora algumas mídias regionais e municipais já denominem dessa forma, posto que a produção de laranja sofreu queda acentuada por conta de problemas de pragas e com isso a dificuldade de se manter a qualidade do produto e preço compatível com seus custos²⁴.

O município apresenta área territorial de 996,747 Km² (IBGE 2023), se constitui entre as cinco maiores do Estado de São Paulo. A distância do município até a capital de São Paulo é de 366 km. Itápolis possui o Selo de Município de Interesse Turístico, realidade que possibilita o recebimento de verbas para realização de investimentos na infraestrutura e identificação dos pontos turísticos da cidade, possibilitando a geração de emprego e renda. A aviação se constitui o maior fator de identificação turística de Itápolis - já que no estado não há registro de nenhum município com esse título de capital da aviação.

Atualmente, conforme dados do IBGE, Itápolis possui 39.493 habitantes (IBGE 2022) com estimativa de 40.464 habitantes estimados em 2024 (IBGE 2022). Conforme dados a (SEAD²⁵), têm um índice de Envelhecimento em 2021 -118,09%; uma população com 60 anos e mais em 2021 -18,70% (SEAD) e uma população com menos de 15 anos em 2021 - 15,84% (SEAD).

Os dados coletados no Plano de Assistência Social de Itápolis indicam que se apresenta expressivo o número de idosos no município, sendo essa população maior que o público com menos de 15 anos de idade, realidade que demanda um olhar do poder público para oferta de serviços direcionados para essa população.

Em conformidade com a realidade socioeconômica do país, diferentes expressões da questão social se fazem presentes no município, como o desemprego no período da entressafra, baixa qualificação profissional diante da falta de escolarização, migração, aumento excessivo de dependentes químicos (drogas lícitas

²⁴ De acordo com as informações dispostas pelo Plano Municipal de Assistência Social de Itápolis 2022-2025.

²⁵ De acordo com as informações dispostas pela SEAD – Perfil dos municípios paulistas. Disponível em <https://perfil.seade.gov.br/>? Acesso em 22mar.2025

e ilícitas) e envelhecimento da população. Itápolis é um município com IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) - 0,744 (2010).

Conforme já exposto no segundo capítulo dessa dissertação, o processo de desigualdade social é expresso no município a partir da organização adotada para construção de conjuntos habitacionais localizados na região sudeste do município, território que apresenta menor valor imobiliário. Essa organização resultou na criação de outros bairros populares nessa região e ocasionou a existência de uma divisão territorial no município, concentrando os pobres de um lado e a classe mais rica de outro, permitindo o surgimento de uma segregação territorial entre bairros ricos e pobres. Diante deste cenário, as pessoas em situação de rua permanecem nessa região mais vulnerável do município.

Os dados apresentados pela “Série Histórica” por unidade da federação com o “Total de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único”, indicam pessoas em situação de rua em junho de 2023²⁶ – 28 pessoas e quantitativo de famílias em situação de rua em fevereiro de 2025 inscritas no CAD Único²⁷ - 61 famílias. Informações mais atualizadas apresentadas pelo Tabulador do Cadastro Único²⁸ referentes ao mês de junho de 2025, indicam a existência de 60 famílias/pessoas em situação de rua no município.

Ademais, os dados apresentados pelo Tabulador do Cadastro Único referentes ao mês de maio de 2025 indicam a existência de 3.254 famílias cadastradas no CAD Único, destas 1.152 se encontram em situação de pobreza, 911 em situação de baixa renda e 1.191 com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo. O quantitativo de pessoas em situação de pobreza no município demanda atenção, no sentido de prevenir o aumento de pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e sobrevivência.

²⁶ De acordo com as informações dispostas pelo Observatório Nacional dos direitos Humanos - Observa DH – ferramenta que não apresenta informações atualizadas. Disponível em: <https://observadh.mdh.gov.br/>. Acesso em jun.2023

²⁷De acordo com as informações dispostas pela “Série Histórica” por unidade da federação com o “Total de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único”, Disponível em [https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q\[\]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bfmhj05Kv2rmg2a19ZW51ZXKmaX6JaV2JlmCab2CNrMmTbXuUoNqmrMGpjLrCl6WjiMnum%2BiqGt3nSlitJiZysZupbCoyveho7CpoVrdnm20mJoaDp%2FTnqZ94LpUr7Gpr9r89BHanHfFmlqvqL6btqKvq6ej7ZrAbqWcd6SUzp6m0e28VP%2Fio6PcqMm%2Bcqnt3W4%3D&ag=m&codigo=350520](https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q[]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bfmhj05Kv2rmg2a19ZW51ZXKmaX6JaV2JlmCab2CNrMmTbXuUoNqmrMGpjLrCl6WjiMnum%2BiqGt3nSlitJiZysZupbCoyveho7CpoVrdnm20mJoaDp%2FTnqZ94LpUr7Gpr9r89BHanHfFmlqvqL6btqKvq6ej7ZrAbqWcd6SUzp6m0e28VP%2Fio6PcqMm%2Bcqnt3W4%3D&ag=m&codigo=350520). Acesso em 22 marc2025.

²⁸ De acordo com informações dispostas pelo Tabulador do Cadastro Único. Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php Acesso em 02 jun.2025

Tratando do perfil apresentado pela população em situação de rua as informações dispostas no Plano Municipal de Assistência Social - PMAS indicam (2022-2025, p. 26)

A população de rua existente no município é pequena e na sua maioria, moradores com referências familiares, mas com vínculos rompidos, em decorrência do uso de substâncias psicoativas e se recusam ao retorno do convívio familiar, mesmo com a insistência desses familiares e a busca dos mesmos para internação para desintoxicação.

Os itinerantes passam pela Secretaria em busca de passagens, mas relatam que não querem retornar as cidades onde possuem familiares.

Considerando as informações apresentadas, compreende-se que se mostra complexa a situação vivenciada pelas pessoas em situação de rua, realidade que demanda o acompanhamento próximo de todos os serviços da rede de atendimento, que possibilite o resgate/fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, bem como, o enfrentamento do uso de substâncias psicoativas.

Tratando especificamente das oportunidades de inserção no mercado de trabalho existentes no município, registra-se que um número significativo de famílias sobrevive do trabalho rural, o qual é sazonal e mal remunerado, pois, é a única opção para pessoas sem qualificação profissional.

No que tange à indicadores de Trabalho e renda, segundo dados do IBGE, indicam-se: Salário médio dos trabalhadores formais - 2,1 salários mínimos (2022); Pessoal ocupado – 15.090 pessoas (2022); População ocupada -38,21% (2022); Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo – 26,6 % (2010), Participação dos Empregos Formais da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura no total de empregos formais - 17,07% (SEAD 2019); Participação dos Empregos Formais da Indústria no Total de Empregos Formais – 30,58 % (SEAD 2019); Participação dos Empregos Formais do Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas no Total de Empregos – 24,36% (SEAD 2019); Participação dos Empregos Formais dos Serviços no Total de Empregos Formais – 27,51 % (SEAD 2019).

As informações apresentadas no Plano Municipal de Assistência Social indicam ainda que, as principais expressões da questão social presentes no município estão intimamente associados à pobreza, resultado de uma economia e mercado de trabalho estratificado e concentrador de renda e o não acesso aos serviços de

consumo coletivo. Quanto aos indicadores apresentados pelo Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, o município de Itápolis apresenta índice de riqueza de 36 (SEAD 2018), longevidade de 75 (SEAD 2018) e de escolaridade de 62 (SEAD 2018).

O município em tela apresenta 91,7% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 98.5% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 11.2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio (IBGE 2010).

No que diz respeito ao saneamento básico, 99,53% (SEAD 2010) da população é atendida com abastecimento de água e a coleta de lixo é disponibilizada para 99,72% (SEAD 2010) da população. A taxa de natalidade para 1.000 habitantes -11,45 (SEAD 2019), a taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 9,46 para 1.000 nascidos vivos. (IBGE 2022)

3.1.6 Caracterização das Pessoas em Situação de Rua em Itápolis

No que tange à realidade das pessoas em situação de rua do município de Itápolis, de acordo com informações obtidas com os sujeitos da pesquisa e nos documentos acessados²⁹, tal população é composta por adultos e pessoas idosas, não havendo crianças e adolescentes nessas condições. Ademais, verificou-se maior incidência de homens que integram esse público, sendo mais reduzido o número de mulheres.

Quanto ao perfil desse público, as profissionais entrevistadas indicaram que maior parte das pessoas em situação de rua fazem uso de substâncias psicoativas e já passaram por várias internações, permanecendo um período bem, apresentando recaída após determinado período, realidade que resulta no retorno para vivência nas ruas.

Ainda de acordo com informações obtidas com as profissionais contatadas, essa população não desempenha nenhum tipo de atividade remunerada, permanecendo em situação de mendicância.

²⁹De acordo com as informações dispostas pelo Plano Municipal de Assistência Social de Itápolis 2022-2025.

Durante a entrevista, para ilustrar a realidade vivenciada por esse público, as profissionais fizeram menção a situações concretas atendidas pelo serviço. Avalia-se como interessante, mencionar aqui, o caso de um idoso em situação de rua, que faz uso de substâncias psicoativas, apresenta saúde debilitada, já ficou vários dias internado na Unidade de Terapia Intensiva – UTI, quase foi a óbito, mas após o período de tratamento, retornou para vivência nas ruas. A família desse idoso possui um comércio, já buscou várias vezes, acolher o usuário, apoiar seu retorno ao convívio familiar, porém, ele permanece em situação de rua.

Outra situação mencionada pela equipe refere-se à uma mulher que se encontrava em situação de rua, e aceitou o tratamento diante do uso de substâncias psicoativa, permanecendo cerca de um ano numa Comunidade Terapêutica. Durante esse período, segundo a equipe, ela estava bem, porém, em sua vivência de rua havia cometido alguns furtos que resultaram na sua detenção por seis meses. Apesar do apoio dos profissionais da rede para a retomada de seu tratamento, após a saída da prisão, ela retornou para vivência em situação de rua.

Ademais, na oportunidade da entrevista com o usuário, morador do município, que se encontra em situação de rua, observou-se que esse usuário se encontra a mais de cinco anos nessa condição, todavia, de acordo com seu relato, verifica-se diversas questões relacionadas ao seu histórico de vida que contribuem para sua permanência nas ruas, conforme segue:

Fiz 50 anos em 27 de dezembro, mas tá bom. Desde 8 anos trabalhando, vida sofrida, trabalhei cedo, fui pai com 16 anos, toquei ralar; não sei que eu fui fazer de arrumar filho com 16 anos. Agora tá tudo bem graças a Deus. Isso não é vida fácil para ninguém não.” (sujeito 13)

O usuário em questão é natural do município de Matão, mudou-se para Itápolis quando era criança; segue abaixo, outras informações relatadas pelo usuário sobre sua vida:

“Tive quatro filhos, uma morreu, na hora que ela foi para ganhar já nasceu sem vida. Um é de Itápolis, o outro tá preso e a outra está em Araraquara. Aquela mora perto da minha mãe. Não tenho contato com nenhum. Só tenho o irmão por parte de pai vivo, não conversamos. Não vamos perder a amizade, de vez em quando eu vou lá para conversar, poucas horas, pouco tempo, cada um seguiu sua vida.” (sujeito 13)

A separação de sua esposa foi a justificativa apresentada pelo usuário para não retornar para casa. O uso de crack foi, segundo esse entrevistado, um dos motivos que resultou nessa separação.

O usuário acrescentou que não se desloca para outros municípios, permanecendo apenas em Itápolis, ademais, indicou que no momento, residia num cômodo cedido por um amigo, o qual ele ajuda com a limpeza da casa. Esse cômodo cedido possui um sofá e uma cama; relatou que, no local tem um espaço para ele cozinhar.

Segue abaixo o relato do usuário sobre sua experiência de vida atual:

“Alguma coisa eu peço na rua, tenho problema na mão, meu colega só deixa eu ficar lá, não me dá dinheiro.

As pessoas me conhecem, quando tem tem, quando não tem...não tem. Não fico em comércio, um lugar um pouco mais diferente é difícil. Se vai em bar, hora que vejo alguém na porta de lotérica encostado, outro vendendo balinha, que é isso! Não acho legal.

Hora que eu achar uma calçada para carpir eu vó lá para carpir. Eu tenho um facãozinho, mas não posso ficar andando com ele, se não a polícia pega. Então hora que eu acho eu vou.

Eu prefiro trabalhar, hoje vim aqui que precisava de uns produtos de higiene, acho que nois tá sem produto de higiene, vou lá pedir.” (sujeito 13)

Os trechos relatados apresentam apenas uma parte da história acessada sobre a vida desses indivíduos, os quais apresentam histórias de vida distintas, mas possuem em comum a vivência na rua.

Observa-se diante do exposto, a necessidade de um trabalho integrado entre a política de assistência social, de saúde e demais políticas públicas, que possibilite a transformação da realidade desses sujeitos, seja a partir de ações de redução de danos, do resgate/fortalecimento dos vínculos familiares, ou através da vivência de forma autônoma.

4. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA E O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: MARCOS LEGAIS E ESTRUTURAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

A Constituição Federal de 1988 estabelece a assistência social como Política Pública, a qual será prestada a quem dela necessitar, independentemente da contribuição à seguridade social. A Lei Orgânica da Assistência Social n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - LOAS indica que a assistência social integra a Seguridade Social, sendo uma política não contributiva, que se constitui direito do cidadão e dever do Estado. A política de assistência por meio de um conjunto integrado de ações provê os mínimos sociais para garantir as necessidades básicas; figura como uma política de Proteção Social que atua de forma articulada com as outras políticas sociais como Saúde e Previdência Social, as quais, compõem a Seguridade Social.

De acordo com Oliveira e Minetto (2023, p. 12), a política de seguridade social integra um conjunto de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, voltadas à assegurar os direitos da população relacionados à previdência social, saúde e assistência social. O financiamento da Seguridade Social é de responsabilidade do Estado, dos Estados Membros e Municípios. As políticas de seguridade, de forma ampliada, integram um conjunto de políticas voltadas, em última instância ao direito à proteção social e, na política de assistência social, tal conceito, é definido, dentro do SUAS pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS documento doravante denominado como NOB/SUAS (2005, p. 19):

I. Proteção Social

A proteção social de assistência social consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional.

A política de assistência social é destinada aos cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, abarcando assim:

“famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.” PNAS (2004,p.33)

Considerando as características apresentadas acima, com relação ao público da política de assistência social, registra-se que as pessoas em situação de rua integram o público-alvo dessa política. Essa população apresenta características distintas, porém, as pessoas nessa condição possuem na sua vivência alguns pontos em comum, entre os quais, destaca-se, a situação de pobreza, o rompimento de vínculos familiares e comunitários.

A Assistência Social percorreu um longo caminho até alcançar à categoria de política pública garantida pelo Estado. A partir da aprovação da política de assistência social as concepções dos paradigmas de tutela, assistencialismo, são substituídos pela universalização dos direitos sociais. Entre as diretrizes estabelecidas por essa política destaca-se: a descentralização política- administrativa dos órgãos executores; a garantia da participação e representação popular, comando único em cada esfera do governo e a parceria entre Estado e a sociedade civil. Oliveira e Minetto (2023, p. 12).

De acordo com Varandas (2017, p.40, 43) ao Estado compete à responsabilidade de garantir a proteção social, por meio do estabelecimento de normativas e do financiamento dessa política em todo o país. No que tange à legislação que norteia a execução da política de assistência Social, a respectiva autora indica que no período entre 1993 e 2003, houve a construção de três instrumentos principais que regulamentam a execução dessa política, a saber: a Lei Orgânica da Assistência Social (nº 8.742/1993), o primeiro texto da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/1998) e as Normas Operacionais Básicas (NOB/1997 e NOB /1998).

No ano de 2004, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social, a qual preconiza a supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica, assim, como a universalização dos direitos sociais.

Yasbek (2008, p. 23) indica que a partir da aprovação da política de assistência social, o (re)desenho dessa política ocupa um lugar de destaque, na perspectiva de implementação do SUAS, o qual é voltado para articulação em todo território nacional das responsabilidades, vínculos e hierarquia do sistema de serviços, benefícios e ações de assistência social, de caráter permanente ou eventual. Com base do disposto pela respectiva autora, vale destacar (2008, p. 23 e 24):

O SUAS é constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social prestados diretamente – ou através de convênios com organizações sem fins lucrativos-, por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público. É modo de gestão compartilhada que divide responsabilidades para instalar, regular, manter e expandir as ações de Assistência Social.

Couto, Yasbek, Raichelis (2014, p.116) indicam que o SUAS é uma realidade em movimento com ritmos e alcances heterogêneos; sua implementação integra um processo dinâmico que se instalou nos municípios e estados brasileiros. Ademais, afirmam que na conjuntura política instalada na segunda metade dos anos de 1990, contexto que ocorreu a operacionalização da LOAS, muitas das diretrizes dispostas nessa normativa não tiveram condições objetivas e subjetivas de serem implementadas, diante da (contra) reforma do Estado Brasileiro, que afetou a reestruturação da política de assistência social.

Ao refletir sobre a execução da política de assistência social, se faz necessário ter em mente a organização estabelecida para o financiamento dessa política, o qual ocorre por meio do repasse de recursos fundo a fundo e se destinam ao financiamento de projetos e programas considerados como relevantes em cada esfera do governo, em conformidade com os critérios de partilha e elegibilidade dos municípios, regiões, estados e Distrito Federal, pactuados nas comissões intergestoras, cumprindo a deliberação dos conselhos de assistência Social. Varandas (2017, p. 58).

O financiamento dessa política é impactado pela influência do neoliberalismo no direcionamentos das políticas públicas, a partir da minimização das ações do Estado no financiamento das ações, diante desse cenário, verifica-se que após 30 anos da promulgação da LOAS, ainda existem diversos aspectos que fragilizam o avanço dessa política, entre os quais destaca-se o repasse de verbas para execução dos serviços previstos. OLIVEIRA e MINETTO (2023, p. 12, 13).

Com base no disposto por José (2024, p.52) verifica-se que o aparato legal prevê a descentralização e a participação social na definição das políticas sociais, porém, a prática brasileira demonstra centralização decisória que não acompanham o devido financiamento pela esfera federal. O SUAS em sua essência, propõe o exposto compromisso com a manutenção da vida humana, e o alinhamento das três esferas do governo no enfrentamento da questão social, de modo que o financiamento se apresenta um meio de garantir o acesso aos direitos socioassistenciais. Assim, espera-se que a esfera federal construa conjuntamente com estados e municípios todas as referências norteadoras, com vistas a assegurar a descentralização do processo, e o devido investimento necessário para que a proteção social seja efetivada na prática.

Retomando-se a abordagem com relação às normativas que marcam alguns avanços alcançados no âmbito da Política de assistência Social, conforme já indicado nesse estudo, em 2009 foi instituída a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, o respectivo documento apresenta a padronização dos serviços socioassistenciais, organizados por nível de complexidade, realidade que exige do poder público a organização e disponibilização de serviços de acordo com um padrão mínimo.

Abreu (2015, p.181) indica que outra normativa relevante para a condução da Política Nacional de Assistência Social, nos últimos anos, constitui-se a aprovação da lei 12.431/11, a qual prevê alterações na LOAS e institui o SUAS como diretriz que organiza a assistência social em todo país.

Bevilacqua (2014, p.288) menciona que o SUAS segue as diretrizes e os objetivos do direito constitucional à assistência social, de modo que a política social apresenta como uma das diretrizes a descentralização política-administrativa, a qual é entendida como “transferência” de autoridade e responsabilidade no que diz respeito a funções públicas.

A gestão do SUAS é compartilhada entre os três entes federados, abarcando o cofinanciamento e cooperação técnica.

Bevilacqua (2014, p.289, 290) apresenta ainda, importantes considerações sobre a atuação de cada esfera na gestão do SUAS, conforme segue:

À União compete a concessão e manutenção do Benefício de Prestação Continuada – BPC(BPC), o cofinanciamento, por meio da transferência

automática, dos serviços, programas e projetos de assistência social em âmbito nacional; o aprimoramento da gestão, e atendimento às ações assistenciais de caráter de emergência, em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os municípios; o monitoramento e a avaliação da política de assistência social, assim como assessorar Estados, Distrito Federal e municípios para o seu desenvolvimento.

Aos estados compete o coficiamento, nos municípios, dos benefícios eventuais, e por meio da transferência automática, dos serviços, programas e projetos da assistência social nos âmbitos regional e local; o aprimoramento da gestão; o atendimento às ações assistenciais de caráter emergencial; os apoios técnico e financeiro às associações e aos consórcios municipais voltados à prestação de serviços de assistência social ; a prestação dos serviços assistenciais cujos custos, ou ausência de demanda municipal, justifiquem uma proposta regional, de serviços, desconcentrada, no âmbito do respectivo Estado; e o monitoramento e a avaliação da política de assistência social, bem como a assessoria aos municípios no monitoramento local.

O município fica incumbido de cofinanciar e executar os benefícios eventuais, conforme aprovados no Conselho Municipal de Assistência Social, e os demais serviços, programas e projetos executados no âmbito de seu território, além de monitorar e avaliar a política municipal de assistência social.

Com base no disposto, ao pensar no atendimento às pessoas em situação de rua e na atuação desempenhada pela política de assistência social, verifica-se que cada ente da federação assume responsabilidades distintas na execução dessa política, de modo que se mostra necessária que todos os entes assumam seu papel para o aprimoramento das ações.

Ademais, registra-se que para garantia de proteção social o SUAS, abarca uma rede hierarquizada de serviços e benefícios, Semzezem (2012, p. 41, 42) apoiada em Colin e Silveira (2007) indica que os serviços são caracterizados pelas ações continuadas, direcionadas para melhoria da qualidade de vida da população e suas ações são voltadas para as necessidades básicas, agregando competências técnicas e especialidades profissionais. Tais serviços, segundo a autora, devem afiançar acesso a bens materiais e aquisições sociais que resultam do desenvolvimento de capacidades através de trabalho social e socioeducativo.

Os benefícios que ofertam transferência de renda em espécie visam atender a determinadas situações de vulnerabilidade, sendo substitutivo ou complementar à renda da família. São divididos entre Benefício de Prestação Continuada - BPC (repassa de um salário mínimo mensal ao idoso e à pessoa com deficiência que comprove não ter meios para suprir sua subsistência), Benefícios Eventuais (destinados à população que se encontra em situação de vulnerabilidade temporária), além de outros benefícios de transferência de renda (repassa direto de recursos do

fundo de assistência social aos beneficiários), cita-se como exemplo, o Programa Bolsa Família.

A proteção social de assistência social é organizada em básica e especial; cada qual apresenta objetivos específicos para o atendimento da demanda de seu público alvo. A NOB/SUAS aponta a especificidade de cada uma delas (2005, p. 20):

A Proteção Social Básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social. A Proteção Social Especial tem por objetivos prover atenções socioassistenciais a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

Considerando disposto pela normativa citada acima, observa-se a necessidade de se respeitar a particularidade do que está previsto em cada nível de proteção; os dispositivos disponíveis para a prestação dos serviços dentro das complexidades existentes são Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) para a Proteção Social Básica e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) para a Proteção Social Especial de Média Complexidade.

Registra-se aqui, que a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, apresenta a definição dos serviços de Proteção Social Básica (2004, p. 36):

São considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho.

A oferta da Proteção Social Especial é organizada através dos serviços de média complexidade e de alta complexidade. A Política Nacional de Assistência Social - PNAS, apresenta a definição dos serviços de média e alta complexidade (2004, p. 38):

São considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos.

[...]

Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário.

Cabe destacar aqui, que a dinâmica populacional se apresenta como um importante indicador, para o dimensionamento da oferta de serviços de proteção social básica e especial, de modo que, os municípios são classificados em portes distintos de acordo com o total de habitantes. Chiachio (2011, p.161).

Segue abaixo a classificação apresentada pela - PNAS (2004, p.16):

- Municípios pequenos 1: com população até 20.000 habitantes
- Municípios pequenos 2: com população entre 20.001 a 50.000 habitantes
- Municípios médios: com população entre 50.001 a 100.000 habitantes
- Municípios grandes: com população entre 100.001 a 900.000 habitantes
- Metrôpoles: com população superior a 900.000 habitantes

Essa classificação tem como proposta a otimização e hierarquização da operacionalização do SUAS, assim, possibilita a definição das ações que devem ser prestadas pelos municípios brasileiros.

A oferta de serviços pela política de assistência social se encontra atrelada ao porte e ao nível de gestão de cada município; vale apontar a existência de três níveis de gestão municipal: inicial, básica e plena. A gestão inicial abarca os municípios que atendem aos requisitos mínimos, como existência e funcionamento de conselho, fundo, plano municipal de assistência social e execução das ações de assistência social com recursos próprios. O nível básico deve atender esses requisitos e outras exigências, como ter conselho tutelar e conselho do direito da criança e do adolescente, o que lhes permite o recebimento de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para ações de proteção social básica, inclusive de acompanhamento aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros. Quanto ao nível de gestão plena, este é alcançado a partir do atendimento de exigências maiores em relação à estruturação da gestão e oferta de serviços socioassistenciais, incluindo a proteção social especial de alta complexidade, da qual faz parte o atendimento nos serviços de acolhimento.

Como a presente pesquisa se debruça no conhecimento da realidade apresentada para atendimento das pessoas em situação de rua em municípios de pequeno porte II, vale registrar algumas questões que diferenciam esses municípios dos demais.

De acordo com a PNAS 2024, de forma semelhante aos municípios de pequeno porte I, os municípios de pequeno porte II demandam pela organização de uma rede simplificada e reduzida de serviços de proteção social básica, visto que os níveis de coesão social, as demandas potenciais e redes socioassistenciais não justificam serviços de natureza complexa. A normativa em destaque indica ainda (2004, p.45):

Em geral, esses municípios não apresentam demanda significativa de proteção social especial, o que aponta para a necessidade de contarem com a referência de serviços dessa natureza na região, mediante prestação direta pela esfera estadual, organização de consórcios intermunicipais, ou prestação por municípios de maior porte, com cofinanciamento das esferas estaduais e federal.

Tal realidade pode ser considerada adequada para os serviços de alta complexidade, visto que para os municípios com mais de 20.000 mil habitantes, de pequeno porte II, como os que integram essa pesquisa, é previsto a implantação de uma unidade de CREAS. A respectiva unidade oferta de forma obrigatória o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

A existência do CREAS nesses municípios se constitui um avanço importante, porém, os dados apresentados no decorrer dessa pesquisa apresentam indícios de que as equipes de CREAS não se encontram estruturadas da forma esperada para desempenharem as ações do PAEFI, realidade que remete à seguinte reflexão: a partir da estruturação dessas equipes, elas possuirão condições de intensificar o atendimento das demandas apresentadas pelas pessoas em situação de rua, ou se mostra necessário avaliar as possibilidades de implantação de outros serviços de média complexidade, específicos para o atendimento desse público, como o Serviço Especializado em Abordagem Social? Apenas os serviços de média complexidade se mostram suficientes para atendimento da população em situação de rua existente nesses municípios, ou se faz necessário a elaboração de estratégias que permitam a execução de serviços de alta complexidade?

Acredita-se que as respostas para essas questões demandam o aprofundamento das reflexões e discussões, sobre o atendimento dessa população, por vários órgãos, que integram a esfera federal, estadual e municipal, além das organizações da sociedade civil e movimentos sociais envolvidos com essa temática.

Ademais, indica-se que as informações expostas até aqui, apresentam algumas particularidades sobre o funcionamento da política de assistência social, com o objetivo de possibilitar maior compreensão sobre a organização dos serviços que integram a respectiva política, previstos pela Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, no tópico seguinte, serão mencionados os serviços que integram a proteção social básica e especial, com maior destaque, ao detalhamento de informações relacionadas aos serviços que integram a proteção social especial, direcionados ao atendimento das pessoas em situação de rua, que se constituem foco dessa dissertação.

4.1 SERVIÇOS QUE INTEGRAM A PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL

Tratando especificamente da Proteção Social Básica, cabe indicar aqui, o conteúdo disposto na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS, em sua versão anotada e comentada, documento doravante denominado como NOB-RH/SUAS, o qual apresenta os serviços previsto nesse nível de proteção (2011, p.29):

A Tipificação de Serviços Socioassistenciais (2009), pactuada na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, define e detalha três serviços de proteção social básica:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

O PAIF é o serviço que deve ser prestado exclusivamente pela equipe de referência do CRAS. Nas situações em que o CRAS não tenha recursos físicos ou de pessoal, os outros dois serviços podem ser prestados por entidades de assistência social, desde que sejam referenciados aos CRAS.

Apesar de tais serviços não se constituírem foco dessa dissertação, entende-se a necessidade da existência de uma rede de proteção básica estruturada nos municípios, que possibilite o atendimento das pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, com vistas a evitar o agravamento das situações de

desproteção social que podem resultar na permanência de pessoas em situação de rua.

Quanto aos serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, as normativas vigentes preveem a execução dos serviços que seguem: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Por fim, a alta complexidade é integrada pelos respectivos serviços: Serviço de Acolhimento Institucional; Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências. Existem serviços específicos para atendimento às pessoas em situação de rua, os quais seguem: Serviços de Acolhimento Institucional para adultos e famílias nas modalidades Abrigo Institucional ou Casa de Passagem e Serviço de Acolhimento em República.

O funcionamento dos serviços de proteção social básica não será detalhado nessa pesquisa, a qual tem como recorte os serviços de proteção especial de média e alta complexidade destinados ao atendimento das pessoas em situação de rua; todavia, vale salientar aqui, que os serviços que integram a proteção social básica devem atender às pessoas em situação de rua, quando acessados por essa população.

Tratando dos serviços que integram a proteção especial de média complexidade, aponta-se que o Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS é a unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional a qual se constitui como referência, nos territórios, na oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos.

Essa unidade pública estatal se caracteriza como polo de referência, para coordenação e articulação da proteção social especial de média complexidade.

O documento “Orientações Técnicas do CREAS” aborda a existência de três principais dimensões que integram o trabalho efetivado pela respectiva unidade:

Acolhida, Acompanhamento Especializado e Articulação em rede, segue abaixo as considerações apresentadas pelo respectivo documento (2009, p. 59):

[...] do ponto de vista metodológico faz-se importante compreender o trabalho social no CREAS a partir de três principais dimensões: Acolhida, Acompanhamento Especializado e Articulação em Rede. Atuando de forma complementar, estas três dimensões devem organizar e orientar o trabalho social especializado desenvolvido no âmbito dos Serviços do CREAS.

No que tange à acolhida, essa deve ser compreendida sob duas perspectivas: a acolhida inicial das famílias/indivíduos e a postura acolhedora no decorrer de todo o período de acompanhamento. Os procedimentos para a acolhida inicial poderão demandar mais de um encontro com a família/indivíduo.

O acompanhamento especializado compreende a efetivação de atendimentos continuados, que podem ser desenvolvidos por meio de instrumentos distintos que atendam as especificidades de cada situação (atendimentos individuais; familiares e em grupo; orientação jurídico social; visitas domiciliares.) A elaboração do Plano de Acompanhamento se apresenta como ponto de partida para esse acompanhamento. A periodicidade dos atendimentos e a duração do acompanhamento especializado são alvo de avaliação da equipe técnica do CREAS, a qual deverá considerar as demandas observadas e os acordos estabelecidos com os usuários.

No que tange à articulação em rede, aponta-se que ao se identificar demandas cujo atendimento ultrapassem as competências do CREAS, as famílias e indivíduos devem ser encaminhados para acessar serviços, programas e benefícios da rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos. Estes encaminhamentos devem ser monitorados, no sentido de verificar seus desdobramentos, e discutidos com outros profissionais da rede que também atendam a família ou indivíduo.

Tratando da articulação em rede, o respectivo documento em discussão indica (2009, p. 61):

Para facilitar a intersetorialidade, necessária à efetivação do trabalho social no CREAS, é importante que a equipe conheça efetivamente a rede existente no seu território de atuação, incluindo, por exemplo, visitas para conhecer o funcionamento dos serviços e Unidades que a compõem, objetivos, público atendido, atividades desenvolvidas, horários de funcionamento, equipes

profissionais, dentre outras informações que permitam estabelecer e fortalecer o desenvolvimento de ações articuladas e complementares. Para qualificar a atenção às famílias, a articulação em rede pode comportar, ainda, o planejamento e desenvolvimento de atividades em parceria, além de estudos de casos conjuntos, dentre outras estratégias.

Também, a unidade de CREAS assume a oferta, obrigatória do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Aponta-se que o PAEFI se constitui um serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça e violação de direitos.

Conforme já exposto, o porte do município se constitui uma referência importante para dimensionar o número de CREAS a serem implantados em cada localidade. Assim, para os municípios de pequeno porte I, é previsto a cobertura de atendimento em CREAS Regional, ou a implantação de CREAS municipal quando a demanda justificar; já para os municípios de pequeno porte II e de médio porte é indicado a implantação de pelo menos 01 CREAS. A realidade dos municípios de grande porte, metrópoles e DF, demanda a implantação de 01 CREAS a cada 200.000 habitantes.

Esclarece-se aqui, que a unidade de CREAS pode ainda executar o Serviço Especializado em Abordagem Social. Cabe mencionar o disposto pelo documento Perguntas e Respostas: Serviço Especializado em Abordagem Social, o qual indica a finalidade deste serviço (2013, p. 6 e 7):

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), o Serviço especializado em Abordagem Social é ofertado de forma continuada e programada com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, como: trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, uso abusivo de crack e outras drogas, dentre outras. O serviço configura-se como um importante canal de identificação de situação de risco pessoal e social que podem, em determinadas situações, associar-se ao uso abusivo ou dependência de drogas. Ofertado no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade, o Serviço de Abordagem Social deve garantir atenção às necessidades mais imediatas das famílias e dos indivíduos atendidos, buscando promover o acesso à rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia de direitos.

Tratando especificamente do Serviço Especializado em Abordagem Social, registra-se que esse pode ser executado, também, por unidade específica referenciada ao CREAS ou pelo Centro de Referência Especializado para População

em Situação de Rua (Centro POP). Ademais, sua execução pode ocorrer em âmbito municipal ou regional.

A tipificação descreve esse serviço da seguinte forma: (2009, p. 31):

Serviço ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O Serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos.

Avalia-se como importante mencionar, que segundo os dados apresentados pelo Censo Suas de 2017, havia no país 2.577 CREAS (61,2%) que realizavam abordagem social, destes, 1.172 (45,5%) executavam essa ação sem equipe exclusiva. No que tange à região Sudeste, as unidades de CREAS que não contavam com equipe exclusiva para o desenvolvimento da ação em destaque totalizavam 295 unidades, sendo (41,1%). Considerando as informações apresentadas, observa-se que independentemente da existência de profissionais exclusivos para o desenvolvimento do trabalho de abordagem social, essa ação é desenvolvida pelas equipes de CREAS do país.

O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua se constitui outro serviço que integra a proteção social de média complexidade, o qual é executado pelas unidades de Centro POP; sua execução abrange o atendimento em âmbito municipal. O público-alvo do serviço corresponde às pessoas em situação de rua que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. O documento Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop (2011, p. 67) indica considerações importantes sobre o funcionamento do serviço:

Tem a finalidade de assegurar acompanhamento especializado com atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, resgate, fortalecimento ou construção de novos vínculos interpessoais e/ou familiares, tendo em vista a construção de novos projetos e trajetórias de vida, que viabilizem o processo gradativo de saída da situação de rua.

No que tange aos serviços para pessoas em situação de rua que integram a proteção social especial de alta complexidade, cabe indicar aqui que a política em tela prevê a execução dos Serviços de Acolhimento Institucional para adultos e famílias nas modalidades Abrigo Institucional ou Casa de Passagem e Serviço de Acolhimento em República. Esses serviços ofertam o acolhimento provisório de pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar.

Tratando do funcionamento do Abrigo Institucional, aponta-se que o respectivo serviço oferta acolhimento provisório para pessoas adultas ou grupo familiar com ou sem crianças, que se encontram em situação de rua, migrantes e pessoas em trânsito ou com ausência de residência e sem condições de autossustento, sua execução pode ser efetivada em âmbito municipal ou regional.

Quanto ao funcionamento da Casa de Passagem, registra-se que essa unidade oferece acolhimento imediato e emergencial para famílias ou pessoas do mesmo sexo, sua execução pode ser efetivada em âmbito municipal ou regional.

O Serviço de Acolhimento em República apresenta modalidades voltadas para o atendimento de jovens, idosos, para pessoas adultas em processo de saída das ruas. No que se refere, especificamente ao último público, alvo dessa pesquisa, registra-se que esse serviço se destina ao atendimento de pessoas adultas com vivência de rua e que se encontram em processo de retomada dos vínculos sociais e de construção da autonomia. A partir da moradia subsidiada, e do sistema de autogestão ou cogestão, o serviço deve oferecer a proteção e apoio para construção gradual da autonomia do público atendido; sua execução pode ser efetivada em âmbito municipal ou regional.

Observa-se que, dentre os serviços socioassistenciais de proteção especial de média e alta complexidade direcionados ao atendimento das pessoas em situação de rua, apenas o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua apresenta atendimento em âmbito municipal; os demais serviços, quando a demanda justificar, podem ser organizados sob a forma de atendimento regionalizado.

No que tange à oferta de serviços regionais, a Tipificação Nacional do Serviços Socioassistenciais (2009, p. 50) indica que os serviços de acolhimento poderão ser executados de forma regional, por um pequeno grupo de municípios com proximidade geográfica, quando a incidência da demanda e porte do município não justificarem a disponibilização do serviço no seu âmbito.

A partir das informações apresentadas sobre a organização da política de assistência social, em especial, no que se refere ao atendimento às pessoas em situação de rua, é possível perceber que serviços diferenciados são previstos para o atendimento ao respectivo público.

De modo geral, verifica-se a existência de incentivo, por parte do governo federal, da implantação de serviços para pessoas em situação de rua nos municípios de maior porte; a título exemplificativo, registra-se que o documento Perguntas e Respostas: Serviço Especializado em Abordagem Social (2013) indica que no ano 2013, o governo federal adotou critérios de partilha de recursos para expansão do Serviço de Abordagem Social, sendo tal ação direcionada para municípios de médio, grande porte e metrópole.

Cabe marcar aqui, que conforme já exposto, o porte populacional e o nível de gestão de cada município se apresentam como referenciais importantes para transferência de recursos necessários à implantação de serviços. Por sua vez, a realização do diagnóstico municipal e ou regional, também, se caracteriza como um parâmetro relevante que indicam a necessidade da implantação e a abrangência de determinados serviços.

Diante do exposto, ao considerar as particularidades apresentadas pelos municípios de menor porte e a ausência de recursos financeiros que garantam a execução de serviços especializados para atendimento as pessoas em situação de rua, verifica-se que a implantação de serviços regionais pode se mostrar uma alternativa para atendimento ao respectivo público; conforme já indicado, tal possibilidade se encontra prevista pela Tipificação Nacional do Serviços Socioassistenciais.

Cabe registrar que no ano de 2023, houve a emissão de uma normativa que indica a regionalização dos serviços de Média e Alta Complexidade, como uma estratégia para garantir o acesso das pessoas em situação de rua aos serviços especializados, conforme indica a Resolução CNAS/MDS nº 129, de 21 de novembro de 2023³⁰, a qual aprova as prioridades pactuadas para o plano de ação e

³⁰ De acordo com as informações dispostas pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/regulacao/visualizar.php?codigo=6583#:~:text=Aprova%20as%20prioridades%20pactuadas%20para,Social%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>.

monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social e dá outras providências, conforme segue:

Art. 2º Serão consideradas prioridades para as metas do plano de ação e monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, no âmbito do SUAS:

I - Contemplar expansões de serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta complexidade para a população em situação de rua, observando a distribuição dos serviços nas diferentes regiões do país, demandas existentes e informações disponíveis no Cadastro Único;

[...]

V - Observar a regionalização dos Serviços da Proteção Social Especial de Média e de Alta Complexidade, de responsabilidade dos Estados, enquanto estratégia definida para garantir a universalização do acesso da população aos serviços especializados do SUAS e a integralidade da proteção socioassistencial às(aos) cidadãs(ãos) de todo o país, aliada à territorialização, nos municípios, da Proteção Social Básica;

[...]

VI - Reconhecer as especificidades dos municípios de pequeno porte e propor ações específicas de proteção;

O conteúdo apresentado acima, indica que as particularidades de cada região do país, em especial dos municípios de pequeno porte, devem ser consideradas no processo de expansão dos serviços voltados as pessoas em situação de rua, bem como, aponta a regionalização dos serviços como uma estratégia possível, que deve ser observada, para ampliar o atendimento ao respectivo público.

Vale marcar aqui, que no decorrer dos anos, com base na perspectiva de efetivação de direitos, a política de assistência social vem buscando romper com a tradição clientelista e assistencialista, que se resumia na execução de atividades de plantão social, de atenções em emergências, distribuição de auxílios financeiros e acolhimento noturno, por meio de pernoites, através de serviços historicamente chamados de Albergues, já citados nessa dissertação.

Yasbek (2008, p. 16,17,22) afirma que o histórico das políticas públicas, em especial da política de assistência social, é marcado por ações filantrópicas, clientelistas e patrimonialistas que estabeleceram uma cultura tuteladora, que não favorece o protagonismo e a inclusão dos usuários.

Tendo em mente o histórico de atendimento da respectiva política, observa-se que a partir dos avanços alcançados na oferta de serviços, através da proteção social básica e proteção social especial, os serviços que são implantados devem seguir as parametrizações estabelecidas pela respectiva política. Ademais, os serviços já existentes que desenvolviam uma atuação divergente da perspectiva do acesso a

direitos, devem ser reordenados, de modo que, seu funcionamento seja condizente ao proposto atualmente pelas normativas vigentes.

Enfim, independente das diferenças existentes em cada território do país, a política de assistência social volta-se para superação de ações de cunho assistencialistas, de modo que sua execução se baseia na defesa de direitos básicos, no fomento do desenvolvimento da autonomia de seu público-alvo.

5. AS PARTICULARIDADES DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NOS MUNICÍPIOS DE BARIRI, IGARAÇU DO TIETÊ E ITÁPOLIS

Procurou-se, neste último capítulo, a maior aproximação ao objetivo geral desta pesquisa. Buscou-se, a priori, caracterizar a rede socioassistencial de cada um desses municípios e evidenciar, a partir de informações colhidas nas entrevistas com profissionais e usuários desses municípios, a organização dos serviços de atendimento a pessoas em situação de rua que integram a política de assistência social nesses municípios. Finalmente, apresenta-se a importância da rede de atendimento nesses municípios e evidencia-se, potencialidades e fragilidades da política de atendimento a pessoas em situação de rua em municípios de pequeno porte II. Ademais, apresenta considerações sobre o trabalho intersetorial com as demais políticas públicas.

5.1 - CARACTERIZAÇÃO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO DE BARIRI

TABELA 2 – SERVIÇOS SOCIASSISTENCIAIS EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE BARIRI

Nível de Proteção	Serviços socioassistenciais existentes³¹
	Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)I /Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

³¹ De acordo com informações dispostas no plano de assistência social do Município de Bariri 2025, p. 27

Proteção Social Básica	Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)II /Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)
	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos 6 a 15 anos – Espaço Amigo
	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos 6 a 15 anos– Centro de Promoção Social
Proteção Social Especial de Média Complexidade	Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS / Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)
	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – APAE
	Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) – Lar Amor e Vida
Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos - Associação Lar Vicentino
	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – Lar Amor e Vida

TABELA 3– PROGRAMAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE BARIRI

Programas Existentes	Programa Viva Leite
	Renda Cidadã
	Ação Jovem
	Bolsa Família
	Benefício de Prestação Continuada – BPC
	Programa Emergencial De Acesso ao Trabalho – PEAT
	Programa Municipal do Leite

As unidades de CRAS realizam a gestão do CADÚnico, ferramenta que permite o acesso das pessoas em situação de vulnerabilidade aos diversos programas sociais, como os de transferência de renda, que utilizam as informações do respectivo Cadastro para seleção de beneficiários.

Segundo a NOB SUAS (2012), o respectivo cadastro se figura como uma ferramenta que orienta o processo de gestão do SUAS, sendo sua base de dados um instrumento relevante que orienta a identificação das famílias que apresentam perfil para atendimento pelos serviços socioassistenciais. Nesse sentido, entende-se que o Cadastro Único se constitui uma importante ferramenta para sistematização de informações sobre a realidade das pessoas em situação de rua nos municípios.

Além dos programas existentes, o município de Bariri possui regulamentado alguns benefícios eventuais³², conforme segue: Auxílio Natalidade, Auxílio em situação de morte, Fornecimento de Transporte (de acordo com avaliação técnica), Auxílio Alimentação, Auxílio Documentação, Aluguel Social.

5.1.1 Atendimento das Pessoas em Situação de Rua em Bariri pela Política de Assistência Social

O CREAS se apresenta como a unidade de referência para o atendimento das pessoas em situação de rua pela política de assistência social em municípios de pequeno porte II, todavia, os demais serviços que integram essa política, quando acessados por essa população, também, assumem a responsabilidade de realizar os atendimentos demandados por esse público.

Em Bariri, o CREAS assume a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). O atendimento às pessoas em situação de rua integra o escopo de atuação da equipe do PAEFI, essa população abrange as pessoas que residem no município de Bariri que se encontram nessas condições, bem como o público itinerante.

³² De acordo com informações dispostas pela Lei nº 5160, de 06 de setembro de 2022. Disponível em <http://www.leinasnuvens.com.br/legislacao/SP/bariri/2022/setembro/5160.php>

A unidade de CREAS em Bariri (SP) oferece local para banho, para lavagem de roupas, kit de higiene (xampu, sabonete, esponja, escova de dente, creme dental, barbeador, toalha) e café da manhã.

De acordo com relatos das profissionais que participaram das entrevistas realizadas nesta pesquisa, os usuários costumam acessar a unidade para uso dos serviços ofertados. Um dos sujeitos entrevistados e que é usuário das políticas ofertadas às pessoas em situação de rua, informou que durante a semana, comparece todos os dias no CREAS, obtendo acesso ao banho e ao café da manhã.

As profissionais entrevistadas informaram que essa população que está em situação de rua possui liberdade para acessar o serviço em qualquer horário e que, por sua vez, a equipe orienta aos usuários para comparecerem entre 7h30 e 10h, período que consideram como mais tranquilo e que permite conciliar o atendimento ao respectivo público com as outras demandas apresentadas na unidade.

Ademais, de acordo com relatos das entrevistadas, a equipe possui vínculo com os usuários, mantendo diálogo com frequência; quando os usuários solicitam conversar sobre determinado assunto, buscam agendar um atendimento, todavia, alguns indivíduos, manifestam o interesse de conversar naquele momento, de modo que, a equipe sempre busca realizar os encaixes necessários para atendimento dessa população.

A busca por tratamento pelo uso de substâncias psicoativas se caracteriza uma das demandas apresentadas pelos usuários; diante das informações obtidas com as profissionais entrevistadas, verifica-se que demandas da área da saúde, chegam para atendimento das equipes que integram a política de assistência social.

Vale ressaltar que as profissionais entrevistadas acrescentaram que alguns usuários solicitam o contato com as famílias, outros não querem se aproximar, de modo que, a equipe realiza as intervenções necessárias, respeitando sempre a escolha dos sujeitos.

O CREAS de Bariri, não conta com o Serviço Especializado de Abordagem Social, de modo que, em situações pontuais, realizam os atendimentos dessa população in loco.

O público itinerante busca o serviço para acesso a passagem com destino para outros municípios, geralmente, são oferecidas passagens para os municípios de Jaú (SP), Ibitinga(SP) e Bauru (SP).

Bariri não possui serviço de acolhimento institucional para pessoas em situação de rua; já o município de Ibitinga, localizada a 39,6 km de Bariri, se constitui como a localidade mais próxima que oferece esse serviço ao público em questão. Diante da ausência deste serviço no município, no ano de 2021, foi ofertado um local para pernoite no período de inverno, sendo utilizado o espaço de uma Comunidade Terapêutica; a experiência não se mostrou positiva, de modo que, nos anos posteriores, esse atendimento foi ofertado num imóvel da prefeitura.

Ainda que alguns usuários não manifestem interesse pelo atendimento ofertado, anualmente, o município oferece um local para pernoite da população de rua, no período de inverno. No ano de 2024, a ação efetivada pelo município foi denominada como projeto “Ação Social de Inverno: Proteger do Frio com Dignidade”, o local preparado, apresentava capacidade para atendimento de até 13 pessoas.

Segue o relato das entrevistadas sobre esse atendimento:

“Tem uma casa que é da prefeitura, acho que faz uns 3 anos que faz lá, em 2021 ainda fizemos na Betel, que era tipo uma prestação de serviço, aí abriu uma concorrência, aí a Betel ganhou. Era uma Comunidade Terapêutica, mas tinha espaço, não dá certo.

Aí ficou essa casa, é uma casa normal, aí ocorre entre maio, junho, julho, é uns 60 dias e quando esfria muito amplia para agosto.

Faz a contratação de um controlador de acesso, vigia. Não tá armado, mas dá uma olhada nos pertences, fica a noite toda acompanhando eles.” (sujeito 1)

“De manhã eles tomam o café da manhã lá e depois vem tomar café aqui. Pois lá, eles tomam café às 6h e tem até às 7h para sair. Aí depois eles tomam aqui.

Lá tem banho, eles chegam entram, tomam banho, é ofertado os itens de higiene como toalha. Tem a janta que normalmente são as marmitas, aí sempre deixa gelatina, suco, pipoca, chá da noite, eles dormem tomam o café da manhã e vai embora.” (sujeito 2)

De acordo com informações obtidas, poucos usuários buscam o local para pernoite durante o inverno, conforme segue:

“Operação inverno, fizemos para uns 13, pensamos se vier mais reorganizamos, mas acaba indo 8, acabam querendo ficar no espaço deles, pois não pode entrar com bebida. Então, hoje estou bem vou e durmo, amanhã não quero ficar, quero beber mais, então não vou entrar.” (sujeito 2)

Durante o diálogo, abordou-se com a equipe se havia alguma proposta no município para implantação do serviço de acolhimento institucional, as contatadas

indicaram que no momento, não havia perspectivas nesse sentido. Ademais, no que tange à oferta de serviços de acolhimento regionalizado, as profissionais indicaram que possuíam conhecimento de algumas propostas relacionadas ao atendimento de crianças e adolescentes e mulheres vítimas de violência, de modo que, desconheciam qualquer proposta direcionada ao atendimento das pessoas em situação de rua.

Conforme já apresentado nessa dissertação, o trabalho efetivado pela unidade de CREAS integra três principais dimensões, dentre as quais destaca-se: Acolhida, Acompanhamento Especializado e Articulação em rede. Verifica-se pelas informações coletadas durante a entrevista com a equipe do CREAS de Bariri, que a atuação da equipe tem se mostrado mais focada na acolhida dos usuários e na articulação em rede. Vale retomar que o ponto de partida para o acompanhamento especializado corresponde à elaboração do Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar, instrumental que não é utilizado pela equipe da unidade durante o atendimento realizado com as pessoas em situação de rua.

Cabe aqui fazer nova referência ao disposto pelo documento Orientações Técnicas do CREAS ao mencionar o trabalho social proposto para a respectiva unidade (2009, p. 58):

O desenvolvimento do trabalho social pelos Serviços do CREAS pressupõe escuta qualificada e compreensão da situação vivenciada por cada família/indivíduo, considerando seu contexto de vida familiar, social, histórico, econômico e cultural. A construção de projetos de vida e de novas possibilidades de relacionamento, com superação das situações adversas vivenciadas; a perspectiva do trabalho em rede para a atenção integral e o acesso a direitos; o desenvolvimento de potencialidades; e a ressignificação de vivências devem nortear a elaboração do Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar. A elaboração do Plano de Acompanhamento junto com as famílias e indivíduos é essencial para guiar o trabalho social no CREAS, bem como para delinear, junto aos usuários, a construção de novas perspectivas de vida.

O trecho apresentado, indica a importância da construção do Plano de Acompanhamento Individual e/ ou familiar, para nortear o trabalho social efetivado pela equipe do CREAS. No decorrer dessa dissertação, constam registradas algumas considerações sobre o quadro de recursos humanos do CREAS de Bariri, cuja composição não atende ao indicado pelas normativas vigentes. Tal situação foi apontada pelas profissionais entrevistadas como uma das principais causas que tem impossibilitado a realização do acompanhamento especializado às pessoas em

situação de rua, em consonância com o indicado para os serviços da presente modalidade.

5.1.2 Desafios e Potencialidades Observadas na Organização Estabelecida pela Política de Assistência Social para Efetivação dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua em Bariri

A NOB-RH/SUAS e o documento Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, emitido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2011, p.94), indicam a equipe mínima prevista para atuação no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), cuja oferta se apresenta obrigatória nas unidades do Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS. A tabela abaixo apresenta a composição de profissionais indicada para atuação no respectivo serviço:

TABELA 4– PARÂMETROS PARA COMPOSIÇÃO DA EQUIPE DE REFERÊNCIA DO CREAS

Municípios		Capacidade de Atendimento /Acompanhamento	Equipe de Referência
Porte	Nível de Gestão		
Pequeno Porte I e II e Médio Porte	Gestão inicial, básica ou plena	50 casos (famílias/ indivíduos)	1 Coordenador 1 Assistente Social 1 Psicólogo 1 Advogado 2 Profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários) 1 Auxiliar administrativo
A natureza do atendimento ofertado pelo CREAS, e o caráter público dessa unidade, implicam na composição da equipe de trabalho por servidores públicos efetivos.			

Considerando a parametrização indicada acima, registra-se que a equipe do CREAS de Bariri não contava com todos os profissionais indicados para atuação no PAEFI.

Diante da ausência de um profissional exclusivo para o desempenho do cargo de coordenador, a assistente social desempenhava o trabalho de assistente social da unidade e de coordenadora, acumulando as duas funções. Havia previsão para o ano de 2025, da atuação de um profissional para trabalhar especificamente na coordenação do serviço.

Ademais, o CREAS de Bariri não contava com a atuação de um advogado concursado, segue o relato do sujeito 1 sobre a organização adotada pelo serviço:

“Temos uma licitação que empresas concorreram, hoje quem ganhou foi a Microlins, que faz a contratação de oficinairos, aí faz a contratação de uma oficina de orientação jurídica. A profissional que atende tem uma carga horária de 8 horas semanais, só é possível discutir os casos mais complexos.”
(sujeito 1)

As informações expostas indicam que para adequação do quadro de recursos humanos da unidade ao recomendado nas normativas vigentes, seria necessário a atuação de um coordenador exclusivo para o serviço, de um advogado concursado, além de um profissional de nível superior ou médio para abordagem dos usuários.

A defasagem de profissionais no quadro de recursos humanos da unidade de CREAS, não se apresenta uma realidade específica do município de Bariri, mas abrange a realidade de outros municípios de pequeno porte, cita-se como exemplo o município de Igarçu do Tietê e Itápolis, que se constituem alvo dessa pesquisa.

Couto, Yasbek, Raichelis, apresentam algumas considerações que retratam os desafios vivenciados pelos municípios de pequeno porte para estruturação das equipes que integram os serviços da política de assistência social, conforme segue: (2014, p. 80,81):

A questão dos recursos humanos é um desafio para toda a administração pública, mas assume características específicas na assistência social, pela sua tradição de não – política, sustentada em estruturas institucionais improvisadas e reduzido investimento na formação de equipes profissionais permanentes e qualificados para efetivar ações que rompam com a subalternidade que historicamente marcou o trabalho nessa área. Acresce-se a isso a realidade da maioria dos municípios brasileiros que, sendo de pequeno porte, contam com frágeis estruturas institucionais de

gestão, rotinas técnicas e administrativas incipientes e recursos humanos reduzidos e pouco qualificados.

Segue o relato do sujeito 1 sobre a realidade vivenciada pelo serviço com relação ao quadro de recursos humanos e espaço físico, realidade que reflete no atendimento às pessoas em situação de rua:

“Acho que a gente tem dificuldade de equipe técnica, de espaço físico do CREAS, a gente tentou uma movimentação para mudança. Pensamos de uma inversão, a diretoria vir para cá e o CREAS ir para lá, mas no fim das contas eu senti que, primeiro, muitos arquivos de Cadastro Único na diretoria, que teriam que ser descentralizados para unidade do CRAS I e II, mas elas não tem espaço físico para armazenar esses arquivos. E tem bastante coisa para guardar lá. Aqui não tem um almoxarifado, não tem nada lá fora. Eu acho que o espaço para eles tomarem o café da manhã é inadequado, quando chove eles entram e se molham. Eu acho que a estrutura física é algo importante.

O que mantém o CREAS é recursos federal e a gente vai pagar no mínimo uns R\$2.000,00 e pouco em outro local. Até teve um momento que pensamos, estamos procurando uma casa, mas quantos cômodos precisaria para essa casa? Por que bem ou mal, tudo bem que hoje o serviço da medida socioeducativa é terceirizado para uma OSC, mas assim, o serviço da medida precisaria retornar para o CREAS; pelo menos com um ou mais técnicos. A gente só tem essa sala de atendimento, então precisaria do que, no mínimo duas salas de atendimento, uma sala de coordenação, uma ou ideal duas salas para equipe técnica. Elas ficam em 4 naquela sala que é muito pequena. Uma quer fazer o relatório, outra tá discutindo o caso. Elas são muito comprometidas com o que elas fazem, mas é meio um caos.

Almoxarifado é horrível, um monte de caixa acumulada, pois não tem espaço lá fora. Acho que isso é uma dificuldade e para eles também é, pois não tem um lugar adequado para serem recebidos.” (sujeito 1)

Cabe apontar, que aparentemente, a equipe tem se esforçado para desempenhar, dentro de suas possibilidades, um atendimento próximo ao respectivo público, mas encontra dificuldades para conciliar esse trabalho com as demais demandas apresentadas, conforme segue o relato do sujeito 1:

“O atendimento da pessoa em situação de rua demanda atenção, eles são imediatistas, cada dia é um dia. Tem dia que espera aguarda tá bem, conseguem conversar, tem dia que eles estão alterados, eles falam alto, espaço é pequeno. Então, diariamente, das 7h30 até 10h todo esse movimento com eles tá acontecendo. Você está atendendo aqui eles estão aqui fora, ocupa muito tempo, pois a equipe também tem outras demandas e aí muitas vezes você não consegue cumprir, ou tem que se desdobrar, pois está acontecendo outras coisas.” (sujeito 1)

De acordo com as informações obtidas, compreende-se que a equipe se depara com vários desafios no cotidiano, acredita-se que, a partir da adequação da composição do quadro de recursos humanos do serviço e da adequação do imóvel

utilizado para atendimento aos usuários, será possível aprimorar as ações já efetivadas pela equipe para atendimento às pessoas em situação de rua e demais usuários público-alvo do atendimento da unidade de CREAS.

Ademais, conforme exposto no decorrer dessa pesquisa, a construção do Plano de Acompanhamento Individual e / ou familiar se constituiu um dos pontos de partida para efetivação do acompanhamento especializado, uma das ações relevantes que integra o trabalho proposto para as equipes de CREAS. Nesse sentido, espera-se que nas ações futuras efetivadas pela equipe atuante nesta unidade, seja possível inserir a forma de acompanhamento em discussão para os casos de pessoas em situação de rua.

Vale marcar aqui, que segundo informações obtidas, pontualmente, as pessoas em situação de rua participam de oficinas e demais ações coletivas desenvolvidas pela unidade de CREAS e demais serviços que integram a rede de atendimento. Acredita-se que a realização de ações sistemáticas, contribuiria para fortalecer o pertencimento dos usuários junto ao serviço e comunidade. É bastante provável, que a partir da adequação do quadro de recursos humanos e da estrutura do CREAS, seja possível a ampliação das ações em destaque.

Diante do exposto, avalia-se como importante que a gestão municipal realize as ações necessárias para a adequação dos pontos que demandam a regularização do atendimento oferecido.

Vale marcar ainda, que a inexistência de um profissional específico para a efetivação das ações relacionadas à sistematização de dados e planejamento de ações, propostas na área da vigilância socioassistencial, pode refletir no trabalho efetivado junto a gestão dos serviços que integram essa política. Segue o relato do sujeito 1 sobre essa temática:

“No órgão gestor só tem o diretor, dois agentes administrativos, uma fica na recepção, outra fica na parte de compras e documentação. Aí a gente tem uma técnica de informática foi alocada na assistência, tem portaria tá regularizada, aí ela faz toda parte dos sistemas da assistência social, prestação de contas, ela faz todo esse controle e tem a profissional que é do Cadastro Único, uma agente administrativa que tem a função gratificada que precisa ser adequada, ela faz todo o acompanhamento é motorista. Não tem um técnico. Seria necessário pelo menos um técnico lá, que seria um coordenador da proteção básica e especial, isso faz muita falta e a vigilância socioassistencial. Não tem planejamento nesse sentido.” (sujeito1)

Outra questão abordada com a equipe durante a entrevista, corresponde ao encontro intersectorial realizado no município no ano de 2024, no Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua, o qual abordou a realidade vivenciada por essa população. Esse evento contou com a participação de alguns usuários em situação de rua, além de profissionais que atuam junto ao respectivo público e autoridades municipais. Compreende-se que o desenvolvimento de ações dessa natureza se apresenta potente, pois, contribuem para maior visibilidade dessa temática, bem como, permitem sensibilizar a população sobre a realidade vivenciada por esse público, para além, possibilita o engajamento das pessoas em situação de rua na luta para efetivação de seus direitos.

Por fim, durante a entrevista, as profissionais relataram a existência de alguns casos que estavam em situação de rua e retornaram ao convívio familiar ou se encontram vivendo de forma autônoma. Essa informação, indica que apesar dos desafios existentes para atendimento ao respectivo público, se mostra possível, desenvolver ações que contribuam com a reconstrução da história de vida dessa população.

Vale acrescentar ainda, que as ações propostas pela política de assistência social visam fomentar o trabalho efetivado na perspectiva apresentada pelas profissionais entrevistadas, direcionado ao retorno do convívio familiar ou o convívio de forma autônoma das pessoas em situação de rua, porém, o desejo manifesto pelos usuários de permanência nessa situação, deve ser respeitado pelas equipes que integram a respectiva política.

No que tange às pessoas que não possuem o desejo de saída das ruas, compreende-se como importante, que sejam ofertados serviços que atendam às necessidades básicas desses sujeitos e que garantam o mínimo de dignidade para esse público.

5.2 CARACTERIZAÇÃO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO DE IGARAÇU DO TIETÊ
SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS EXISTENTES NO MUNICÍPIO³³:

TABELA 5- SERVIÇOS SOCIASSISTENCIAIS EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE IGARAÇU DO TIETÊ

Nível de Proteção	Serviços socioassistenciais existentes
Proteção Social Básica	Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)I /Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)
	- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)II /Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)
	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Centro de Formação da Criança e do Adolescente (06 a 15 anos)
	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adolescentes (15 a 17 anos)
	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para adultos (18 a 59 anos)
	Serviço de Convivência para Idosos – CRAS
	Grupo Terceira Idade – Centro de Promoção Social
Proteção Social Especial de Média Complexidade	Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS / Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)
	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – APAE
	Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) –CREAS
Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes –Casa Amparo de Barra Bonita

³³ De acordo com informações dispostas na tese de Varandas (2017, p. 112 a 119).

TABELA 6 – PROGRAMAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE IGARAÇU DO TIETÊ

Programas Existentes	Programa Viva Leite
	Renda Cidadã
	Programa Criança Feliz (0 a 6 anos)
	Bolsa Família / Cadastro Único
	Benefício de Prestação Continuada – BPC

5.2.1 Atendimento das Pessoas em Situação de Rua em Igarapu do Tietê

Em Igarapu do Tietê, o CREAS assume a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). O atendimento às pessoas em situação de rua moradoras de Igarapu e ao público itinerante, abarca o escopo de atuação da equipe do PAEFI.

A unidade de CREAS de Igarapu do Tietê por determinado período, ofereceu às pessoas em situação de rua banho e café da manhã, essa ação estava suspensa, no momento da entrevista. Segundo relatos das profissionais entrevistadas, a localização do CREAS está distante da área central, realidade que dificulta o acesso dessa população ao serviço. Ademais, foi indicado que diante de algumas vivências, a equipe percebeu que localização e a composição atual da equipe, não oferece a segurança necessária para a manutenção desse atendimento, conforme segue o relato do sujeito 5: “Mulher fala eles não respeitam muito e tem umas gracinhas dá medo. Querendo ou não infelizmente, pessoas em situação de rua, muitos deles tem passagem, respondem por homicídio então...” (sujeito 5)

O sujeito 3 acrescentou: “Primeiro acolhimento que fizemos tinha uma pessoa sendo procurada pela polícia, e foi no ginásio.” (sujeito 3)

Durante o diálogo com as profissionais entrevistadas, levantou-se como possibilidade para a retomada dessas ações a mudança do CREAS para outro local

e a presença de um homem na equipe, ações que permitiriam o fortalecimento da vinculação estabelecida com os usuários.

Registra-se ainda, que segundo informações obtidas pelas profissionais entrevistadas nesse CREAS, durante o período da pandemia o município recebeu recursos federais específicos para atendimento ao respectivo público, de modo que, houve a contratação de profissionais terceirizados para execução do Serviço Especializado em Abordagem Social. Segue o relato do sujeito 3 sobre o atendimento realizado nesse período:

“Teve um tempo, que teve um processo seletivo, que tinha um recurso do COVID, então, se contratou uma equipe, então se executou um serviço de abordagem, tinha uma assistente social que ficava aqui que fazia abordagem e ficava também no serviço de acolhimento (operação inverno). O contrato era provisório, o contrato acabou, então a equipe foi dispensada. Então, não constamos mais no Censo e PMAS que temos serviço de abordagem, fazemos algumas ações do serviço, não que tem o serviço.” (sujeito 3)

No que tange às ações de abordagem social segue o relato do sujeito 3 sobre o trabalho efetivado:

“Busca ativa de acordo com as denúncias que chegam. Prefeito pede a o pessoal está em situação de rua, passa lá para assistência vê o que faz, no sentido de cuidado, aquilo que pode ser feito.
Ou é o prefeito que solicita, ou alguém da rede, mídia, vizinho que as vezes está incomodado ou comércio, informa sobre a situação de uma pessoa na rua e fazemos a intervenção.” (Sujeito 3)

As profissionais acrescentaram que as intervenções efetivadas não apresentam caráter higienista, pois se direcionam para proteção dos usuários. Acredita-se que o trabalho das profissionais se orienta na perspectiva do cuidado, porém, diante da existência da ideologia presente em nossa sociedade de criminalização da pobreza e pelo histórico da forma que as pessoas em situação de rua são tratadas em nossa sociedade, é bastante provável que as pessoas que solicitam pela intervenção das profissionais, realizem essa ação motivadas pelo conceito estabelecido pelo senso comum, de que essas pessoas “atrapalham”/“incomodam”, a organização estabelecida na cidade.

Durante as entrevistas, as profissionais contatadas indicaram que as pessoas que solicitam a intervenção da equipe são informadas sobre o direito que as pessoas

em situação de rua possuem, de permanecer nos locais que se encontram. Diante de todo exposto, entende-se como essencial que as profissionais da política de assistência social reafirmem sempre nas suas ações o direito à liberdade que essa população possui, de transitar e permanecer no local que desejam.

Vale mencionar aqui, que para ao atendimento ao público itinerante o município fornece, passagens para Jaú (SP) e São Manuel (SP). Durante o atendimento, as profissionais indicam a possibilidade de realização de busca ativa dos familiares dos usuários, mas a maior parte desse público não manifesta interesse pela efetivação desse contato.

Igaraçu do Tietê não possui serviço de acolhimento institucional para pessoas em situação de rua e o município de São Manuel, localizado a 28,2 km de Igaraçu, é a localidade mais próxima que oferece esse serviço ao público em questão. Durante os períodos de inverno, para proteção desse público, até o ano de 2023, o município disponibilizava um local para pernoite dos usuários, ação denominada como serviço de acolhimento provisório no período de inverno. Segue o relato do sujeito 3, com relação as ações executadas:

“A gente alugava uma casa no centro da cidade e ofertava atendimento por uns três meses, até setembro. Tinha capacidade para 10, foram alugadas duas casas ficavam bem no centro da cidade e bem espaçosas. Ofertava janta marmitta, tinha um cuidador que passava a noite, foi uma empresa que contratamos, no período da manhã tomavam café e iam para rua. A gente levava produto de limpeza, as casas que escolhemos era para eles terem autonomia, para poderem lavar roupa, com varal para pendurar e eles poderiam entrar com as coisas. O guarda fazia um vistoria, mas não podiam deixar as coisa lá, pois muitos não voltavam outro dia.” (sujeito 3)

De acordo com informações coletadas com o sujeito 3, outras estratégias foram efetivadas em 2024, para atendimento às pessoas em situação de rua no período de inverno, conforme segue o relato:

“Ano passado não oferecemos o serviço de acolhimento provisório, estávamos com dificuldade de achar casa e fizemos um estudo, pois é um gasto alto, aluga casa no centro da cidade, um valor alto, um cuidador, 12 horas, das 17h até 7h. Mais de 12 horas, era 16 horas, eram dois que intercalavam, um dia sim um dia não o outro, marmittas, a gente comprava no restaurante, então, tinha toda essa logística, a quantidade de marmitta que tinha que comprar, que precisava buscar no período da tarde. Aí ia lá guardar na geladeira, para o cuidador esquentar no período da noite, então ficou tudo redondinho.

Aí a gente levava a rede para fazer a roda de conversa, mas o que a gente percebeu, no primeiro acolhimento só uma pessoa que ficou, fazendo um

parâmetro eles não queriam ficar, preferiam ficar na rua. Era em frente ao teatro, eles ficavam em frente, mas não entravam, tinha questão de regras. Mesmo tendo revista, não podia entrar com bebida ou outro tipo de droga, eles ficavam ali na frente, chamavam eles para ficar, diziam, não se eu entrar não posso sair. Que se entrassem não poderiam sair. A regra era assim, se entrasse era para jantar, tomar banho e dormir. Então, se a pessoa que dizia que iria ficar, só tomava banho e pegava a marmitta, depois no outro dia não poderia ficar.

Fizemos a conclusão que não iria compensar, mas fazíamos a busca noturna; passava aqui pegava um cafezinho um chá, deixava cobertor. E fizemos uma parceria com a Barra, que faz muitos anos que fazem o acolhimento. Eu mesma fui conversar com o responsável, assim, acordou-se que se chegasse um caso, que se deparássemos com uma pessoa com interesse no acolhimento, ela seria encaminhada para lá; mas a gente viu que em situação de rua mesmo não tinha ninguém, eles poderiam estar em casa abandonada, mas estavam com coberta, tinha um lugar para ficar. Se a gente se deparasse com uma pessoa em situação de rua, totalmente no relento, a gente poderia encaminhar lá, mas por fim, a gente nem precisou.” (sujeito 3)

Um dos usuários entrevistados indicou como positivo o atendimento que era oferecido, anteriormente, no período de inverno, segue o relato do sujeito 11:

“Era tranquilo para dormir. Tinha um cuidador que passava a noite, tinha coberta, travesseiro, não passava frio.

Primeiro eu ia, tomava banho e depois jantava. Tomava café da manhã e saía para o meu destino. Carregava junto as coisas de reciclagem, deixava o carrinho lá, era tranquilo.” (sujeito 11)

Verificou-se, pelas informações coletadas nas entrevistas, que não há perspectiva de implantação de serviço de acolhimento municipal ou regional, para atendimento ao público em situação de rua de Igarapu do Tietê, realidade que merece ser alvo de atenção, em especial, diante da ausência de locais para que esse público utilize o banheiro e para realização de alguma refeição.

Ademais, vale retomar aqui, que de acordo com as considerações já apresentadas nessa dissertação, o trabalho efetivado pela unidade de CREAS integra três principais dimensões, dentre as quais destaca-se: Acolhida, Acompanhamento Especializado e Articulação em rede. Observa-se pelas informações coletadas durante a entrevista com a equipe do CREAS de Igarapu do Tietê, que a atuação da equipe tem se mostrado restrita a acolhida dos usuários e a articulação em rede. A equipe não tem conseguido desenvolver ações referentes ao acompanhamento especializado dos usuários, ademais, na rotina de trabalho as profissionais lotadas na respectiva unidade não elaboram o Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar com as pessoas em situação de rua.

No tópico seguinte, será apresentado alguns desafios vivenciados pela equipe que refletem na metodologia de trabalho adotada pelas profissionais no cotidiano e que impossibilitam a realização do acompanhamento especializado direcionado às pessoas em situação de rua.

5.2.2 Desafios e Potencialidades Observadas na Organização Estabelecida pela política de Assistência Social para Efetivação dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua em Igarapu do Tietê

Segundo informações coletadas, a equipe mínima do CREAS apresenta defasagem de profissionais, ao se comparar o quantitativo de profissionais indicados nas normativas vigentes. Na ocasião, se encontrava pendente a atuação de um coordenador, de um advogado, de um profissional de nível superior ou médio para abordagem dos usuários e de um auxiliar administrativo. De acordo com informações coletadas com as participantes da pesquisa, encontrava-se em estudo pela gestão as possibilidades para adequação de todo o quadro de recursos humanos ao previsto nas normativas vigentes.

Apesar da defasagem de profissionais atuantes no serviço e da ausência de um atendimento mais direcionado para as pessoas em situação de rua, registra-se que o sujeito 3 e o sujeito 4 estiveram presentes nos locais em que ocorreram as entrevistas junto às pessoas em situação de rua (praças municipais distintas). Observou-se na ocasião, que as profissionais possuíam vínculos com os sujeitos entrevistados. Entende-se que a realidade desse atendimento se apresentava positiva, visto que a existência de vínculos e o estabelecimento de uma relação de confiança, contribui para o desenvolvimento do trabalho junto aos usuários.

Vale marcar aqui, o atendimento ofertado pela equipe do CREAS para um dos sujeitos entrevistados: “Já me levaram no Poupatempo em Jaú (SP), para fazer meus documentos, mas sumiu, foi tudo pro pó.” (sujeito 11)

Cabe apontar, que aparentemente, a equipe tem se esforçado para desempenhar, dentro de suas possibilidades, um atendimento próximo ao respectivo público; acredita-se que, a partir da adequação da composição do quadro de recursos humanos do serviço, será possível aprimorar as ações já efetivadas pela equipe para

atendimento às pessoas em situação de rua e demais usuários público-alvo do atendimento da unidade de CREAS.

Entre as possibilidades existentes, destaca-se que seria interessante fomentar a participação das pessoas em situação de rua em atividades coletivas efetivadas tanto pelo CREAS, como pelos demais serviços que integram a rede de atendimento. Segundo relatos, os usuários participam pontualmente de algumas ações efetivadas pelos CREAS e demais serviços da rede; acredita-se que a realização de ações sistemáticas, contribuiria para fortalecer o pertencimento dos usuários junto ao serviço e comunidade. É bastante provável, que a partir da adequação do quadro de recursos humanos do CREAS, seja possível a ampliação das ações em destaque.

Conforme já exposto, a localização da unidade de CREAS é avaliada como um aspecto dificultador para acesso dos usuários ao serviço; outra questão apontada pelo sujeito 3 que demandava atenção da equipe, corresponde à distância reduzida entre as salas de atendimento e a casa “vizinha” da unidade, realidade que exige a elaboração de estratégias que permitam a garantia do sigilo das informações veiculadas durante os atendimentos. Diante das questões apontadas, o sujeito 3 indicou que se encontrava em andamento a busca por um imóvel localizado na área central para ocupação pela unidade de CREAS.

Salienta-se ainda, que a inexistência de um profissional específico para a efetivação das ações relacionadas à sistematização de dados e planejamento de ações, propostas na área da vigilância socioassistencial, pode refletir no trabalho efetivado junto a gestão dos serviços que integram essa política. Durante a entrevista, o sujeito 3 indicou que, em sua avaliação, seria necessário a atuação de um profissional exclusivo para atuação nesse âmbito, todavia, não havia expectativas nesse sentido.

Apesar dos desafios apresentados, as profissionais relataram a existência de alguns usuários que estavam em situação de rua e retornaram ao convívio familiar ou se encontram vivendo de forma autônoma. Tal realidade se mostra um indicativo da possibilidade de realizar o trabalho proposto pela política de assistência social, havendo perspectivas de fortalecer esse trabalho, a partir das adequações já indicadas no decorrer desse estudo.

Durante a entrevista, o sujeito 3 indicou que pretendia realizar um encontro com representantes do poder legislativo, para apresentação, aos novos vereadores, dos serviços que integram a política de assistência social. O sujeito em destaque,

indicou que pretendia através dessa ação, dialogar sobre a realidade das pessoas em situação de rua, de modo a levantar as propostas de intervenção possíveis para atendimento a esse público. Avalia-se que a efetivação de ações nesse sentido se apresenta potente, visto que possibilitam apresentar a perspectiva do trabalho esperado para efetivação da respectiva política, frente ao proposto pelas políticas públicas para proteção social dessa população. Ademais, compreende-se que a atuação em conjunto com o poder legislativo pode favorecer a implantação de ações que sejam coerentes com a proposta de atendimento prevista nas normativas vigentes, de modo a fortalecer o trabalho desempenhado junto ao respectivo público.

A profissional acrescentou ainda que em sua avaliação, o apoio do Ministério Público seria importante para o aprimoramento do atendimento ao público em questão. Apesar de atuar no Ministério Público, a pesquisadora através do cargo que desempenha, não realizou nenhuma intervenção com relação à temática em destaque no município, motivo pelo qual, não possui conhecimento das ações efetivadas pela Promotoria de Justiça da comarca junto à temática em destaque. Diante disso, indicou-se às profissionais contatadas, que a partir do contato direto com a Promotoria de Justiça, ela conseguiria verificar as possibilidades de apoio que poderiam ser ofertadas ao município.

5.3 CARACTERIZAÇÃO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS

TABELA 7 – SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS

Nível de Proteção	Serviços socioassistenciais existentes³⁴
	Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)I /Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)
	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – 0 a 6 anos – CRAS
	-Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – 6 a 15 anos - CEC Fundecitrus

³⁴ De acordo com o disposto no plano municipal de assistência social (2022-2025, p. 27)

Proteção Social Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – 14 a 17 anos-Associação Itapolitana de Educação e Assistência
	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - 15 a 17 anos – CRAS
	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - 15 a 17 anos – CRAS
	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - 18 a 29 anos – CRAS
	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – 30 a 59 anos – CRAS
	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Idosos – CRAS
	Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas Idosas – CRAS
	Centro de Referência do Idoso – CRI
Proteção Social Especial de Média Complexidade	Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS / Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias - APAE
	Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) –CREAS
	Abordagem de pessoas em situação de violação de direitos – Parceria entre Secretaria de Desenvolvimento Social em parceria com o Centro de Atenção Psicossocial, Conselho Tutelar, Promotoria Pública e Secretaria de Direitos Humanos
Proteção Social Especial de Alta Complexidade:	Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos - Associação Lar São José - Abrigo Rainha da Paz

--	--

TABELA 8 – PROGRAMAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS

Programas Existentes	Programa Viva Leite
	Renda Cidadã
	Ação Jovem
	Bolsa Família / Cadastro Único
	Benefício de Prestação Continuada – BPC
	Programa Criança Feliz - CRAS e Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

A unidade de CRAS realiza a gestão do CADÚnico, bem como realiza oficinas de capacitação e Inclusão Produtiva em parceria com o Fundo Social de Solidariedade. Em parceria com a área da Saúde, a unidade realiza curso para gestantes.

Além dos programas existentes, o município de Itápolis possui regulamentado alguns benefícios eventuais, conforme segue: Auxílio Natalidade, Auxílio Funeral, Passagem rodoviária intermunicipal, e Documentação Civil.

5.3.1 Atendimento das Pessoas em Situação de Rua em Itápolis

O CREAS se caracteriza a unidade de referência para o atendimento das pessoas em situação de rua de municípios de pequeno porte II, tal realidade não impede o atendimento desse público pelos demais serviços que integram a rede socioassistencial, nas situações que essa população solicita por atendimento nas demais unidades.

Conforme já exposto nessa dissertação, em Itápolis o CREAS assume a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

O atendimento às pessoas em situação de rua integra o escopo de atuação da equipe do PAEFI; essa população abrange as pessoas que residem no município de Itápolis que se encontram nessas condições, bem como o público itinerante.

A unidade de CREAS oferece local para banho, para lavagem de roupas, kit de higiene (sabonete, escova de dente e creme dental) e café da manhã. De acordo com relatos das profissionais entrevistadas, o público itinerante é o que mais utiliza o local para lavagem das roupas; as pessoas em situação de rua do município costumam jogar fora a roupa suja, as quais são substituídas pelas roupas doadas pelo serviço. Além das roupas, cobertores são doados nos períodos de temperaturas mais baixas.

Segue o relato da pessoa em situação de rua entrevistada em Itápolis, com relação ao atendimento oferecido pelo CREAS:

“Venho de vez em quando pegar o café da manhã, já vim tomar banho, mas como eu sou da cidade acho que é proibido eu vir aqui direto, eu acho que é mais preferível vir os de fora do que os daqui, pra mode mandar em bora. Eu acho quem mora aqui tem que ter um lugar, hoje cedo eu vim aqui, tinha uns par dele para tomar banho, hora que o ônibus para, desce um monte de gente, já imagina onde vem.” (sujeito 13)

Ademais, segundo informações veiculadas com as profissionais entrevistadas, as pessoas em situação de rua costumam buscar o serviço para apoio na emissão de documentos pessoais, bem como, para armazenamento desses documentos no serviço. Pontualmente solicitam contato com familiares; nas ocasiões que é solicitado a equipe do serviço realiza as intervenções necessárias, alguns familiares apresentam receptividade para contato, já outros não.

Ações pontuais de abordagem social e busca ativa são efetivadas nos locais que a população em situação de rua se encontra, para auxílio na organização do local que se encontram (retirada de acúmulo de objetos e higienização do local).

No que tange às ações destacadas pela equipe, vale fazer referência aqui ao disposto pela Resolução CNAS/MDS nº 129, de 21 de novembro de 2023:

Art. 4º [...]

Parágrafo único. Ações de zeladoria, fiscalização e segurança pública não constituem serviços e provisões de assistência social e, portanto, não devem ser feitas no âmbito das intervenções realizadas pelas equipes de referência do SUAS.

Considerando o exposto, cabe apontar que “aparentemente” a atuação desenvolvida pela equipe do CREAS para auxílio na organização do local que as pessoas em situação de rua se encontram, não se mostra coerente com a proposta de trabalho previstas para os serviços que integram a respectiva área. Diante disso, avalia-se como importante que a equipe reflita sobre a proposta efetivada pelas profissionais nas intervenções realizadas com relação ao tema em destaque.

Ademais, registra-se que a maior parte das pessoas em situação de rua de Itápolis, estão inseridas no Programa Bolsa Família, recebendo mensalmente o valor de R\$600,00. A pessoa em situação de rua entrevistada, ainda não recebia esse benefício e indicou que já havia comparecido ao CRAS para retirada de cesta-básica, mas não sabia o motivo que pelo qual não foi atendido; acreditava que poderia ser algo relacionado ao período que convivia com sua esposa.

Ao dialogar sobre a situação desse usuário com o sujeito 7 atuante na unidade de CREAS, a profissional indicou que ele e sua ex-esposa mantinham um relacionamento de idas e vindas; diante disso, acreditava que seu nome ainda constava no cadastro de sua ex-companheira; motivo que não estava recebendo os benefícios em discussão. A profissional acrescentou que realizaria uma visita ao local no qual ele está residindo e faria as atualizações necessárias para cadastramento e acesso do usuário aos respectivos benefícios, caso ele atendesse os critérios para acesso.

No que tange ao atendimento a itinerantes, são fornecidas passagens intermunicipais para atendimento de seus interesses são oferecidas passagens com destino para municípios de maior porte da região como Marília, Taquaritinga, Araraquara, bem como para São Paulo; sendo Marília o local de maior interesse, visto que muitos usuários manifestam o desejo pelo deslocamento até a região norte do Estado do Paraná.

Além da passagem, a equipe se disponibiliza em realizar contato com os familiares de cada indivíduo, porém, são exceções os usuários que desejam retomar esse contato, visto que relatam que não possuem nenhum vínculo familiar ou de pertencimento. Nas ocasiões que os usuários manifestam interesse em retomar o contato com familiares, é realizada a busca, mas dificilmente se alcança a reinserção familiar.

Segue o relato das profissionais entrevistadas com relação às ações efetivadas direcionadas ao fortalecimento dos vínculos familiares:

“Fazemos o trabalho de fortalecimento dos vínculos da família, mas já estão muito fragilizados.” (sujeito 6)

“A família acaba se afastando, porque a maioria que está aí já teve internações anteriores, fica um período bem, depois retorna para o vício. Aí a família passa a cobrar e a pessoa acaba ficando em situação de rua, fica livre, sem nenhuma cobrança, responsabilidade, compromisso.” (sujeito 7)

Itápolis não possui serviço de acolhimento institucional para pessoas em situação de rua; o município de Ibitinga, localizada a 21,8 km de Itápolis, se constitui a localidade mais próxima que oferece esse serviço ao público em questão. Diante da ausência deste serviço no município entre os anos de 2020 e 2023, durante o período de inverno, o município realizava a Operação Frente Fria, ação a qual possibilitava a pernoite dessa população num local preparado para o acolhimento nesse período. No ano de 2024, essa ação não foi efetivada, segue o relato do sujeito 7, esclarecendo o motivo que essa ação não foi executada no respectivo ano: “Nós se baseamos na expectativa do frio da defesa civil, ano passado foi bem fraco.” (sujeito 7)

Segue o relato das profissionais entrevistadas sobre a organização adota nas ações efetivadas durante a Operação Frente Fria.

“No primeiro ano que fizemos ainda não tinha o CREAS, nós tivemos um número expressivo.” (sujeito 6)

“Tinha bastante gente, ainda era reflexo do COVID, lembra. Tinha um monte de gente em situação de rua, morreu muita gente daquela época pra cá. Nós chegamos acolher quase 20 pessoas lá. Improvisamos um lugar lá, fez bastante frio.” (sujeito 7)

“Oferecemos o local, banho, alimentação, passava recolhendo com a Van, às 18 h.” (sujeito 6)

“Nos últimos anos foi comprado até os moletoms que a gente deu para eles. A gente fornece a coberta.” (sujeito 8)

“Avisamos a população que estamos com o serviço, na rádio, no site, as próprias pessoas avisam, tem uma pessoa aqui e passamos recolhendo.” (sujeito 6)

De acordo com informações veiculadas durante as entrevistas, situações de conflito entre as pessoas atendidas pela ação em destaque já foram vivenciadas no período que esse atendimento era oferecido. Um exemplo dessa situação foi uma discussão que culminou no fato um usuário esfaquear o outro. Ademais, segundo relatos, esse atendimento era oferecido durante todo o período de inverno; passado esse período, um ou outro usuário solicitava pela prorrogação desse atendimento.

Registra-se que o município de Itápolis não possui perspectiva para implantação de um serviço de acolhimento destinado ao respectivo público. Uma das

profissionais entrevistadas indicou que, em sua avaliação, a implantação de um serviço permanente exigiria o estabelecimento de algumas regras que possibilitasse o convívio mais harmonioso entre os usuários. A profissional acrescentou que, durante a Operação Inverno, no intuito de oferecer o atendimento para maior parte das pessoas que se encontravam em situação de rua, havia maior flexibilização nas regras estabelecidas para acesso ao atendimento; realidade que necessitaria ser repensada caso houvesse a implantação de um serviço permanente.

No que tange ao funcionamento do atendimento oferecido pelo município através da Operação Inverno; o usuário entrevistado indicou que já participou do atendimento em destaque, assim, indicou que para acesso ao local de atendimento era disponibilizado transporte aos usuários, ademais era ofertado alimentação, banho, café da manhã, segue a fala do usuário sobre esse atendimento.

“Já participei na época do frio, eu quis dar uma de bravo. Tinha muita gente folgada, não dava conta, se via gente com pinga aqui, outro saia lá fora, não conseguia ficar na convivência. Eles vinha buscar a gente de camionete, era horrível a convivência com os colegas. Dava para ver cara, tinha gente que tinha uma bolsa saia com bolacha lá de dentro, espera o café né, que eles dão um café para tomar. Falta de educação é horrível. Dava um café, um chá, um pão, come primeiro depois vai. Tinha uns que parece que acordava de madrugada e estava com a bolsa cheia. Eu quis dar um coro num lá, chamei o cara para fora, aí de manhã ele ficou quietinho, hora que ele levantou eu falei cadê a coberta, fiz devolver. O frio era muitos dias, era uns 4 a 5 dias, não tinha condição de você levar a coberta, por que ele queria pegar o coberta? Para pegar outra amanhã.” (sujeito 13)

Aponta-se aqui, que o atendimento ao público em situação de rua se apresenta complexo; realidade que demanda a estruturação dos serviços que atendem esse público, através da composição adequada do quadro de recursos humanos e dos demais aspectos que envolvem o funcionamento dos serviços destinados a essa população.

Considerando as particularidades do atendimento das pessoas em situação de rua, salientou-se para a equipe do CREAS, que ao realizar as ações como a descrita, se mostra importante a construção conjunta com os usuários das regras de convivência, bem como, a destinação de uma análise para a particularidade apresentada por cada indivíduo. As especificidades desse atendimento não foram aprofundadas durante os contatos, visto que o município não executa, no momento,

nenhuma ação temporária para pernoite dos usuários, e nem oferta o serviço de acolhimento institucional.

Na oportunidade do contato com as profissionais atuantes no CREAS, obteve-se a informação que através da parceria com a DRADS de Araraquara, o município de Itápolis aderiu à realização de um consórcio municipal, direcionado para realização do Censo da população em situação de rua. Tal censo efetivado por uma empresa contratada em parceria com a equipe do CREAS, realizou abordagem social nas ruas, durante o mês de dezembro de 2024, ação que resultou no levantamento do total de 15 pessoas em situação de rua no município. A equipe contatada indicou que ainda não possui informações das próximas ações que seriam executadas, a partir da efetivação desse levantamento de dados.

Vale apontar aqui, que as informações levantadas pelo Censo efetivado, referentes ao quantitativo de pessoas em situação de rua, se apresentam divergentes ao disposto pela “Série Histórica” por unidade da federação com o “Total de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único”, a qual registrava um total de 61 famílias em situação de rua no mês de janeiro, no município.

Durante a entrevista, uma das profissionais indicou que, possivelmente, o número elevado de usuários pode ser resultado da atualização cadastral realizada por alguns indivíduos itinerantes. Ademais, levantou-se a possibilidade de registro equivocado de tais dados, motivo que pode ter ocasionado essa divergência de informações. O sujeito 8 se comprometeu em verificar o motivo dessa incoerência nos dados.

Retomando-se a oferta do serviço de acolhimento institucional, as profissionais contatadas indicaram que esse atendimento seria interessante para os usuários que aceitam o tratamento de saúde, sobretudo pelo uso de substância psicoativas, e que acabam após o retorno do tratamento recaindo no uso, diante da vivência em situação de rua.

Durante o diálogo, diante da impossibilidade da implantação desse serviço pelo município, levantou-se a possibilidade da realização de serviços regionalizados com tal finalidade, porém, a equipe desconhecia qualquer iniciativa direcionada para efetivação de tal proposta, na região.

Compreende-se pelas informações acessadas que diante do cenário apresentado pelo município e região, haveria demanda pelo atendimento do serviço de acolhimento institucional em situações excepcionais, cita-se por exemplo, nos dias

de baixas temperaturas, ou nas situações que haveria necessidade da permanência em um ambiente mais protegido, que dificultasse o acesso ao uso de substâncias psicoativas. Avalia-se que a disponibilização de um local para abrigo se mostra relevante em tais situações, no entanto, vale refletir, que ondas de calor vêm sendo comuns em várias regiões do país, realidade que demandaria a permanência das pessoas em situação de rua num local com temperaturas mais amenas.

Cabe destacar aqui, que além das variações apresentadas com relação ao clima, diariamente, as pessoas em situação de rua se encontram expostas a diversos riscos, realidade que só pode ser superada a partir do desenvolvimento de ações que possibilitem alternativas de moradia provisórias ou permanentes, realidade que deve ser inserida na pauta de discussões dos municípios.

Ademais, entende-se como importante registrar aqui, a importância do respeito aos animais que acompanham as pessoas em situação de rua; durante a entrevista ao usuário em situação de rua do município de Itápolis, quando foi perguntado se ele permanecia só ou acompanhado nas ruas, ele permaneceu durante um momento em silêncio; logo na sequência começou a chorar, esclarecendo que possuía um cachorro que havia sido atropelado e não deu tempo de socorrê-lo.

Segue abaixo o relato desse usuário:

“Era eu e meu cachorro. Lá eu moro sozinho era eu e meu cachorro. Ele foi atravessar a rua, hora que eu catei.....Tenho medo, não quero outro companheiro. Oia eu não choro pelas mulheres que eu larguei eu choro pelo meu cachorro.” (sujeito 13)

Considerando a fala do sujeito entrevistado, vale esclarecer aqui, que o usuário não apresentou nenhuma queixa com relação ao acesso de seu animal aos serviços executados no município, por sua vez, o relato dele, deixa claro, a necessidade de respeitar os animais que acompanham os usuários, de se reservar um local adequado para permanência destes no período que os usuários se encontram em atendimento. Avalia-se que, muitas vezes, a intolerância aos animais pode se configurar uma questão relevante, que pode interferir na vinculação do usuário junto ao serviço em execução, realidade que demanda atenção dos profissionais que atendem essa população.

A importância de um local para se proteger das adversidades climáticas se apresenta uma realidade para essa população, conforme relato do sujeito pesquisado em Itápolis:

“Eu tenho meu barraco lá, meu cantinho que meu colega deixou eu ficar, em troca eu vou lá na casa dele e faço uma faxina para ele limpar as coisas dele lá. Eu vou para pousar no meu cantinho, pois essa época deu chuva aí eu tenho um lugar lá. Glória a Deus que eu achei aquilo.” (sujeito 13)

Diante da ausência do Estado no apoio ao público em destaque, a ajuda de pessoas da comunidade acaba sendo a única alternativa para essa população.

Cabe salientar, que de acordo com as considerações já apresentadas nessa dissertação, o trabalho efetivado pela unidade de CREAS integra três principais dimensões, dentre as quais destaca-se: Acolhida, Acompanhamento Especializado e Articulação em rede. Identificou-se pelas informações coletadas durante a entrevista com a equipe do CREAS de Itápolis, que a atuação da equipe tem se norteadado no sentido de possibilitar a acolhida dos usuários; para além, abarca o desenvolvimento de ações referentes à articulação com os demais serviços da rede. O acompanhamento especializado dos usuários não integra a rotina de trabalho dessa equipe, de modo que, nenhum caso em situação de rua possui Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar elaborado.

Na sequência, serão apresentados alguns desafios vivenciados pela equipe que refletem na metodologia de trabalho adotada pelas profissionais no cotidiano e que impossibilitam a realização do acompanhamento especializado direcionado às pessoas em situação de rua.

5.3.2 Desafios e Potencialidades Observadas na Organização Estabelecida pela Política de Assistência Social para Efetivação dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua em Itápolis

Observou-se pelas informações coletadas, que a equipe mínima do CREAS apresenta defasagem de profissionais, ao se comparar o quantitativo de profissionais indicados nas normativas vigentes. Estava em andamento a inserção na equipe dos

seguintes profissionais: um profissional com formação em psicologia; um escriturário; um advogado e um profissional para assumir a coordenação do serviço, a partir da finalização destas contratações, o quadro de recursos humanos para atuação nessa unidade estará adequado ao recomendado para os serviços da presente modalidade.

Uma das profissionais entrevistadas mencionou que a partir da ampliação dessa equipe, espera-se que seja possível ampliar o atendimento/acompanhamento efetivado junto às pessoas em situação de rua, segue o relato da profissional:

“Talvez se tivesse uma abordagem sistemática, com uma equipe mesmo, para fazer um trabalho de convencimento, porque é um trabalho de convencimento né. Quem sabe um dia né, com a equipe certinha do CREAS, com o CAPS mais estruturado, talvez a gente possa pensar em algo nesse sentido, de fazer um planejamento, a partir da abordagem. Então fazemos o trabalho pontual, somos referência, eles vêm quando precisam, nos conhecem pelo nome, a gente tem uma boa relação, mas esse sistemático não temos, realmente é pontual o trabalho que realizamos.”
(sujeito 6)

Compreende-se que além do desenvolvimento de ações direcionadas para abordagem social dos usuários, a realização de ações coletivas seria outra possibilidade para aproximação das pessoas em situação de rua no cotidiano do serviço; o desenvolvimento dessas ações, permitiria fortalecer o pertencimento dos usuários junto ao CREAS e comunidade.

De modo geral, observou-se diante das informações obtidas, que aparentemente, a equipe de profissionais tem se esforçado para desempenhar, dentro de suas possibilidades, um atendimento próximo ao respectivo público; acredita-se que, a partir da adequação da composição do quadro de recursos humanos do serviço, será possível aprimorar as ações já efetivadas pela equipe para atendimento às pessoas em situação de rua e demais usuários público-alvo do atendimento da unidade de CREAS.

Ademais, no momento das entrevistas, o imóvel utilizado pela equipe do CREAS era utilizado, de forma compartilhada, com a Secretaria de Desenvolvimento Social. Esta, segundo informações das entrevistadas estava em momento de mudança para outro imóvel; a partir de tal organização, as salas existentes no CREAS estavam sendo ocupadas por mais de um profissional, de modo que, para realização dos atendimentos individualizados, era necessário a reorganização dos profissionais

pelos cômodos disponíveis. Havia perspectiva de superação dessa situação, a partir da mudança da Secretaria para o novo imóvel.

Durante a entrevista, as profissionais não conseguiram identificar a existência de usuários que se encontravam em situação de rua e retornaram ao convívio familiar e ou de forma autônoma.

De modo geral, avalia-se que ações têm sido desenvolvidas pela equipe e pelos profissionais da rede para atendimento ao público em discussão. Acredita-se que apesar dos desafios, o município já contava com a atuação de um profissional designado para sistematização de dados que integram a área de atuação da vigilância socioassistencial, realidade que tende a potencializar o planejamento de ações para atendimento às pessoas em situação de rua de Itápolis.

5.4 A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES COMO FERRAMENTA PARA GESTÃO DO SUAS EM ÂMBITO NACIONAL E A REALIDADE APRESENTADA PELOS MUNICÍPIOS DE BARIRI, IGARAÇU DO TIETÊ E ITÁPOLIS

A estrutura da política de assistência social se apresenta composta pela vigilância socioassistencial, a qual abrange uma das funções da respectiva política e assume o papel de dar visibilidade às demandas apresentadas pela população e em cada território, a partir da coleta e análise de informações.

A implantação da vigilância socioassistencial nos municípios encontra-se previstas pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS 2012 conforme segue (2012, p.41):

Art. 90. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem instituir a área da Vigilância Socioassistencial diretamente vinculada aos órgãos gestores da política de assistência social, dispondo de recursos de incentivo à gestão para sua estruturação e manutenção.

Parágrafo único. A Vigilância Socioassistencial constitui como uma área essencialmente dedicada à gestão da informação, comprometida com:

I - O apoio efetivo às atividades de planejamento, gestão, monitoramento, avaliação e execução dos serviços socioassistenciais, imprimindo caráter técnico à tomada de decisão; e

II – A produção e disseminação de informações, possibilitando conhecimentos que contribuam para a efetivação do caráter preventivo e proativo da política de assistência social, assim como para a redução dos agravos, fortalecendo a função de proteção social do SUAS.

A atuação da vigilância socioassistencial potencializa o trabalho desenvolvido pela política em destaque, pois, contribui com o planejamento de ações e tomada de decisões de caráter técnico, as quais são baseadas no levantamento de dados a partir da realidade vivenciada pela população e em cada território. Cabe apontar ainda, que o governo federal disponibiliza várias ferramentas tecnológicas, que permitem operacionalizar a gestão da informação, conforme exposto por Pereira, A. C.C; Sbaraglini, G. A.A e Woida, G. R. O (2023, p.90 e 91):

A Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS (2012), inclui a vigilância socioassistencial em seu escopo, como uma área específica para a gestão da informação no SUAS, por meio da integração de ferramentas tecnológicas. O Governo Federal implementou a Rede SUAS para operacionalizar a gestão da informação, por meio de um conjunto de aplicativos que oferecem suporte à gestão, monitoramento, avaliação e controle social de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social, além de seu funcionamento.

A operacionalização desse conjunto de informações exige que os profissionais atuantes na vigilância socioassistencial se apropriem de conhecimentos específicos que auxiliem o uso dos sistemas de informação e favoreçam a análise de indicadores sociais, a interpretação das informações coletadas para o uso no trabalho desenvolvido no cotidiano.

Compreende-se como interessante citar aqui, trecho disposto no documento “Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social”, o qual apresenta as seguintes considerações (2011, p.46):

A partir dos parâmetros da NOB-RH/SUAS, os recursos humanos de cada CREAS deverão ser dimensionados considerando os serviços ofertados pela Unidade, demanda por atendimento/acompanhamento e capacidade de atendimento das equipes. Assim, o órgão gestor poderá agregar serviços e ampliar a capacidade de atendimento das unidades. Porém, esta ampliação deve ser consequência de um planejamento de gestão, com previsão das adequações necessárias para comportá-la e permitir, inclusive, a identificação da demanda por ampliação do quantitativo de CREAS na localidade.

A área da vigilância socioassistencial, vinculada ao órgão gestor de assistência social, também contribui para o dimensionamento do quantitativo das Unidades CREAS, capacidade de atendimento, equipe e serviços a serem ofertados em

determinada localidade, compatibilizando-os à realidade dos territórios. Nessa direção, o órgão gestor ao desenvolver a vigilância socioassistencial, cria capacidades e meio técnicos para conhecer o território e a presença de riscos pessoais e sociais, por violação de direitos.

Compreende-se, assim, que as informações coletadas e os estudos sob responsabilidade da vigilância socioassistencial em âmbito local mostraram-se de suma importância, para a identificação das demandas e o planejamento quanto à organização dos serviços socioassistenciais.

Verifica-se a partir do estudo mais aprofundado da temática, que a ausência de dados sobre o quantitativo de pessoas em situação de rua e características dessa população se apresenta como uma realidade de âmbito nacional, conforme apontado pelo documento Diagnóstico, já mencionado nesse estudo, o respectivo documento indica que o único levantamento oficial existente direcionado a identificação do público em tela foi realizado em 2009, o qual foi intitulado como “Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua”, promovida pelo Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Diante das questões apresentadas acima, vale mencionar aqui, a importância do trabalho da vigilância socioassistencial, para organização do atendimento da política de assistência social, conforme indicado no trecho disposto no documento “Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial”, elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2013, p.9):

De acordo com as determinações da NOB 2012 a Vigilância Socioassistencial deve estar estruturada e ativa em nível municipal, estadual e federal, contribuindo com as áreas de proteção social básica e de proteção social especial por meio da elaboração de estudos, planos e diagnósticos capazes de ampliar o conhecimento sobre a realidade dos territórios e as necessidades da população, e auxiliando no planejamento e organização das ações realizadas nesses territórios. Deve, ainda, contribuir com a própria Gestão – em sentido amplo – auxiliando a formulação, planejamento e execução de ações que induzam à adequação da oferta às necessidades da população. Para isso, faz-se necessário que também sejam produzidas e analisadas informações sobre o financiamento; sobre o tipo, volume, localização e qualidade das ofertas; bem como das condições de acesso aos serviços, benefícios, programas e projetos.

No município de Itápolis, a organização das ações de vigilância socioassistencial são realizadas através da coordenação do processo de preenchimento do Censo SUAS, monitoramento dos Registros Mensais de

Atendimento dos serviços ofertados pelo órgão gestor, acompanhamento da atualização do Cadastro Nacional do SUAS-CadSUAS, preenchimento e monitoramento do Plano de Ação e Demonstrativo Físico Financeiro do Ministério do Desenvolvimento Social no sistema SUAS/WEB, entre outras funções de sistematização de informações, com vistas a auxiliar o planejamento e execução das ações. Conforme já exposto nessa dissertação, uma profissional foi designada para atuação junto ao trabalho em destaque, ademais, uma empresa de assessoria fora contratada para apoiar as ações em andamento no município que tratam dessa temática. Os municípios de Bariri e Igarapu do Tietê realizam as atividades relacionadas à vigilância socioassistencial, mas não possuem profissional específico para o desempenho dessa função.

Considerando a realidade apresentada pelos municípios, avalia-se que o fortalecimento das ações da vigilância socioassistencial, a partir da atuação de profissional específico para sistematização de dados, potencializaria o levantamento de informações sobre as características das pessoas em situação de rua do município, realidade que favoreceria o planejamento do trabalho direcionado a população em destaque.

5.5 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS DEMAIS POLÍTICAS PÚBLICAS NA DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

A atuação isolada da política de assistência social não se mostra capaz de impactar significativamente a realidade vivenciada pela população alvo de seu atendimento. Considerando as limitações dessa política, cabe fazer menção aqui ao conteúdo exposto por Pereira, Sbaraglini, e Woida (2023,p. 98 e 99 apud Lazzari 2018), para destacar a importância da atuação integrada entre a política de assistência social e as demais políticas públicas.

As ações desenvolvidas na política de assistência social devem integrar-se às demais ações dos órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas – saúde, educação, previdência social, trabalho e renda, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional – de modo a compor um conjunto de ações públicas de promoção de direitos, que possam conduzir a impactos mais efetivos no fortalecimento da autonomia e potencialidades das

populações. Do contrário, “a consequência é a formação de uma grande parcela da população que vive no limite da necessidade” (LAZZARI, 2018, p. 95).

Considerando que o trabalho intersetorial se figura como uma ação importante para a efetivação da proteção social, vale apontar aqui o previsto pela NOB SUAS 2012, ao tratar sobre essa temática:

Art. 7º A garantia de proteção socioassistencial compreende:

- I - Precedência da proteção social básica, com o objetivo de prevenir situações de risco social e pessoal;
- II - Não submissão do usuário a situações de subalternização;
- III - desenvolvimento de ofertas de serviços e benefícios que favoreçam aos usuários do SUAS a autonomia, resiliência, sustentabilidade, protagonismo, acesso a oportunidades, condições de convívio e socialização, de acordo com sua capacidade, dignidade e projeto pessoal e social;
- IV - Dimensão proativa que compreende a intervenção planejada e sistemática para o alcance dos objetivos do SUAS com absoluta primazia da responsabilidade estatal na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;
- V - Reafirmação da assistência social como política de seguridade social e a importância da intersetorialidade com as demais políticas públicas para a efetivação da proteção social.

Diante do exposto, entende-se como essencial o desenvolvimento de um trabalho planejado, que possibilite o protagonismo dos usuários e que seja integrado com as demais políticas públicas.

O trabalho intersetorial evidencia que para a população em situação de rua ter sua história reconhecida e para que possa superar as mazelas que a vida proporciona, a articulação com os diversos setores do poder público e da sociedade civil são fundamentais, no sentido de promover ações concretas para sua promoção, prevenção e resgate social. Atuar no campo de visão de um trabalho multifacetado com este tipo de demanda é também pensar em um atendimento humanizado, interdisciplinar, com a proposta de contribuir na elaboração de um atendimento que observe o indivíduo na sua totalidade, identificando suas vulnerabilidades com a primazia de fortalecer suas potencialidades. (Carvalho e Fernandes 2022, p. 42,43)

Tendo em mente o princípio da incompletude institucional e com o objetivo de fortalecer a complementaridade das ações dos CREAS com os distintos órgãos envolvidos no acompanhamento dos indivíduos atendidos pela unidade, salienta-se que o órgão gestor da política de assistência social tem um importante papel frente à busca pelo desenvolvimento de um trabalho articulado, entre os serviços que integram a rede socioassistencial, intersetorial e com os órgãos de defesa de direitos, entre os

quais destaca-se o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública. (2009, p. 37)

No que tange ao trabalho em rede, o Caderno de Orientações do CREAS indica (2009, p. 61):

Para qualificar a atenção às famílias, a articulação em rede pode comportar, ainda, o planejamento e desenvolvimento de atividades em parceria, além de estudos de casos conjuntos, dentre outras estratégias. Nessa direção, destacam-se, inclusive, as ações de intervenção no território, voltadas à prevenção e ao enfrentamento de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos. Estas podem se materializar, por exemplo, na forma de campanhas organizadas pelos órgãos gestores das diferentes áreas, envolvendo os órgãos de defesa de direitos. Devem considerar os temas relevantes, de acordo com as situações presentes nos territórios, e se utilizar de linguagem, instrumentos e metodologias adequadas para abordar cada temática.

Couto, Yasbek, Raichelis (2014, p. 62) relatam que a atuação intersetorial supõe a implementação de programas e serviços integrados e a superação da atuação fragmentada, diante das necessidades sociais da população. Ademais, abarca a integração de políticas distintas em torno de objetivos comuns, os quais devem orientar a construção das redes municipais. A atuação nessa perspectiva transcende o caráter específico de cada política e potencializa as ações por elas desenvolvidas.

De acordo com a PNAS (2004) o trabalho em rede significa romper com velhos paradigmas, em que as práticas se construíram historicamente pautadas na segmentação, na fragmentação e na focalização. Os desafios presentes no cotidiano se apresentam sob múltiplas formatações, realidade que exige o desenvolvimento de um trabalho integrado.

A construção de fluxos e protocolos de atendimento intersetorial pode favorecer, sobremaneira, a articulação e a complementariedade entre a atenção na rede de saúde e o acompanhamento na assistência social às pessoas em situação de rua.

O documento “Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop” apresenta considerações relevantes sobre essa temática (2011, p. 95):

[...]em razão das demandas de saúde comumente observadas na população em situação de rua - que podem estar relacionadas ao

contexto de insegurança e insalubridade a que estão expostas cotidianamente, ou decorrer de doenças crônicas de natureza não contagiosa - o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua deverá manter uma estreita articulação com a rede de saúde. A construção de fluxos e protocolos de atendimento intersetorial pode favorecer, sobremaneira, a articulação e a complementariedade entre a atenção na rede de saúde e o acompanhamento na assistência social às pessoas em situação de rua. Nesse sentido, destaca-se a necessária articulação do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua com a atenção básica da Saúde, seja com as equipes de saúde que atuam nas ruas, seja com as Unidades Básicas de Saúde (UBS) do território e aos serviços de emergência. Cabe ressaltar que às pessoas em situação de rua deve ser assegurado o acesso a programas e serviços de prevenção e promoção da saúde na UBS situada na localidade onde costumam estar/transitar. A articulação com as UBSs é fundamental para viabilizar o acesso ao SUS e a atenção a demandas diversas de saúde, considerando a organização deste Sistema nos territórios.

O conteúdo apresentado acima, trata-se da proposta de trabalho recomendada aos municípios que possuem o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro PoP), por sua vez, compreende-se que a construção de fluxos e protocolos, pode ser uma prática adotada entre os serviços existentes em qualquer município, a qual tende a potencializar as ações efetivadas na defesa dos direitos das populações mais vulneráveis, como é o caso das pessoas em situação de rua.

Conforme já exposto na presente dissertação, a Política Nacional para a População em Situação de Rua indica a necessidade de criação de Comitês Gestores Intersetoriais locais, integrados por representantes das áreas distintas que possuem envolvimento com o atendimento às pessoas em situação de rua. Acredita-se que a constituição e o desenvolvimento de um trabalho ativo por parte desse comitê tendem a potencializar tanto as ações de cada política pública no atendimento às pessoas em situação de rua, como a execução do trabalho em rede.

Cabe destacar aqui, que além da política de assistência social, a área da saúde, habitação, emprego, educação, possuem um papel relevante no atendimento ao respectivo público, diante disso, entende-se como relevante destacar de forma breve nessa dissertação, alguns aspectos de cada política pública que abrangem o atendimento às pessoas em situação de rua.

No que tange à área da saúde, registra-se que em nosso país o acesso à saúde se constitui um direito universal, a oferta de ações voltadas ao cuidado em saúde ocorre através do Sistema Único de Saúde – SUS. As unidades que integram a atenção Primária à Saúde (APS) entre as quais destacam-se as unidades básicas de

saúde - UBS, se constituem a porta de entrada de todas as atenções, de modo que tais unidades devem realizar o acolhimento e os atendimentos necessários as pessoas em situação de rua que buscam por atendimento.

A Atenção Primária à Saúde – APS é composta ainda pelas equipes de Estratégia ou Equipe de Saúde da Família – ESF, considerada como estratégia de expansão, qualificação e consolidação da APS nos territórios.

A Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, a qual aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), apresenta importantes considerações para direcionar o atendimento às pessoas em situação de rua, conforme segue:

A responsabilidade pela atenção à saúde da população de rua, como de qualquer outro cidadão, é de todo e qualquer profissional do Sistema Único de Saúde com destaque especial para a atenção básica. Em situações específicas, com o objetivo de ampliar o acesso destes usuários à rede de atenção e ofertar de maneira mais oportuna a atenção integral à saúde, pode-se lançar mão das equipes dos consultórios na rua que são equipes da atenção básica, compostas por profissionais de saúde com responsabilidade exclusiva de articular e prestar atenção integral à saúde das pessoas em situação de rua.

As equipes deverão realizar suas atividades, de forma itinerante desenvolvendo ações na rua, em instalações específicas, na unidade móvel e também nas instalações de Unidades Básicas de Saúde do território onde está atuando, sempre articuladas e desenvolvendo ações em parceria com as demais equipes de atenção básica do território (UBS e NASF), e dos Centros de Atenção Psicossocial, da Rede de Urgência e dos serviços e instituições componentes do Sistema Único de Assistência Social entre outras instituições públicas e da sociedade civil.

[...]

Em Municípios ou áreas que não tenham consultórios na rua, o cuidado integral das pessoas em situação de rua deve seguir sendo de responsabilidade das equipes de atenção básica, incluindo os profissionais de saúde bucal e os núcleos de apoio a saúde da família (NASF) do território onde estas pessoas estão concentradas.

Considerando o conteúdo exposto acima, verifica-se que o atendimento às pessoas em situação de rua é de responsabilidade de todas as equipes que integram a atenção básica, a oferta de serviços específicos de saúde para essa população através da Equipe de Consultório na Rua – eCR é prevista aos municípios de maior porte conforme exposto pela Portaria nº 1.255, de 18 de julho de 2021³⁵:

Art. 13 [...]

- O limite mínimo de população em situação de rua para que a eCR seja financiada pelo Ministério da Saúde é de 80 pessoas em situação de rua no município ou Distrito Federal; e

III - Os municípios ou Distrito Federal com população total estimada de mais de 100.000 (cem mil) habitantes terão, no mínimo, 1 eCR financiada pelo Ministério da Saúde.

Quanto ao cuidado previsto no âmbito da saúde mental, os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS figuram como a unidade de referência para o cuidado em situações de sofrimento ou transtorno mental. Essas unidades são previstas para municípios com mais de 15.000 habitantes, conforme segue disposto pela Portaria de Consolidação n. 3/2017 do Ministério da Saúde - “Anexo V” que apresenta a descrição dos serviços da RAPS:

CAPS I: atende pessoas de todas as faixas etárias que apresentam prioritariamente intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes, incluindo aqueles relacionados ao uso de substâncias psicoativas, e outras situações clínicas que impossibilitem estabelecer laços sociais e realizar projetos de vida. Indicado para Municípios ou regiões de saúde com população acima de quinze mil habitantes; (Origem: PRT MS/GM 3088/2011, Art. 7º, § 4º, I)

Essa modalidade de serviço é prevista para municípios que possuem no mínimo mais de 15.000 habitantes e no máximo 70.000 habitantes.

No que tange ao trabalho proposto para o CAPS, vale fazer menção ao conteúdo da Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017, Anexo V, citada acima:

Art. 7º Os Centros de Atenção Psicossocial nas suas diferentes modalidades, são serviços de saúde de caráter aberto e comunitário que compõe a Rede de Atenção Psicossocial. (Origem: PRT MS/GM 3088/2011, Art. 7º)
[...]

³⁵ De acordo com informações dispostas pelo Ministério da Saúde sobre as diretrizes de organização e funcionamento das equipes de Consultório na Rua e os critérios de cálculo do número máximo de equipes de Consultório na Rua, por município e Distrito Federal, por meio da alteração da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017.

§ 3º O cuidado, no âmbito do Centro de Atenção Psicossocial, é desenvolvido por intermédio de Projeto Terapêutico Singular, envolvendo em sua construção a equipe, o usuário e sua família. (Origem: PRT MS/GM 3088/2011, Art. 7º, § 3º)

A depender do projeto terapêutico construído para o caso, o CAPS poderá oferecer atendimento nas seguintes modalidades apresentadas pelo Instrutivo Técnico da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS no Sistema Único de Saúde - SUS (2022, p.64)

- Intensivo: trata-se de atendimento diário, oferecido quando a pessoa se encontra com grave sofrimento psíquico, em situação de crise ou dificuldades intensas no convívio social e familiar, precisando de atenção contínua. Esse atendimento pode ser domiciliar, se necessário.
- Semi-intensivo: nessa modalidade de atendimento, o usuário pode ser atendido até 12 dias no mês. Deve ser oferecida quando o sofrimento e a desestruturação psíquica da pessoa diminuíram, melhorando as possibilidades de relacionamento, mas a pessoa ainda necessita de atenção direta da equipe para se estruturar e recuperar sua autonomia. Esse atendimento pode ser domiciliar, se necessário.
- Não intensivo: oferecido quando a pessoa não precisa de suporte contínuo da equipe para estar em seu território e realizar suas atividades na família e/ou no trabalho, podendo ser atendido até três dias no mês. Esse atendimento também pode ser domiciliar.

Diante do exposto, entende-se que se mostram amplas as possibilidades de atendimento dos CAPS junto às pessoas em situação de rua, porém, verifica-se no cotidiano de trabalho desta pesquisadora, junto ao Ministério Público, que algumas unidades de CAPS ainda não adotam o Projeto Terapêutico Singular e as modalidades de atendimento apresentadas acima para direcionar o trabalho junto à população atendida.

Tratando dos municípios de maior porte, existem três modalidades de CAPS previstas, sendo o CAPS II para o público adulto; o CAPSi para atendimento de crianças e adolescentes; e, o CAPS AD (Álcool e outras Drogas), para todas as faixas etárias, com sofrimento relacionado ao uso de drogas. Às localidades com população acima de 150.000 habitantes são previstos o CAPS III e o CAPS AD III, ambos com funcionamento 24h e com leitos de acolhimento noturno.

Diante da realidade dos municípios menores que não possuem CAPS, vale citar aqui, que o cuidado em saúde mental pode ser oferecido através das Equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde - eMulti, da APS, previstas pela portaria GM/MS n. 635/2023. Cabe dizer que a atuação dessa equipe não se volta

exclusivamente ao cuidado em saúde mental, no entanto, há possibilidade de abarcar ações dessa natureza na rotina de trabalho dessa equipe.

Tratando dos serviços de maior complexidade que integram os pontos de atenção residencial em Caráter Transitório da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, registra-se o previsto pela Portaria de Consolidação n. 3/2017 do Ministério da Saúde - “Anexo V” que apresenta a descrição dos serviços da RAPS:

Art. 9º São pontos de atenção na Rede de Atenção Psicossocial na Atenção Residencial de Caráter Transitório os seguintes serviços: (Origem: PRT MS/GM 3088/2011, Art. 9º)

I - Unidade de Acolhimento: oferece cuidados contínuos de saúde, com funcionamento de vinte e quatro horas, em ambiente residencial, para pessoas com necessidade decorrentes do uso de crack, álcool e outras, de ambos os sexos, que apresentem acentuada vulnerabilidade social e/ou familiar e demandem acompanhamento terapêutico e protetivo de caráter transitório cujo tempo de permanência é de até seis meses; e (Origem: PRT MS/GM 3088/2011, Art. 9º, I)

II-Serviços de Atenção em Regime Residencial, entre os quais Comunidades Terapêuticas: serviço de saúde destinado a oferecer cuidados contínuos de saúde, de caráter residencial transitório por até nove meses para adultos com necessidades clínicas estáveis decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. (Origem: PRT MS/GM 3088/2011, Art. 9º, II)

Vale marcar que as unidades de acolhimento são serviços ofertados em municípios de maior porte, já as Comunidades Terapêuticas, costumam se constituir o recurso mais acessado pelos municípios de menor porte.

No que tange à atenção hospitalar, segue a organização prevista para os cuidados no âmbito de saúde mental de acordo com o disposto pela Portaria de Consolidação n. 3/2017 do Ministério da Saúde - “Anexo V” que apresenta a descrição dos serviços da RAPS:

Art. 10. São pontos de atenção na Rede de Atenção Psicossocial na atenção hospitalar os seguintes serviços: (Origem: PRT MS/GM 3088/2011, Art. 10)

I - Leitos de Saúde Mental em Hospital Geral: oferece tratamento hospitalar para casos graves relacionados aos transtornos mentais e ao uso de álcool, crack e outras drogas, em especial de abstinências e intoxicações severas; (Origem: PRT MS/GM 3088/2011, Art. 10, I)

II - Serviço Hospitalar de Referência para atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas no Hospital Geral: oferece retaguarda clínica por meio de internações de curta duração, com equipe multiprofissional e sempre acolhendo os pacientes em articulação com os CAPS e outros serviços da Rede de Atenção Psicossocial para construção do Projeto Terapêutico Singular. (Origem: PRT MS/GM 3088/2011, Art. 10, II)

Considerando as informações expostas com relação à organização da política de saúde, verifica-se que os municípios de menor porte, através dos serviços que possuem, devem atender as demandas das pessoas em situação de rua, sendo essencial que o trabalho efetivado por esses serviços seja desempenhado de forma integrada com as demais políticas públicas. As possibilidades de atendimento apresentadas acima foram mencionadas nessa dissertação, com o intuito de marcar os serviços existentes nessa política direcionados para atendimento às demandas apresentadas pela população em discussão. No decorrer dessa pesquisa serão apresentadas, de forma breve, as particularidades de cada município frente ao cuidado de saúde dispensado às pessoas em situação de rua.

Além das ações destinadas para o cuidado em saúde, compreende-se que se mostra importante que os municípios desenvolvam ações que fomentem a qualificação profissional e a inserção no mercado de trabalho da população em situação de rua, nesse sentido, vale marcar nessa dissertação, a existência da Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua) instituída pela Lei nº 14.821/2024, a qual a organização se baseia nos seguintes eixos estratégicos:

Art. 4º Para atingir suas finalidades, a PNTC PopRua será organizada com base nos seguintes eixos estratégicos:

- I - Incentivos à geração de empregos e à contratação de pessoas em situação de rua;
- II - Iniciativas de fomento e de apoio à permanência para qualificação profissional e elevação da escolaridade;
- III - Facilitação do acesso à renda e incentivo ao associativismo e ao empreendedorismo solidário, por meio de implantação de política nacional e desburocratizada de acesso ao microcrédito.

A respectiva normativa indica ainda:

Art. 29. O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Ciamp Rua), por meio de grupo de trabalho específico, será responsável pelo contínuo acompanhamento e pela construção de diretrizes para implementação, monitoramento e aperfeiçoamento da PNTC PopRua.

Parágrafo único. A participação social nos demais entes federativos que aderirem à PNTC PopRua será assegurada por meio dos comitês intersetoriais de monitoramento de políticas públicas para a população em situação de rua locais, com participação direta de pessoas em situação de rua.

Outra normativa, a Resolução nº 40, de 13 de outubro de 2020 dispõe sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, de acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua. Em seu artigo 141, esta normativa indica que as empresas devem criar programas de incentivo e/ou contratação para inclusão produtiva de pessoas em situação de rua e/ou com trajetória de rua, na perspectiva da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar nº 01/2000). O artigo 142 dessa resolução prevê a possibilidade do setor público apoiar a inserção dessa população no mercado de trabalho, através de cotas de emprego nas empresas vencedoras de licitação pública.

As informações registradas até aqui, com relação as normativas existentes que direcionam as ações de qualificação profissional e inserção das pessoas em situação de rua no mercado de trabalho, ainda que sejam breves, tem como objetivo marcar nessa dissertação que existem alguns caminhos para fomentar o acesso dessa população ao mercado de trabalho, sendo importante que os municípios busquem maior conhecimento das propostas possíveis para ampliar os investimentos nessa área, a qual se mostra pouco explorada pelas localidades, conforme observado nos municípios alvo dessa pesquisa.

O acesso à habitação se constitui outra questão relevante que merece ser apontada de forma breve nessa dissertação, visto que muitas pessoas se encontram em situação de rua pela ausência de moradia. Considera-se que as ações desenvolvidas no país para acesso à moradia se mostram bastante reduzidas, porém, cabe marcar aqui as principais iniciativas do governo federal e do Estado de São Paulo frente à temática em tela. Em âmbito federal, cita-se a existência do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS e do Programa Minha Casa Minha Vida, no que tange ao Estado de São Paulo, ações para a promoção de moradia popular são de responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - empresa do Governo Estadual – CDHU.

Tratando especificamente do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, registra-se que a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005 regulamenta a criação desse sistema, o qual possui os objetivos que seguem:

Art. 2º Fica instituído o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, com o objetivo de:

I – Viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável;

- II – Implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda; e
- III – articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação.

No que tange à execução do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), a Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023³⁶ que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida aponta:

Art. 1º O Programa Minha Casa, Minha Vida tem por finalidade promover o direito à cidade e à moradia de famílias residentes em áreas urbanas e rurais, associado ao desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural, à sustentabilidade, à redução de vulnerabilidades e à prevenção de riscos de desastres, à geração de trabalho e de renda e à elevação dos padrões de habitabilidade, de segurança socioambiental e de qualidade de vida da população, conforme determinam os arts. 3º e 6º da Constituição Federal.

A redução das desigualdades sociais e regionais do país, a ampliação da oferta de moradias para atender às necessidades habitacionais, sobretudo da população de baixa renda e nas regiões de maiores déficits habitacionais, nas suas diversas formas de atendimento, integram alguns dos objetivos apresentados pelo Programa em destaque. Ademais, o artigo oitavo da legislação citada acima indica que as pessoas em situação de rua, entre outros públicos, em situação de vulnerabilidade social se constituem como público prioritário desse programa.

No que tange ao tema em discussão, o Plano Nacional Ruas Visíveis indica a proposta de implantação de nova modalidade do Minha Casa Minha Vida, pautada na locação social, para além, aponta para a ampliação do acesso das pessoas em situação de rua nas ações referentes à destinação patrimonial da União. O respectivo documento menciona, ainda, a proposta de implantação do Programa Moradia Cidadã, inspirado na metodologia housing first³⁷, que considera a moradia estável e

³⁶De acordo com informações dispostas pela Secretaria Especial de Assuntos Jurídicos da Presidência da República sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei da Desapropriação), a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Lei do FGTS), a Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, a Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, e a Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022, e revoga dispositivos da Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021.

³⁷ Termo em inglês que significa Moradia Primeiro

segura como ponto de partida para que as pessoas possam lidar com outros desafios, “invertendo a lógica “etapista” de que as pessoas em situação de rua devem primeiro obter uma vaga de emprego ou passar por um processo de reabilitação antes de alcançar o direito à moradia”.

De acordo com o plano em destaque, projetos pilotos desse programa seriam iniciados no ano de 2024 em três cidades brasileiras; a partir dessas experiências, pretende-se repensar a metodologia do programa para expansão no território nacional. No ano de 2024, o programa em discussão foi instituído no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania através da Portaria nº 453, de 29 de maio de 2024.

De acordo com o documento Manual de Políticas Públicas Para Pessoas em Situação de Rua do Ministério Público do Estado de São Paulo (2025, p. 50) no mês de abril de 2025, foi divulgada a proposta de destinação de moradias do Programa Minha Casa Minha Vida, para pessoas em situação de rua ou com trajetória de rua de 38 municípios brasileiros, incluindo todas as capitais e cidades com mais de mil pessoas cadastradas como “sem moradia”, de acordo com os dados do CadÚnico. Observa-se que as iniciativas apresentadas acima, que tratam do Projeto Moradia Cidadã e da destinação de moradias do Programa Minha Casa Minha Vida, se encontram direcionadas aos municípios de maior porte; mesmo assim, se constituem um importante avanço que pode reverberar de forma positiva, ao longo dos anos, na realidade das localidades de menor porte.

Tratando especificamente das ações destinadas à concessão de moradias popular no Estado de São Paulo, registra-se que a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - empresa do Governo Estadual – CDHU se encontra vinculada à Secretaria Desenvolvimento Urbano e Habitação e tem por finalidade executar programas habitacionais em todo o território do Estado, voltados para o atendimento exclusivo da população de baixa renda - atende famílias com renda na faixa de 1 a 10 salários mínimos, sendo priorizado o atendimento a famílias com até 5 salários mínimos.

O trabalho da respectiva empresa abrange ainda o reassentamento habitacional para famílias provenientes de remoção de áreas de risco, desadensamento de favelas, áreas de recuperação e proteção ambiental e áreas de influência de obras públicas; e demandas especiais definidas em legislação específica, tais como idosos, pessoas com deficiência e policiais.

Durante as pesquisas efetivadas para aprofundamento das informações sobre as ações efetivadas pela CDHU, não foram encontradas informações que indiquem ações específicas de moradia destinadas às pessoas em situação de rua. Ainda assim, tendo em mente que dois municípios alvo dessa pesquisa apresentaram a previsão de concessão de algumas casas populares, através da parceria com essa empresa, optou-se por marcar no decorrer dessa dissertação algumas reflexões sobre essa temática, para que as equipes destes municípios avaliem as possibilidades de inclusão das pessoas em situação de rua nas ações efetivadas pela respectiva empresa.

O acesso à educação se constitui outro ponto que merece atenção na realidade vivenciada pelas pessoas em situação de rua, informações dispostas pelo Plano Nacional Ruas Visíveis possibilitam maior compreensão sobre esse tema: (2023, p.58)

A não alfabetização e a baixa escolaridade de jovens e adultos impacta negativamente e de forma decisiva em sua possibilidade de acesso a oportunidades de desenvolvimento profissional, acesso ao emprego decente, melhoria de suas condições de vida, desenvolvimento de seu pleno potencial e garantia dos seus direitos e na sua participação cidadã na sociedade. Entre a população em situação de rua, os dados mais recentes do Cadastro Único, de setembro de 2023, apontam que 10% desse grupo não sabe ler e escrever, sendo que 5,5% nunca frequentou escola. Para enfrentar esse desafio, é preciso unir esforços entre diferentes atores sociais a fim de implementar políticas públicas articuladas. Nesse sentido, o Pacto pela Alfabetização contempla dimensões fundamentais como a diversidade de público, a multiplicidade de metodologias, abordagens e instrumentais pedagógicos, centralidade da rede pública municipal, estadual e federal de educação, bem como a mobilização e engajamento dos movimentos sociais, do terceiro setor, do setor privado, das diferentes organizações da sociedade civil. O objetivo do Pacto é superar o analfabetismo no país e contribuir para a elevação da escolaridade de jovens, adultos e pessoas idosas, estruturando a Educação de Jovens e Adultos – EJA com oferta adequada à demanda e a partir das necessidades dos sujeitos.

Frente ao exposto, entende-se que o respectivo plano indica a necessidade do olhar atento para o acesso à educação pelas pessoas em situação de rua, ações nesse sentido devem ser foco de todas as esferas do governo, federal, estadual e municipal.

Registra-se ainda, que o Plano Nacional Ruas Visíveis aponta para necessidade de oferta de serviços como lavanderia, banheiros, bebedouros e bagageiros, que possibilitem que as pessoas em situação de rua realizem as atividades de cuidado e higiene pessoal, bem como, possuam locais seguros para

armazenamento de seus pertences. A execução desses serviços é denominada pelo respectivo plano como Programa Pontos de Apoio da Rua (PAR).

O documento em destaque prevê a implantação de dez pontos de apoio dessa modalidade até o ano de 2026. Cabe registrar que esses serviços podem ser prestados nos equipamentos voltados à população em situação de rua, como os Centros POP, as Unidades de Acolhimento ou os Consultórios na Rua. Ademais, pode haver serviços específicos com tal finalidade.

Observou-se a partir dessa pesquisa e da experiência de trabalho junto ao tema em discussão, que dentre os serviços previstos para integrar o Programa Pontos de Apoio da Rua (PAR), se mostra mais reduzida, dentre os municípios, a oferta de bagageiros. Diante disso, entende-se como relevante, marcar aqui a experiência do município de São Paulo³⁸:

O Serviço do Bagageiro é um serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade, atuante na comunidade há quase 17 anos, destinado a pessoas em situação de vulnerabilidade social que não possuem domicílio próprio ou familiar, que utilizam a rua como espaço de moradia e sobrevivência, não dispendo de lugar seguro para guarda provisória de seus pertences. Tem como objetivo propiciar local seguro para a guarda provisória de pertences e oferecer atendimento social para a inserção na rede de atenção à pessoa em situação de rua e acompanhamento social na perspectiva da construção do processo de saída das ruas. A permanência da bagagem no serviço será de 3 meses, podendo ser prorrogada por mais um mês, ou mais um período, dependendo da situação e a critério da avaliação técnica feita pela equipe que acompanha o caso.

Usuários

Homens e mulheres, acima de 18 anos, acompanhados ou não de filhos, em situação de rua.

Funcionamento

Atendimento contínuo, de segunda a segunda feira, das 7:00 às 19:00 horas.

A execução desse serviço, na experiência do município de São Paulo, é de responsabilidade da política de assistência social, todavia, registra-se que o serviço de bagageiro não é previsto na tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, portanto, cabe aos municípios interessados em executar essa proposta avaliar qual política pública apresenta maiores condições de ofertar esse serviço.

³⁸ De acordo com informações dispostas pela Prefeitura de São Paulo. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/assistencia_social/w/assistencia_social/331246. Acesso em 13.jun.2025.

Vale mencionar aqui, que os municípios alvo dessa pesquisa não executam nenhum serviço que possibilite que as pessoas em situação de rua mantenham seus pertences guardados por determinado período.

Segue o relato de uma profissional participante do município de Igarapu do Tietê, que aponta a impossibilidade dos usuários armazenarem seus pertences na casa que era destinada para permanência noturna deste público no período de inverno: “O guarda fazia uma vistoria, mas não podiam deixar as coisa lá, pois muitos não voltavam outro dia.” (sujeito 3)

Ao considerar que a guarda dos pertences das pessoas em situação de rua, por até três meses, prorrogável por mais um mês, de acordo com a metodologia aplicada pelo serviço de São Paulo, experiência exposta acima amplia as formas de acolhimento disponibilizadas às pessoas que se encontram nessa condição. Diante dos benefícios que tal atendimento pode resultar para a realidade das pessoas em situação de rua, ademais, a partir da relevância de se disseminar essa experiência, a qual pode servir de exemplo para que outros municípios do país reflitam nas possibilidades de adotar estratégia semelhante para atendimento das pessoas em situação de rua, optou-se por registrar essa iniciativa nessa dissertação.

Por fim, cabe indicar aqui, que o foco dessa pesquisa é abordar o trabalho da política de assistência social junto às pessoas em situação de rua, para tanto, elegeu-se como um dos objetivos específicos levantar a percepção dos sujeitos alvo dessa pesquisa sobre as particularidades existentes na relação da política de assistência social com a rede intersetorial no atendimento às pessoas que se encontram nessa condição. Entendeu-se, então, como relevante apresentar nesse tópico o registro dos principais aspectos que norteiam o trabalho intersetorial, bem como, algumas propostas que abrangem o trabalho das principais políticas públicas que têm um papel importante no atendimento das pessoas em situação de rua. A partir de tais considerações, se mostra possível ter uma visão mais ampla sobre as principais ações propostas para cada política pública no atendimento às pessoas em situação de rua.

Acrescenta-se ainda, que ao visualizar as ações previstas para cada política pública, se mostra mais evidente a necessidade do desenvolvimento de um trabalho integrado entre os serviços de cada área que integram a rede de atendimento. Ademais, oportuniza maior clareza das ações que os profissionais da política de assistência social podem intervir, em parceria com os profissionais que integram as demais políticas públicas.

Serão apresentadas, na sequência, a realidade de cada município alvo dessa pesquisa, no que tange à execução do trabalho intersetorial direcionado ao atendimento das pessoas em situação de rua.

5.6 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS DEMAIS POLÍTICAS PÚBLICAS NA DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA. AS PARTICULARIDADES APRESENTADAS PELOS MUNICÍPIOS DE BARIRI, IGARAÇU DO TIETÊ E ITÁPOLIS

5.6.1 As Particularidades do Trabalho intersetorial Direcionado ao Atendimento das Pessoas em Situação de Rua no Município de Bariri

Segundo informações obtidas com as profissionais que integram a política de assistência social participantes dessa pesquisa, o município de Bariri possui o comitê gestor intersetorial, proposto nas normativas vigentes para nortear as ações direcionadas às pessoas em situação de rua, porém, de acordo com relatos, ele se encontra inativo.

No que tange aos fluxos adotados no município para atendimento ao respectivo público, verificou-se que a cada dois meses ocorrem reuniões de estudo de caso no município entre os profissionais que integram os diferentes serviços da rede; nesses encontros são discutidos os casos que se encontram em situação de vulnerabilidade ou risco social, quando há alguma situação específica de pessoas em situação de rua, tais casos são inseridos na pauta dessas reuniões. Ademais, quando necessário, reuniões específicas são efetivadas para tratar desses casos; contatos telefônicos, se configura outra forma de diálogo entre os profissionais.

Acredita-se que a retomada do trabalho do comitê gestor implantado no município possibilitaria um olhar mais sistemático para a realidade das pessoas em situação de rua, bem como, permitiria o planejamento, monitoramento e avaliação das ações destinadas ao respectivo público.

Na oportunidade das entrevistas com as profissionais participantes da pesquisa, abordou-se as ações existentes no município na área da saúde, para atendimento às pessoas em situação de rua. De acordo com relatos, as unidades de saúde atendem as demandas apresentadas por esse público. Segue o relato do

usuário em situação de rua entrevistado, que trata de sua percepção sobre o atendimento de saúde do município: “Tive convulsão esses dias, fui para hospital, tomei injeção, remédio, estou melhor, no hospital eles cuidam. Na saúde, se precisar de médico, remédio eles fornecem.” (sujeito 10).

Quanto ao atendimento das pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas, foi informado que o município possui um CAPS I; todavia, o atendimento ofertado pela unidade consiste no encaminhamento para desintoxicação através da internação hospitalar por curto tempo de duração, ou o encaminhamento para Comunidades Terapêuticas da região.

Segue abaixo o relato de uma das profissionais participantes com relação a execução do trabalho articulado com o CAPS:

“Os atendimentos é rápido, quando os usuários manifestam desejo de tentarem novamente, converso com os profissionais do CAPS, o usuário já passa pelo psiquiatra no mesmo dia ou no dia seguinte, é realizado o encaminhamento para desintoxicação de quinze dias e retorna, mas não tem o atendimento posterior, não tem família, fazem o trabalho, mas eles não tem o desejo de se aproximar da família e precisa ser respeitado. Não tem um apoio, local para permanecer, de modo que alguns voltam para praça e para o uso.” (sujeito 2)

As profissionais entrevistadas indicaram que as pessoas em situação de rua possuem maior vinculação com a equipe da política de assistência social, visto que essa área desenvolve ações específicas para essa população, conforme já exposto. Ademais, apontaram que acreditam que a unidade de CAPS enfrenta algumas dificuldades com relação à composição de sua equipe; ainda assim, compreendem que a oferta do atendimento ambulatorial às pessoas em situação de rua, que possibilitasse a frequência dessas pessoas por determinado período na unidade, permitiria maior apoio aos usuários durante o processo de tratamento. As entrevistadas acrescentaram ainda que na prática, percebem que os usuários retornam do tratamento e diante de inúmeros fatores, entre os quais, a ausência de um acompanhamento mais sistemático da área da saúde, acabam recaindo no uso.

Ao dialogar sobre as possibilidades de tratamento diante do uso de substâncias psicoativas, o usuário (sujeito 9) contou: “Já fui internado em Mairiporã. Só fiquei três meses, a pessoa quer usufruir de você, pedem para cortar lenha, deixa quieto. Não quero tratamento de saúde, quero sossego.” (sujeito 9).

Quanto ao uso de substância psicoativa, segue abaixo o relato do outro usuário entrevistado (sujeito 10):

“Desde que meu pai era vivo eu bebo, ele bebia também, cerveja e pinga. Bebo cerveja, pinga, whisky o que for de bebida meto no peito.”
 Já procurei tratamento, mas hoje em dia é difícil. Eles querem me internar. No Perlatti fui duas vez, já fiquei na Pró Paz, uma Comunidade Terapêutica, lá fui duas vez, umas par de clínica. Volta ficar na rua faz a mesma caminhada torta.” (sujeito 10)

No que tange ao tratamento diante do uso de substância psicoativas, percebe-se pelos relatos que os usuários já participaram de algumas ações com tal finalidade, mas no momento, um deles não avalia a necessidade de retomada desse tratamento. De acordo com o relato do sujeito 10, verifica-se que a ausência de um local para permanência após o retorno do período de tratamento se apresenta um desafio para esse público.

Quanto à vinculação dessas pessoas ao mercado de trabalho, segue o relato das profissionais entrevistadas:

“Se não tiver algo fechado, que o município quando contrata, por exemplo, uma empresa terceirizada, se não coloca uma quantidade mínima, o próprio empresário não tem essa visão, esse olhar para eles.
 Ah, teve alguns que disseram posso deixar meu currículo com você e na hora que fui entregar parece que tem um olhar diferenciado e não consegue entrar.” (sujeito 2)
 “Acho que é uma junção de fatores, mesmo que exista o desejo, essa questão do álcool e da droga e essa vivência de rua, de rotina de organização, compromete essa questão do trabalho. O empregador possui preconceito, por que chega sujo, a roupa inadequada, existe um preconceito e acaba não dando oportunidade. Mas eu acho que enquanto política pública está sendo falho, acaba culpabilizando eles, não conseguem pois tem essa vida, mas quanta coisa a gente falou que é deficiente, que não conseguimos fazer um trabalho com eles para que tenham condições de assumir um trabalho. Mesmo que o empregador dê essa oportunidade, pode ser que dê certo, mas a chance é muito maior de dar errado, e aí quando dá errado o empregador fala que adianta dar essa oportunidade, a pessoa que não quer trabalhar. É complexo.” (sujeito 1)

Vale registrar aqui, o relato das pessoas em situação de rua entrevistadas que trata de suas experiências com relação ao mercado de trabalho: “Eu trabalhava era pintor profissional, atualmente fico no semáforo para ganhar dinheiro, sustentar o vício, uso crack, fiquei 10 anos sem usar, batizei na congregação cristã, era músico lá, aí recai.” (sujeito 9).

“Sempre trabalhei na vida, trabalhei em olaria, cerâmica, trabalhei em três ou quatro cerâmica, trabalhei em batedor de frango, registrado. Fora registro, trabalhei de ajudante de pintor, servente e de cortar cana, trabalhei de mexer com gado, porco, cata café e algodão, cata laranja.” (sujeito 10)

Os sujeitos entrevistados possuem experiências de inserção no mercado de trabalho, através da atuação em várias atividades, mas no momento, de acordo com informações coletadas sobrevivem do Programa Bolsa Família, da mendicância e através da coleta de materiais recicláveis.

Tendo em mente as considerações apresentadas no decorrer dessa dissertação com relação à organização do sistema capitalista e seus reflexos no mercado de trabalho, avalia-se que apesar dos desafios postos no cotidiano, as políticas públicas existentes em âmbito nacional, figuram um importante norteador para o trabalho desenvolvido pelos municípios no âmbito em questão. Nesse sentido, acredita-se que se retomada as ações do comitê intersetorial no município, seria possível aprofundar as ações propostas pela política nacional e demais normativas que incentivam o acesso da população em situação de rua ao mercado de trabalho, realidade que tende a contribuir para o aprimoramento das ações em discussão.

No que tange à área da habitação, as profissionais entrevistadas indicaram que o município de Bariri não possui um setor específico para gestão da política de habitação, de modo que, algumas ações dessa natureza desenvolvidas no município contam com o apoio dos representantes da política de assistência social e são pontuais, conforme mencionado pelo sujeito 1 da respectiva área:

“Faz algum tempo uma casa da CDHU não foi paga pelo proprietário e os representantes da companhia habitacional solicitaram para equipe do CREAS a indicação de uma família para ocupação do imóvel, na ocasião indicamos uma família com crianças e adolescentes. O prefeito anunciou recentemente a entrega de 40 casas mas não temos maiores informações para quem serão destinadas. Trabalho em rede com a população em situação de rua se mostra difícil pela ausência da política de habitação.” (sujeito 1)

Observou-se pelas informações coletadas durante essa pesquisa que alguns avanços têm ocorrido no âmbito do programa federal Minha Casa Minha Vida, para atendimento das pessoas em situação de rua, é possível que ações estabelecidas para o respectivo programa seja um norteador importante para direcionar o trabalho efetivado pelos demais entes da federação nesse âmbito. Considerando a relevância de se ampliar o acesso das pessoas em situação de rua à moradia, compreende-se

como importante que investimentos sejam efetivados, no sentido de incluir as pessoas em situação de rua nos programas de habitação municipais, seja a partir da destinação de parte das moradias construídas ou através da efetivação de programas específicos, que contemplem essa população.

No decorrer dessa dissertação verificou-se que a ausência de acesso à educação de constitui uma questão relevante que marca a trajetória das pessoas em situação de rua; tal realidade foi identificada pelo relato dos dois sujeitos entrevistados no município de Bariri, os quais não concluíram o ensino fundamental.

Durante o diálogo estabelecido com a profissional atuante no CREAS ela indicou: “O acesso à educação se constitui algo importante, mas acaba não sendo uma questão prioritária, diante das outras demandas que possuem”. (sujeito 2).

Concorda-se com o exposto pela profissional, que existem outras demandas vivenciadas pelas pessoas em situação de rua que se apresentam urgentes e exigem maior atenção, contudo, para as pessoas em que se observa possibilidades de desenvolver um trabalho de saída das ruas, entende-se que o acesso à educação se mostra um ponto importante, que pode auxiliar o acesso dos usuários ao mercado de trabalho, bem como, contribuir para o fortalecimento dos vínculos comunitários. Avalia-se, portanto, que o acesso à educação, se apresenta um fator importante que deve ser alvo de atenção dos municípios no trabalho efetivado junto às pessoas em situação de rua.

5.6.2 As Particularidades do Trabalho Intersetorial Direcionado ao Atendimento das Pessoas em Situação de Rua no Município de Igarapu do Tietê

O município de Igarapu do Tietê não possui o comitê intersetorial previsto pela PNPSR para direcionar as ações junto às pessoas em situação de rua. O sujeito 3 que integra a equipe da política de assistência social indicou que a composição desse comitê seria interessante para a realidade municipal.

Tratando dos fluxos adotados no município para atendimento ao respectivo público, de acordo com informações obtidas, as equipes do CREAS e do CAPS realizam ações conjuntas de busca ativa das pessoas em situação de rua, essas ações ocorrem pontualmente. Ademais, foi informado que em algumas situações os

profissionais da guarda municipal ou polícia militar acompanham a equipe do CREAS nas ações efetivadas, mas as profissionais destacaram que sempre a equipe da política de assistência social apresenta voz mais ativa para a condução dos casos, direcionando as ações.

Durante a entrevista uma das profissionais participantes da pesquisa, ao falar da política de política de assistência social, indicou: “As equipes precisam ir até a população em situação de rua, pois se deixar, eles não buscam os serviços”. (sujeito 3).

No que tange à organização dos atendimentos no âmbito da saúde mental, seguem os relatos das profissionais entrevistadas:

“Antes os casos eram encaminhados para comunidade terapêutica de Pirajuí-Dom Bosco, mas agora não fazem mais triagem de terça feira, pois até as Comunidades Terapêuticas entrou a regulação de vaga via CROSS.” (sujeito 3)

“O encaminhamento para Comunidade Terapêutica não é realizado para qualquer pessoa, é necessário ter um histórico de uso.” (sujeito 5)

De acordo com as informações coletadas com as profissionais entrevistadas, o encaminhamento para Comunidades Terapêuticas e para internações em hospitais da região, por determinado período para desintoxicação, é uma das estratégias de tratamento para o uso de substâncias psicoativas. Segue o relato das pessoas em situação de rua que indicam essa realidade:

“Só uso bebida, cheguei usar pedra, mas faz tempo, parei. Já fui em Mineiros fazer tratamento, fui em Bauru no Manoel de Abreu, sai de lá gordo igual um búfalo, depois desandei. Comia igual um leão, vinha suco, vinha pão com manteiga.” (sujeito 11).

“A moça deu papel para eu ir no CAPS na reunião. Quero me internar, não quero ir lá dentro, vou voltar na mesma área, na mesma chuva que moio eu ontem de noite e sem comer de novo. Vocês levam marmita para nós lá, não tem nada, vou lá faço tratamento e depois?” (sujeito 12)

Considerando as informações expostas, percebe-se que um dos usuários entrevistados demonstrou que o tratamento não seria algo que resolveria sua situação, posto que, ele retornaria para a condição que vive, passando frio, tomando chuva.

A partir da contribuição do sujeito 12, observa-se que de fato, se mostra necessário a atuação de diversos setores para atendimento das demandas apresentadas pelas pessoas em situação de rua; não basta apenas oferecer um tratamento provisório, se mostra necessário, elaborar estratégias que permitam que esse público ao retornar do tratamento, tenham possibilidades de permanecer em um ambiente seguro, que permita a ressignificação de sua história de vida.

Nesse sentido, avalia-se que se mostra essencial a oferta de programas habitacionais ou a oferta de serviços para permanência temporária; cita-se como exemplo a oferta de serviços de acolhimento institucional que integram a política de assistência social, que atendam as demandas apresentadas pelo respectivo público. Segundo informações obtidas, o município não possui nenhuma iniciativa voltada ao acesso à moradia que atenda essa população.

Ademais, no que tange ao acesso dos usuários aos serviços de saúde, cabe marcar aqui que o documento “Manual de Estrutura Física dos Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento, publicado pelo Ministério da Saúde” (2013) indica que essas unidades devem contar no mínimo com 02 banheiros, um feminino e um masculino, todos com chuveiro e adaptação, para pessoas com deficiência, podendo contar com um vestiário para troca de roupas. O quantitativo de sanitários e chuveiros deverá ser adequado ao fluxo de pessoas.

A unidade existente no município de Igarapu não possui banheiro com tal finalidade, de acordo com o disposto pela profissional atuante no CREAS: Os profissionais do CAPS comentaram que pela tipificação deles deveriam ter espaço para banho, mas não possuem. (sujeito 4).

Observa-se diante do exposto, que segundo informações obtidas, tanto na área da assistência social como na área da saúde, não há serviços que possuam banheiros para uso pelas pessoas em situação de rua no município; considerando que o acesso a um banheiro se caracteriza um aspecto importante do processo de acolhida dos usuários, se constituindo como um recurso relevante para o estabelecimento de vínculo com o respectivo público, entende-se que tal questão deve ser inserida na pauta de discussões da gestão municipal. Acredita-se que a partir do diálogo entre os representantes de diferentes setores, seja possível definir qual serviço da rede teria condições de disponibilizar o uso de banheiro para às pessoas em situação de rua.

No que tange às atividades profissionais já desempenhadas pelas pessoas em situação de rua entrevistadas, segue o relato dos sujeitos entrevistados:

“Estudei até a 4 série, com 13 anos fui trabalhar na roça para ajudar minha família. Trabalhei registrado, trabalhei na lavoura em São Manuel, na Barra.” (sujeito 11)

“Já trabalhei um monte, na usina da Barra, pedreiro, servente, tudo que se pensa eu trabalhei. Só preciso de um apoio.” (sujeito 12):

Os sujeitos entrevistados possuem experiências de inserção no mercado de trabalho, através da atuação em várias atividades, mas atualmente, sobrevivem do Programa Bolsa Família.

Por fim, pelas informações coletadas com o sujeito 11 com relação ao nível de escolaridade deste, observa-se que o acesso à educação, também, se constitui uma questão importante para ser observada no trabalho intersetorial efetivado no município de Igaráçu do Tietê.

5.6.3 As Particularidades do Trabalho Intersectorial Direcionado ao Atendimento das Pessoas em Situação de Rua no Município de Itápolis

O município de Itápolis, também, não possui o comitê intersectorial proposto pela PNPSR. De acordo com informações obtidas, havendo necessidade, os profissionais da rede se reúnem para discussão dos casos das pessoas em situação de rua.

Uma das profissionais entrevistadas indicou:

“Ações e discussões ocorriam mais no período que as pessoas em situação de rua frequentavam a praça, no sentido de tirá-los desse espaço, na perspectiva higienista. Hoje que se encontram na beira do rio, local afastado, as reclamações só ocorrem da vizinhança, não há ações pensando no bem dos indivíduos, mas na limpeza da área central. Não há movimentação no sentido de acesso a direitos de ir e vir.” (sujeito 6).

As profissionais entrevistadas indicaram que a política de assistência social acaba sendo referência para o atendimento dos casos das pessoas em situação de

rua, conforme relato que segue: “Durante a pandemia, a equipe do CREAS levou as pessoas em situação de rua para tomar vacina.” (sujeito 6).

Outra profissional entrevistada indicou que os outros setores oferecem o respaldo necessário e possuem um olhar atento para realidade dessa população, conforme o relato que segue:

“Certa vez, uma usuária queimou a mão, buscou a saúde e o enfermeiro me chamou, viu que não era apenas um curativo, mas precisava de um tratamento e conseguimos com a articulação com profissional adjunta da saúde a internação, a usuária permaneceu 30 dias internada para tratamento.” (sujeito 7).

A profissional em destaque acrescentou ainda: “Existe unidades básicas de saúde em todos os pontos da cidade, mas as pessoas em situação de rua acabam não acessando, só em último caso.” (sujeito 7).

Ademais, no que tange ao atendimento no âmbito da saúde mental, foi informado que a unidade de CAPS I, existente no município, realiza grupos terapêuticos das famílias, dos usuários, mas a população frequenta por um tempo e depois para.

Tratando da articulação com o CAPS, foi informado que quando a equipe do CREAS encaminha uma pessoa para atendimento, a equipe deste órgão busca agilizar, de acordo com as informações coletadas nunca houve problemas para acesso dos usuários ao atendimento. Ademais, uma das profissionais entrevistadas indicou: “Se tivessem uma equipe maior poderiam aprimorar a questão da abordagem, a equipe do CAPS é pequena.” (sujeito 6)

No que tange ao atendimento ofertado para as pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas, foi informado que os casos que necessitam de tratamento mais específico são encaminhados para desintoxicação em hospitais de referência ou para Comunidades Terapêuticas da região.

Segue os relatos de um usuário entrevistado no município com relação ao tratamento do uso de substâncias psicoativas. “Fui para o tratamento e voltei no mesmo dia, parece que lá tem gente mais louca do que eu. Fica com mente de louco lá dentro, em abstinência da droga, do cigarro. Lá não entra cigarro, bebida, não tem TV para assistir.” (sujeito 13).

Ao perguntar sobre o acesso ao Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, o usuário indicou que nunca passou por atendimento na unidade, ademais afirma que no momento, faz uso apenas de bebida.

No que tange à inserção do usuário no mercado de trabalho, observou-se pelas informações obtidas, que o referido usuário já vivenciou várias experiências profissionais, conforme relato que segue: “A rua não é bom, já tive dinheiro, carro, camionete, turma de laranja, já cuidei de fazenda, isso aqui não é bom pra mim, mas na situação que eu tô, até eu voltar ao normal, ter tudo de novo”. (sujeito 13).

Segue o relato de uma das profissionais entrevistadas com relação à inserção desse público no mercado de trabalho: “Ficam na mendicância...não trabalham. A dependência química se apresenta um dos fatores que dificulta o acesso dessa população ao mercado de trabalho.” (sujeito 6).

Quanto às ações destinadas para acesso a habitação, o sujeito 8, participante da pesquisa indicou que o município conta com uma secretaria de habitação, havendo expectativa de entrega de 50 casas populares. Uma das profissionais entrevistadas acrescentou que havendo maior definição sobre os procedimentos que seriam adotados com relação às casas citadas, os representantes da política de assistência social seriam consultados para indicar algumas pessoas para ocupação de alguns imóveis.

As profissionais não possuíam maiores informações sobre as possibilidades de acesso das pessoas em situação de rua às casas mencionadas, todavia, entende-se que havendo possibilidade, a disponibilização de casa para as pessoas em situação de rua poderia se constituir um importante passo para o processo de saída das ruas para algumas pessoas que se encontram nessa condição, realidade que deve ser foco de atenção da gestão municipal.

Ademais, foi informado que a sociedade São Vicente de Paula possui algumas casas que cedem ou alugam mais barato, para evitar a permanência/agravamento da vulnerabilidade e a permanência de pessoas em situação de rua. Avalia-se que tal parceria pode se mostrar potente, para direcionar as ações realizadas com os usuários durante o processo de saída das ruas.

Durante as entrevistas com os representantes do município de Itápolis não foi aprofundado o diálogo sobre a falta do acesso das pessoas em situação de rua à educação, ainda assim, diante das considerações e já apresentadas nessa dissertação com relação à temática em destaque, acredita-se que essa questão

merece ser alvo de atenção no trabalho desempenhado pela rede de Itápolis junto às pessoas em situação de rua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar da realidade vivenciada pelas pessoas em situação de rua não é uma tarefa simples, diante das inúmeras questões que envolvem essa temática. Alguns pontos merecem ser marcados ao abordar a vivência desse público, a qual é resultado do processo de desigualdade social existente no nosso país, fruto do sistema capitalista vigente, que exclui significativa parcela da população ao acesso à renda e ao mercado de trabalho.

Esse cenário é composto por várias expressões da questão social, entre as quais destaca-se a vivência das pessoas em situação de rua, que não se trata de uma escolha dessa população, mas, se mostra uma realidade presente em uma sociedade que não garante o acesso de todos aos direitos básicos para sobrevivência e, dessa forma, não favorece a oportunidade de escolha. Tal contexto, somado à junção de vários outros fatores, cita-se como exemplo, conflitos familiares, desemprego, ausência de moradia, uso de substâncias psicoativas, faz com que as pessoas em situação de vulnerabilidade não encontrem outras opções que não seja a vivência nas ruas.

A partir do desenvolvimento do capitalismo surge uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, o qual permite a manutenção da oferta e procura de trabalho de acordo com os interesses de acumulação do capital. A população que integra esse grupo se encontra à margem das relações formais de trabalho é caracterizada flutuante, latente e estagnada; para além, integra essa população as pessoas que vivenciam o pauperismo. Vale destacar que segundo Santos e Sarreta (2022), apoiadas na obra de Marx (2013), a superpopulação flutuante é composta por trabalhadores que sazonalmente são chamados e dispensados dos postos de trabalho, já a latente é formada pelo trabalhador rural, que também está em situação de pauperismo e a estagnada é formada pelo trabalhador informal que possui como característica central o elevado tempo de trabalho e a reduzida remuneração.

Diante da complexidade das relações de trabalho presentes na sociabilidade do capital, os trabalhadores podem concomitantemente pertencer ao exército ativo e à superpopulação relativa. As pessoas em situação de rua integram o último grupo citado e não estão restritas apenas uma das formas de superpopulação relativa;

además pertenecen ao grupo considerado paupers, diante da situação de pobreza que são submetidas.

O histórico do processo de formação sócio-histórica do nosso país apresenta como um importante marco a criminalização da pobreza, expressa através de legislações que consideravam a mendicância uma contravenção penal, concepção que foi alterada apenas no ano de 2009. Además, no período colonial e durante o contexto Imperial as entidades benemerentes leigas e religiosas atuavam em conjunto com a polícia no controle dos indivíduos considerados como contraventores da ordem pública. Nesse período o atendimento às pessoas em situação de rua, era composto pelo desenvolvimento de ações filantrópicas e de repressão/controlado, visto que a ausência de vínculos com o mercado de trabalho era considerada uma questão para criminalização da população em discussão.

Ainda durante o período de colonização do nosso país, os povos africanos e indígenas foram explorados, de modo que a partir da vigência do capitalismo no Brasil, não foi assegurado à população negra e aos povos indígenas o direito à participação política e social. Em 1988, ocorreu a abolição da escravatura e diante da ausência de uma política pública de inserção social e econômica dessa população, parte dela foi levada a viver nas ruas. E, durante o processo de urbanização do país, a população africana e afro-brasileira foi excluída das relações sociais de trabalho na sociedade dividida em classes; esse processo de exclusão ainda se mostra vigente atualmente, realidade que contribui para vivência dessas pessoas na rua.

Atrelado ao processo de urbanização das cidades, ocorreu no nosso país o processo de migração rural para os grandes centros urbanos. A partir da década de 1970 surgem novos polos industriais e de serviços no interior do Estado de São Paulo, realidade que impulsionou as migrações inter-regionais e intrarregionais, modificando a realidade destes municípios, a partir da presença de pessoas consideradas como empobrecidas, que viviam de cidade em cidade em busca de trabalho, utilizando as ruas como local de moradia e sobrevivência.

Diante de tal cenário, os gestores municipais buscaram desenvolver algumas ações para atender essa população, as quais resultaram na criação de albergues, que permitiam o acolhimento por curto período e disponibilizavam serviços de alimentação, higienização, distribuição de passagens. As ações efetivadas nesse período resultaram na existência de dois movimentos nessas localidades, um deles direcionado para promover o retorno dos migrantes ao seu local de origem e o outro

direcionado ao atendimento das pessoas em situação de rua naturais desses municípios. Observa-se que os anos se passaram, mas a prática adotada nesse período para atendimento desse público, ainda se apresenta uma realidade de alguns municípios que desenvolvem ações pontuais para atendimento às pessoas em situação de rua e que não garantem o acesso aos recursos mínimos para sobrevivência.

A assistência social sempre apresentou um papel importante para o atendimento ao público em destaque, porém, as ações efetivadas anteriormente à implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS apresentavam um viés assistencialista, de controle da população pobre.

A partir da publicação da política nacional de assistência social no ano de 2004 e com a regulamentação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais em 2009, essa política alcançou importantes avanços, surge uma rede de serviços estruturada para atendimento às pessoas em situação de rua, a qual apresenta uma proposta de trabalho voltada à acolhida dessa população, a efetivação de um acompanhamento especializado e que apresenta como pressuposto a realização do trabalho intersetorial que contribua para o fomento da autonomia do público em discussão.

Ainda no ano de 2009, a partir da publicação da PNPSR, busca-se alterar a forma até então estabelecida para atendimento das pessoas em situação de rua, assim, essa normativa indica que todas as políticas públicas devem estar envolvidas no atendimento ao respectivo público. Ademais, o regramento em destaque aponta para a necessidade de composição do Comitê Intersetorial nas três esferas de governo, órgão que assume a responsabilidade de conduzir ações direcionadas a essa população.

Tratando da realidade apresentada pelos municípios alvo dessa pesquisa, verificou-se que nenhum deles possui comitê estruturado de acordo com a indicação apresentada pelo regramento em discussão. Cabe salientar que a estruturação desse comitê tende a potencializar o trabalho intersetorial para atendimento das pessoas em situação de rua, realidade que deve ser observada pelos municípios.

Diante da organização apresentada pelas políticas públicas vigentes, observa-se que a política de assistência social possui uma rede ampla e estruturada para atendimento às pessoas em situação de rua, realidade que se diferencia das demais políticas públicas, todavia, a oferta de serviços ao respectivo público se concentra nos

municípios de maior porte. Ainda assim, verifica-se pelos dados apresentados nessa dissertação que os municípios de menor porte, também, possuem condições de realizar um atendimento sistemático desse público, através do CREAS, a partir do desenvolvimento de ações de acolhida, do acompanhamento especializado e do trabalho em conjunto com os demais atores da rede de atendimento. Ademais, as/os profissionais que atuam em unidades do CREAS podem desenvolver ações de abordagem social dos usuários; todavia, com base nos dados apresentados pelos municípios participantes dessa pesquisa, verifica-se que as ações desenvolvidas nessas localidades ocorrem de forma pontual e se mostram mais relacionadas à acolhida e ao trabalho intersetorial.

A ausência do quadro adequado de recursos humanos das unidades de CREAS e de estrutura física adequada se constitui um desafio apontado pelos sujeitos entrevistados para a efetivação do trabalho proposto junto às pessoas em situação de rua.

Ações mais sistemáticas destinadas às pessoas em situação de rua são desenvolvidas, via de regra, durante o período de inverno, através da disponibilização de local para pernoite dessa população e da oferta de local para banho e alimentação. Considerando os dados coletados nessa pesquisa, diante da redução da intensidade do frio nos últimos anos e pela reduzida procura por esse atendimento pela população, a execução desse atendimento, durante o ano de 2024, foi disponibilizado por apenas um município participante da pesquisa, outro município realizou uma parceria com a cidade vizinha para encaminhamento de pessoas que necessitassem desse atendimento, mas, as participantes da pesquisa desse município relatam que não houve demanda nesse sentido.

Verifica-se que ações pontuais são efetivadas para suprir a ausência de acesso dessa população à moradia; ademais, observa-se que diante dos regramentos estabelecidos para atendimento ao respectivo público nos serviços que são executados no período de inverno, muitas pessoas acabam não tendo acesso ao atendimento ofertado. Tendo em mente tal realidade, observa-se que a proposta de atendimento efetivada durante o período de inverno pelos municípios em tela, não garante o acesso de todas as pessoas em situação de rua aos direitos básicos para sobrevivência.

Ademais, esses municípios não contam com ações destinadas à proteção desse público durante as ondas de calor, que tem ocorrido com frequência. Para além,

essas localidades não possuem nenhuma proposta de programa habitacional voltado ao atendimento ao respectivo público ou de serviço de acolhimento de âmbito municipal e ou regional.

Considerando os riscos que a permanência na rua expõe essa população, entre os quais, destaca-se: a violência, o contágio por doenças infectocontagiosas, ausência de local para realização das necessidades básicas como higienização, entre outras questões que tornam complexa a rotina diária desse público, compreende-se como importante que discussões sejam efetivadas à nível estadual, regional e municipal, para se pensar nas possibilidades de acesso das pessoas que se encontram nessa condição em ações que permitam sua permanência em local seguro. Aponta-se ainda como relevante que sejam efetivadas discussões com relação às possibilidades de ampliação dos serviços de média complexidade, cita-se como exemplo o Serviço Especializado em Abordagem Social e de alta complexidade, como os Serviços de Acolhimento Institucional, entre outras ações que possibilitem o acesso à moradia digna.

Os dados coletados indicam, ainda, que apenas em dois municípios as unidades de CREAS durante os dias de seu funcionamento, ofertam café da manhã, local para banho e higienização das roupas. Compreende-se que as ações em destaque integram o processo de acolhida das pessoas em situação de rua, de modo que, facilitam o estabelecimento de vínculos desse público com a equipe da unidade. Ademais, garantem o acesso dessa população aos recursos mínimos para manutenção de sua sobrevivência, diante do exposto, entende-se como relevante que o município alvo dessa pesquisa que não oferta essas ações avalie a possibilidade de execução delas na prática.

Registra-se, ainda, que nenhum município participante da pesquisa possui local para armazenamento dos pertences dos usuários, entende-se que a oferta desse serviço possibilita a criação de vínculos com os usuários, bem como, possibilita que essa população mantenha guardado os pertences que fazem sentido para suas vidas, que fizeram parte de momentos importantes de sua história. Considerando o exposto, entende-se que se mostra importante que os municípios avaliem as possibilidades da oferta desse serviço pela política pública que entendam como a mais adequada, posto que essa proposta de atendimento não integra um serviço tipificado da política de assistência social.

Vale destacar que a partir do conhecimento mais aprofundado da realidade vivenciada pelas pessoas em situação de rua destes municípios ampliam-se as possibilidades da efetivação do planejamento de ações que atendam as demandas apresentadas pelas pessoas que se encontram nessas condições.

A política de assistência social possui um papel importante no que tange à sistematização de dados da realidade desse público, contudo, entende-se que as outras políticas públicas como saúde, educação, também, possuem condições de levantamento e sistematização de dados importantes sobre essa população, os quais podem contribuir para o aprimoramento das ações efetivadas pelo setor público direcionadas aos respectivos indivíduos.

Quanto ao trabalho executado nesse âmbito pelos municípios alvo dessa pesquisa, registra-se que apenas um município apresentou perspectiva de aprimoramento de tais ações pela política de assistência social. Avalia-se que se mostra importante que as ações em discussão sejam fortalecidas em todos os municípios.

Cabe marcar aqui que a intersetorialidade figura como um dos princípios da política de assistência social, assim, diante do potencial existente no trabalho em rede, no desenvolvimento de ações de forma integrada que evite sobreposições e que atenda as demandas apresentadas pelas pessoas em situação de rua; entende-se como importante o estabelecimento de fluxos de trabalho que permitam nortear as ações realizadas para atendimento ao respectivo público em todas as áreas, inclusive no que tange à inserção no mercado de trabalho, acesso a saúde e educação.

As considerações apresentadas nessa dissertação indicam diversas ações previstas pelas políticas públicas nas respectivas áreas que se encontram em processo de implementação no país, em especial, nos municípios de maior porte. Em observação à realidade apresentada pelos municípios alvo dessa pesquisa, verificou-se pelos relatos dos sujeitos entrevistados que a área da saúde desenvolve algumas ações, mas que demandam por maior aprimoramento, para oferecer o respaldo necessário às pessoas em situação de rua que fazem uso de substâncias psicoativas. Observou-se, ainda, pelas informações obtidas, que o encaminhamento para tratamento em serviços de saúde da região, se constitui uma das estratégias priorizadas pelos respectivos municípios, porém, ao retornar para suas localidades essa população não conta com um atendimento sistemático, realidade que diante de diversos outros fatores, contribui para o retorno do uso de substâncias psicoativas.

Tratando do acesso das pessoas em situação de rua ao mercado de trabalho e à educação, identificou-se que na realidade dos municípios alvo dessa pesquisa ainda se mostram tímidas as ações nos âmbitos em destaque, compreende-se que se constitui um desafio a execução de ações nas respectivas áreas, contudo, acredita-se que as ações já previstas em âmbito nacional destinadas ao público que se encontra nessas condições pode contribuir como um importante norteador para acesso das pessoas em situação de rua aos direitos em discussão.

Diante de todo o exposto, percebe-se que a discussão da realidade das pessoas em situação de rua não pode ser inserida na pauta de discussões dos representantes governamentais apenas nos períodos de inverno ou quando ocorre alguma questão específica/tragédia com esse público.

Ainda que não seja tão expressivo o quantitativo de pessoas nessas condições nos municípios de pequeno porte, ações devem ser efetivadas para enfrentamento da situação de pobreza que se encontra exposta a população mais vulnerável, tanto para prevenir um aumento das pessoas que se encontram em situação de rua, como para auxiliar o enfrentamento dessa realidade pelas pessoas que já se encontram nessas condições. Ademais, compreende-se que o trabalho das políticas públicas contribui para minimizar a situação vivenciada pelo respectivo público diante de uma sociedade desigual, porém, as discussões precisam ser aprofundadas para que, de fato, os direitos básicos dessa população sejam efetivados.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. H. E. **Território, política social e serviço social no contexto social-liberalismo**. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. 2015. 312f.

BARIRI: Prefeitura Municipal. Diretoria de Assistência Social. **Plano Municipal de Assistência Social**. 2025.

BARROS, J.S. **Moradores de Rua - Pobreza e Trabalho: Interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Sociologia – Programa de Pós – Graduação em Sociologia. São Paulo. 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social. **Censo SUAS 2017: análise dos componentes sistêmicos da política nacional de assistência social**.- Brasília, DF: MDS, 2016. 116 p.

_____. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento... Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 15 abr. 2025.

_____. **Decreto nº 9.894, de 27 de junho de 2019**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Dispõe sobre o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2019-2022/2019/Decreto/D9894.htm. Acesso em: 12 mai. 2025.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Censo Brasileiro de 2022: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. **Instrutivo Técnico da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) no Sistema Único de Saúde (SUS)** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Ações Programáticas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022. 52 p.

_____. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

_____. **Lei nº 14.821, de 16 de janeiro de 2024.** Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2024/lei/L14821.htm. Acesso em: 9 fev. 2025.

_____. **Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.** Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm. Acesso em: 8 abr. 2025.

_____. **Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023.** Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/l14620.htm. Acesso em: 5 mar. 2025.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Manual de Estrutura Física dos Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento: Orientações para Elaboração de Projetos de Construção de CAPS e de UA como lugares da Atenção Psicossocial nos territórios. - Brasília: Ministério da Saúde, 2013.**

_____. Ministério das Cidades. **Minha Casa, Minha Vida garante moradia digna para pessoas em situação de rua.** Home: Assuntos, Notícias. A iniciativa contempla 38 municípios e todas as capitais do país. Atualizado em 25/04/2025. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/noticia-mcid-1115>. Acesso em: 12 mai. 2025.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social** – CREAS. Brasília. 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. Suas e População em Situação de Rua**. Volume 3. Brasília. 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas Vigilância socioassistencial** – Brasília. 2013.

_____. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **ObservaDH. Observatório Nacional dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://experience.arcgis.com/experience/6a0303b2817f482ab550dd024019f6f5/pag/e/Pessoas-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

_____. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único. **Observatório do Cadastro Único v1.9.0**. Referência: março de 2025. Disponível em: <https://painéis.mds.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index.html>. Acesso em: 22 jul. 2025.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Perguntas e Respostas: Serviço Especializado em Abordagem Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. SUAS e População em Situação de Rua volume 4. Brasília. 2013.

_____. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Plano Nacional Ruas Visíveis: Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/plano-nacional-ruas-visiveis.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2025.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004 - Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, nov. 2005. Reimpresso em maio de 2009. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/normativas/pnas_2004.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

_____. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **População em situação de rua** - Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal. Brasília.ago.2023.38p.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017**. Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde. ANEXO V: Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003_03_10_2017.html#ANEXO_V. Acesso em: 29 jan. 2025.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 1.255, de 18 de junho de 2021**. Dispõe sobre as diretrizes de organização e funcionamento das equipes de Consultório na Rua e os critérios de cálculo do número máximo de equipes... Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2021/prt1255_21_06_2021.html. Acesso em: 19 fev. 2024.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

_____. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 635, DE 22 DE MAIO DE 2023**. Institui, define e cria incentivo financeiro federal de implantação, custeio e desempenho para as modalidades de equipes Multiprofissionais na Atenção Primária... Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt0635_22_05_2023.html. Acesso em: 13 abr. 2024.

_____. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Portaria nº 453, de 29 de maio de 2024**. Institui o Projeto Moradia Cidadã. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/legislacoes/Portaria_nA_453_de_29_de_maios_de_2024_DOU.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Resolução nº109, de 11 de novembro de 2009.** Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica: NOB - Suas. **Resolução CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) nº 33 de 12 de dezembro de 2012.** Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf. Acesso em: 14 mar. 2024.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 129, de 21 de novembro de 2023.** Aprova as prioridades pactuadas para o plano de ação e monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, e dá outras providências. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/regulacao/visualizar.php?codigo=6583#:~:text=A%20prova%20as%20prioridades%20pactuadas%20para,Social%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias>. Acesso em: 22 mar. 2025.

_____. Conselho Nacional dos Direitos Humanos. **Resolução nº 40, de 13 de outubro de 2020.** Dispõe sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua... Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/copy_of_Resolucao40.pdf. Acesso em: 16 ago. 2024.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social **Rua Aprendendo a Contar: Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua.** Brasília. DF:2009.240p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social. **SUAS. Diversidade no SUAS: realidade, respostas, perspectivas.** – Brasília, DF: 2015. 88p.

_____. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único. Tabulador do Cadastro Único. CECAD 2.0. Referência: junho de 2025. Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php. Acesso em: 02 jun. 2025.

_____ “Série Histórica” por unidade da federação com o **“Total de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único”** Disponível em:

[https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q\[\]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bfmhj05Kv2rmg2a19ZW51ZXKmaX6JaV2JImCab2CNrMmTbXuUoNqmrMGpjLrCl6WjlMnsm%2BiqGt3nSltJiZysZupbCoyveho7CpoVrdnm20mJoaDp%2FTngZ94LpUr7Gpr9r89BHanHfFmlqvqL6btqKvq6ej7ZrAbqWcd6SUzp6m0e28VP%2Fio6PcqMm%2BcqnT3W4%3D&ag=m&codigo=350520](https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q[]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bfmhj05Kv2rmg2a19ZW51ZXKmaX6JaV2JImCab2CNrMmTbXuUoNqmrMGpjLrCl6WjlMnsm%2BiqGt3nSltJiZysZupbCoyveho7CpoVrdnm20mJoaDp%2FTngZ94LpUr7Gpr9r89BHanHfFmlqvqL6btqKvq6ej7ZrAbqWcd6SUzp6m0e28VP%2Fio6PcqMm%2BcqnT3W4%3D&ag=m&codigo=350520). Acesso em: 22 marc. 2025.

BEVILACQUA, T. Gestão do SUAS em Santa Catarina: lacunas e perspectivas da realidade catarinense. **Sistema Único de Assistência Social em Perspectiva direitos, política pública e superexploração**. São Paulo. p.285-318.

CARVALHO, C.J; FERNANDEZ, R.N.G. **Invisíveis: pessoas em situação de rua no Brasil – significantes e significados**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2002. E-book

CARLOS, K.G.A. **Reflexões sobre o Racismo Estrutural na Realidade Vivenciada pelas Pessoas Negras em Situação de Rua**. Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/juventudes/issue/archive>. Acesso em: 28 set. 2024.

CAVAIGNAC, M. D; MAEDA, A. N. **O trabalho do assistente social e a efetivação de direitos sociais**. Libertas on Line DOI: <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2019.v19.27777> disponível em: <https://periodicos.uff.br/index.php/libertas/article/view/27777/18975>. Acesso em: 28 abr. 2024.

CHIACHIO, Neire Bruno. **A Construção dos Serviços de Assistência Social como política pública**. São Paulo. Tese – Pontifica Universidade Católica de São Paulo. 2011

COUTO, Berenice Rojas; Yazbek, M. C; Silva, Maria.O. S; Raichelis, Raquel. (Organizadores) **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

DUARTE, R. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/QPr8CLhy4XhdJsChj7YW7jh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 de jun. 2024.

GUAZI, T.S. **Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas**. Revista Educação, Pesquisa e Inclusão, v. 2, p. 1-20, 2021. Disponível em: Vista do Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas (ufr.br). Acesso em: 14 de jun. 2024.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6 edição. São Paulo: Atlas, 2008, 200p.

IAMAMOTO, M. V. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade**. In: **CFESS. ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS DO/A ASSISTENTE SOCIAL em questão**. Brasília, DF: CFESS, 2012, p. 33 – 74. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2025.

ITÁPOLIS: **Plano Municipal de Assistência Social**. 2022-2025. Disponível em: https://www.itapolis.sp.gov.br/arquivos/plano_municipal_de_assistencia_social_2022_a_2025_05105057.pdf. Acesso em: 23 mar. 2025.

JOSÉ, A. K. G. P. **O Financiamento da Política de Assistência Social em Municípios de Pequeno Porte da Microrregião de Piraju/SP**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2024.120 f.

YAZBEK, M.C. Políticas Sociais Inclusivas: Desafios e Possibilidades. **Cidades e Questões Sociais**. São Paulo: Andross,p.15-3, 2008.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 2ed. São Paulo; Boitempo, 2017.

Medeiros. F. C; Matos.A.C.V; Pagnussat. E; etal. **Entre a benesse e o direito: as políticas de atendimento à população em situação de rua na América Latina (2020)**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/wtr5f3NMbgd6RnnHYJnYBKz/#>. Acesso em: 12 de jun. 2024.

MINAYO, M.C.S; et al. **Pesquisa Social: Teoria Método e Criatividade**. Petrópolis: RJ. Vozes, 21ª edição, 2002, 80p.

NATALINO, C. Marco Antônio. **“Texto para Discussão A População em Situação de Rua nos Números do Cadastro Único”**. Brasília. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).2023.53p.

OLIVEIRA, L. C; MINETTO, G. P. A política de Assistência Social. Dever do estado e Direito do Cidadão: dualidade que requer vontade política. **Aspectos contemporâneos das Ciências Sociais Aplicadas** Estudos em Homenagem à Professora Egli Muniz. Bauru, Sp. p.11-20, 2023.

OLIVEIRA, L.M.F. **O Alcance da proteção social à população em situação de rua: a fuga do paradigma do direito**. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social,2017.

PAULA, D. N. **População em situação de rua: como é retratada pela política social e pela sociedade e os impactos na sua participação**. Dissertação(mestrado) – Faculdade de Serviço Social, Pós Graduação em Serviço Social. PUCRS. Porto Alegre.2012. p.106.

PEREIRA, C. P. **Rua sem Saída: Um Estudo sobre a relação entre o Estado e a População de Rua de Brasília**. Dissertação (mestrado) pós graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília/ UNB, Brasília. 2008. p.127

PEREIRA, C. A. C.; SBARAGLINI, A. A. G.; WOIDA, O. G. R. Vigilância socioassistencial como instrumento de identificação das necessidades da população em situação de pobreza: Contribuições para o enfrentamento da pobreza através da organização dos serviços socioassistenciais. **Aspectos contemporâneos das ciências sociais aplicadas**: Estudos em homenagem à professora Egli Muniz, Bauru, SP.p.87-112, 2023.

REIS, M.S. **Centro de Referência Especializado para a população em situação de rua (Centro POP) de Londrina (PR): Uma análise a partir da perspectiva do usuário**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2014.

REIS, G.D. **População em situação de rua: um reflexo do agravamento do capital** Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista (Unesp). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca. 2020. 125f.

ROCHA, V. **Racismo Estrutural: trajetórias de vida de pessoas negras em situação de rua na cidade de Santos/SP**. Dissertação (mestrado pós-graduação em Serviço Social e Política Sociais – Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, Santos. 2021a.154p.

ROCHA, A.P. **Direitos Humanos e os Determinantes da Colonialidade: Racismo, Colonialismo e Capitalismo**. Revista Serviço Social em Debate, v.4, n.1,2021b. p.5-23.

ROCHA, G. B (2021c) **População em situação de rua no Brasil: O processo de intervenção estatal e suas especificidades no neoliberalismo**. Dissertação Mestrado – UFPB. João Pessoa, 2021.

SANTOS, E.T.A; SARRETA, F. O. População em situação de rua na pandemia: desdobramentos da crise do capital. **SER Social Pandemia de Covid-19 e Políticas Sociais**. Brasília (df), v. 25, nº 51, julho a dezembro de 2022. Disponível em DOI: 10.26512/sersocial.v24i51.42539. 1.out.2024.

SÃO PAULO. **Manual de Políticas Públicas Para Pessoas em Situação de Rua**. 2025. p.75. Disponível em: <https://intranet.mpsp.mp.br/group/intranet/inclusao-social> Acesso em: 20.ago.2025

SÃO PAULO. **Plano Estadual de Assistência Social do Estado de São Paulo 2016 - 2019** p. 222 – 255. Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/1321.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

_____. **Plano Estadual de Assistência Social Peas – 2024-2027**. Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/12/peas-2024-2027.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2025.

_____. Prefeitura. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **Bagageiro**. Terça-feira, 18 de março de 2025. Disponível em:

https://prefeitura.sp.gov.br/web/assistencia_social/w/assistencia_social/331246.

Acesso em: 12 jun. 2025.

_____. Fundação SEADE – **Perfil dos Municípios Paulistas**. Disponível em <https://perfil.seade.gov.br/>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SEMZEZEM, P. **A Segurança de Acolhida e as suas compreensões no Serviço de Proteção Social Básica**. Londrina. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social. 2012, 167f.

SILVA, M. L. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. Dissertação (mestrado) Universidade de Brasília, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós Graduação em Política Social. 2006.

TIENGO, V.M. **População em situação de rua: O Fruto Necessário à Reprodução Capitalista e a Funcionalidade do Trabalho Informal**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Sociais Jurídicas e Econômicas. Vitória. 2016. 152f.

TIENGO, V. M. **A Pandemia e seus Impactos para a População em Situação de Rua**. *Revista de Políticas Públicas* .2021. Disponível em DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v25n1p46-62>. Acesso em 14. Nov.2024. Acesso em: 1 abr. 2025.

TIENGO, V.M. **População em situação de rua no encantado mundo do capital e respostas das políticas sociais**. Tese (Doutorado em Política Social), Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Sociais Jurídicas e Econômicas. Vitória. 2023. 309 f.

TROVÃO, C. J. B. M.; ARAÚJO, J. B. de. **Reformas trabalhistas, flexibilização e novas formas de contratação: impactos sobre o mercado de trabalho no Brasil de 2012 a 2019**. RBEST Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho, Campinas, SP, v. 2, n. 00, p. e020009, 2020. DOI: 10.20396/rbest.v2i00.13304. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rbest/article/view/13304>. Acesso em: 15 abr. 2024.

VARANDAS, F.S. **Seguridade Social Brasileira: a rede socioassistencial no município de Igarapu do Tietê /Sp.** Franca:[s.n.]. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. 2017. 191f.

ANEXO I

Roteiro de questões abertas - Gestão da política de Assistência Social

Eixo Proteção Social

1. Existem recursos específicos da política de assistência social destinados ao atendimento às pessoas em situação de rua? Qual é a natureza desses recursos (fonte, periodicidade). Entende a necessidade de ampliação desse recurso?
2. Quais os serviços disponibilizados para atendimento das pessoas em situação de rua que existem no município em relação à: alimentação, local de higienização e lavagem de roupas para os usuários, escuta qualificada, informação, outras áreas? Quais são específicos da política de assistência social?
3. Existe benefícios de transferência de renda ou benefícios eventuais destinados às pessoas em situação de rua?
4. Quais os principais avanços e desafios encontradas no atendimento às pessoas em situação de rua?
5. O município disponibiliza abrigo provisório no período de inverno, como funciona esse atendimento (horário, local, pessoas envolvidas, alimentação, média de usuários atendidos)? Qual sua avaliação sobre a organização estabelecida?
6. O município possui uma política habitacional voltada ao atendimento às pessoas em situação de rua? Caso negativo existe a previsão de tal implantação?

Eixo Gestão

7. O quadro de recursos humanos da política de assistência social voltado ao atendimento das pessoas em situação de rua se mostra suficiente em sua avaliação? Esse quadro é composto por quais profissionais?
8. Quais formas utilizadas pela política de assistência social para sistematizar as informações referentes as pessoas em situação de rua?
9. O Serviço de Vigilância Socioassistencial já foi implantado?
10. Em sua percepção houve alteração do perfil apresentado pela população em situação de rua após a pandemia? O quantitativo de pessoas nessa condição cresceu no município?

Eixo Controle Social e Trabalho em Rede

11. São efetivadas ações específicas direcionadas para a inclusão das pessoas em situação de rua em espaços de discussão e controle das políticas públicas (Conferências Municipais, Conselhos de Direitos)?

12. São realizadas ações articuladas com os órgãos que integram as demais esferas do governo para atendimento às pessoas em situação de rua (Diretoria de Assistência e Desenvolvimento Social – DRADS, Ministério Público e Tribunal de Justiça)? O trabalho com esses órgãos é avaliado como positivo? Qual sua expectativa com relação à articulação com esses órgãos?

13. A articulação com as demais políticas públicas se apresenta um desafio? Existe implantado no município do Comitê Gestor Intersetorial integrado por representantes das áreas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua?

Eixo Estigmas /Preconceito

14. Percebe a efetivação de ações de caráter higienista no município? Quais estratégias adotadas para enfrentamento?

15. Em sua avaliação existem estigmas e preconceitos que interferem no trabalho desenvolvido pela Política de Assistência Social?

ANEXO II

Roteiro de questões abertas – Equipe técnica responsável pelo atendimento direto das pessoas em situação de rua

Eixo Caracterização das pessoas em situação de rua

- 1.Quantos usuários em situação de rua são atendidos mensalmente pelo serviço? Existe uma diferença entre o quantitativo de homens e mulheres?
- 2.Existem famílias em situação de rua? Quais suas principais composições?
- 3.Quais as principais demandas dos usuários em situação de rua atendidos? No cotidiano é possível atender todas as demandas? Avalia que existem demandas que não são atendidas?
- 4.Existe um levantamento de quantas pessoas em situação de rua atendidas são naturais do município? Elas possuem vínculo com familiares? Possuem residência? Existe um local específico de concentração dessas pessoas no município (praça, comércio, rodoviária, centro, periferia)?
- 5.Em sua percepção, quais os motivos que causam a permanência das pessoas nas ruas? Observa alteração do perfil apresentado pela população em situação de rua após a pandemia? O quantitativo de pessoas nessa condição cresceu no município?

Eixo Proteção Social

- 6.É disponibilizada alimentação, local de higienização e lavagem de roupas para os usuários?
- 7.O atendimento aos usuários ocorre por demanda espontânea ou agendamento? Os usuários solicitam por atendimento técnico, ou a busca pelo serviço se apresenta mais atrelada ao acesso aos serviços de higiene e alimentação?
- 8.Quais ações técnicas são realizadas para atendimento ao respectivo público (entrevista individual, ação coletiva, busca ativa, elaboração de plano de atendimento individual)? Qual periodicidade?
- 9.É possível realizar um trabalho voltado ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários? Quais ações são realizadas? Em sua avaliação quais as facilidades e dificuldades enfrentadas para efetivação do trabalho nessa perspectiva?
- 10.As pessoas em situação de rua no município exercem algum tipo de atividade laboral? Caso negativo, solicitam a inserção em atividades de geração de renda ou inserção no mercado de trabalho? O município desenvolve ações que fomentem tal inserção?

11. Durante o atendimento, os usuários indicam o interesse pela permanência em abrigos provisórios? Existe algum atendimento/parceria que disponibilize esse tipo de atendimento?

12. Caso o município disponibilize abrigo provisório no período de inverno, como funciona esse atendimento (horário, local, pessoas envolvidas, alimentação, média de usuários atendidos)? Qual sua avaliação sobre a organização estabelecida?

Eixo Gestão

13. O quadro de recursos humanos voltado ao atendimento das pessoas em situação de rua se mostra suficiente em sua avaliação? Qual o total de casos atendidos e acompanhados pela unidade de CREAS (total geral de casos e de pessoas em situação de rua)?

14. Possui conhecimento do quantitativo de usuários em situação de rua que possui acesso a benefícios de transferência de renda, eles solicitam apoio para administração desse benefício? Qual as formas de utilização desse benefício pelos usuários, sabe informar?

Eixo Controle Social e Trabalho em Rede

15. Encontra dificuldades para a realização de um trabalho articulado com a área da saúde e demais políticas públicas?

16. Entende a necessidade de participação de ações de capacitação e formação continuada que abordem o atendimento ao público em discussão?

17. São efetivadas discussões de casos com os demais atores da rede? Se sim, é possível exemplificar como se constitui essa rede?

18. Participa de Conselhos de Direitos? Caso afirmativo, a realidade das pessoas em situação de rua do município já foi alvo das discussões efetivadas nesse espaço?

19. São efetivadas ações específicas direcionadas para a inclusão das pessoas em situação de rua em espaços de discussão e controle das políticas públicas (Conferências Municipais, Conselhos de Direitos)?

Eixo Estigmas /Preconceito

20. Percebe a efetivação de ações de caráter higienista no município? Quais estratégias adotadas para enfrentamento?

21. Em sua avaliação existem estigmas e preconceitos que interferem no trabalho desenvolvido pela Política de Assistência Social?

Eixo Racismo

22.Em sua avaliação existe um significativo número de pessoas negras em situação de rua no município?

23.No cotidiano de trabalho é possível visualizar as implicações do racismo estrutural na realidade das pessoas em situação de rua?

ANEXO III

Formulário de Entrevista - Pessoas em situação de rua

Eixo Caracterização das pessoas em situação de rua

1. A quanto tempo vive em situação de rua?
2. O que motivou sua permanência nas ruas?
3. Qual seu local de origem (município, estado) e idade?
4. Caso não seja natural do município, o que motivou a procura e permanência no município?
5. Qual é a sua cor/raça, gênero, escolaridade e profissão?
6. Possui quais documentos de identificação pessoa () RG, () CPF () Título de Eleitor
7. Quais principais estratégias utilizadas para sobrevivência nas ruas (vivência em grupos, local específico para abrigo, realização de atividades laborativas, outras)?
8. Possui vínculos com familiares? Caso positivo, avalia como positivo esses vínculos? Caso negativo, possui interesse em retomar os contatos?
9. Possui interesse em iniciar o processo de saída das ruas?

Eixo Proteção Social

10. Como você avalia as ações executadas pela Política de Assistência Social? Os serviços atendem suas necessidades? Quais suas expectativas sobre esse atendimento?
 11. Já houve negativas de atendimento pelos profissionais da Política de Assistência Social? Caso positivo, por quais motivos?
 12. Você possui acesso a algum benefício disponibilizado pela política de assistência social?
() Benefícios eventuais,
() Benefício de transferência de renda – Programa Bolsa Família ou
() Benefício de Prestação Continuada – BPC
() Outros
-

13. Já frequentou algum abrigo provisório ofertado pelo município? Caso positivo, qual sua avaliação sobre esse atendimento?

Eixo Controle Social e Trabalho em Rede

14. Como você avalia os atendimentos realizados pela área da Saúde e demais políticas públicas. Os serviços atendem suas necessidades? Quais suas expectativas sobre esse atendimento?

15. Já houve negativas de atendimento pelos profissionais da Política de Saúde e demais políticas públicas? Caso positivo, por quais motivos?

16. Possui conhecimento das legislações que garantem direitos às pessoas em situação de rua?

17. Já participou de espaços de discussão que tratam da execução das políticas públicas? Caso positivo, avalia tal participação como positiva? Caso negativo, possui interesse em ocupar tais espaços (Conselho de Direitos, Reuniões de Orçamento Participativo)?

18. Já participou de movimentos sociais ou associativismo ou espaços de convívio (movimento de catadores de materiais recicláveis, reuniões CREAS, outros)? Caso positivo, avalia tal participação como positiva? Caso negativo, possui interesse em ocupar tais espaços?

19. Exerce o direito ao voto?

20. Participa de alguma instituição religiosa? Caso positivo, avalia tal participação como positiva? Caso negativo, possui interesse de participação?

Eixo Estigmas /Preconceito

21. Você já vivenciou atitudes preconceituosas associadas pela sua vivência em situação de rua? Caso positivo, indique quais foram as situações?

22. Caso já tenha vivenciado ações preconceituosas, essas situações foram vivenciadas com pessoas da comunidade ou com profissionais dos serviços públicos?

23. Já foi impedido de acessar áreas comerciais e uso do transporte público?

ANEXO IV

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Reflexões sobre a execução da política de assistência social no atendimento às pessoas em situação de rua em municípios de pequeno porte II que integram a área regional de Bauru do Ministério Público do Estado de São Paulo

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar da pesquisa Reflexões sobre a execução da política de assistência social no atendimento às pessoas em situação de rua em municípios de pequeno porte II que integram a área regional de Bauru do Ministério Público do Estado de São Paulo, a ser realizada (ÓRGÃO GESTOR /CREAS).

O objetivo da pesquisa é refletir sobre a execução da política de assistência social no atendimento às pessoas em situação de rua em municípios de pequeno porte II que integram a área regional de Bauru do Ministério Público do Estado de São Paulo: Bariri, Igarapu do Tietê e Itápolis. Os objetivos secundários abarcam o levantamento das ações realizadas pelos municípios na área da assistência social voltadas ao atendimento das pessoas em situação de rua; identificação dos aspectos facilitadores e as dificuldades encontradas pelos representantes da política de assistência social para o atendimento as pessoas em situação de rua; verificação da perspectiva das pessoas em situação de rua frente à execução da política de assistência social.

Sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma: participação em entrevista semiestruturada. A ser realizada no órgão gestor / secretária de assistência social ou na própria unidade do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas com período de duração entre 30 minutos e 1 h.

A participação nesta pesquisa oferece risco ou desconforto no que se refere ao possível constrangimento, na medida em que poderão ser lembradas algumas situações não agradáveis, como por exemplo, os entraves do cotidiano profissional para execução da política de assistência social no atendimento às pessoas em situação de rua, o que pode gerar desconforto ou constrangimento.

O manejo dos riscos indicados será realizado a partir de uma postura acolhedora, da busca da realização da entrevista em ambiente que garanta o sigilo, de modo a oportunizar que as pessoas participantes da pesquisa se sintam à vontade para falar ou manter o silêncio.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

Esclarecemos ainda, que você não pagará e nem será remunerado(a) por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação.

Como possíveis benefícios, espera-se que as entrevistas realizadas possam ser um instrumento de problematização e mobilização, e que permitam a visualização das ações que se apresentam potentes para a proteção social das pessoas em situação de rua, bem como, a análise das ações que necessitam ser aprimoradas pelo município para fortalecer o atendimento ao respectivo público. A forma de acesso dos resultados da pesquisa aos sujeitos participantes será efetivada através do envio da pesquisa finalizada, por meio de arquivo digital, ao e-mail indicado pelo gestor participante da pesquisa.

Segundo o site do CEP: “O Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP-UEL) é um colegiado de avaliação de projetos de pesquisa. O CEP-UEL foi criado em 1997 para atender as resoluções do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde que normatiza as pesquisas envolvendo seres humanos seguindo uma tendência mundial de defesa aos participantes de pesquisa. A avaliação ética dos projetos de pesquisa do CEP-UEL é pautada nas resoluções vigentes do Ministério da Saúde ([Resolução 466/2012](#) e [Resolução 510/2016](#)) e na Norma Operacional do Conselho Nacional de Saúde ([Normal Operacional CNS 001/2013](#)).

Caso você tenha dúvidas ou necessite de mais esclarecimentos poderá contatar a pesquisadora Karla Gimenes Antiquera Carlos, através do telefone 14- [REDACTED], ou através do endereço: Rua [REDACTED] Bauru, ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, situado junto ao prédio do LABESC – Laboratório Escola, no Campus Universitário, telefone 3371-5455, e-mail: cep268@uel.br.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue a você.

MUNICÍPIO ___ de _____ de 20 ___.

Pesquisador Responsável

RG: _____

Eu, _____ (COLOCAR NOME POR EXTENSO DO PARTICIPANTE DA PESQUISA), tendo sido devidamente

esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar voluntariamente da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): _____

Data: _____

ANEXO V

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Reflexões sobre a execução da política de assistência social no atendimento às pessoas em situação de rua em municípios de pequeno porte II que integram a área regional de Bauru do Ministério Público do Estado de São Paulo

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar da pesquisa Reflexões sobre a execução da política de assistência social no atendimento às pessoas em situação de rua em municípios de pequeno porte II que integram a área regional de Bauru do Ministério Público do Estado de São Paulo, a ser realizada (CREAS).

O objetivo da pesquisa é refletir sobre a execução da política de assistência social no atendimento às pessoas em situação de rua em municípios de pequeno porte II que integram a área regional de Bauru do Ministério Público do Estado de São Paulo: Bariri, Igarapu do Tietê e Itápolis. Os objetivos secundários abarcam o levantamento das ações realizadas pelos municípios na área da assistência social voltadas ao atendimento das pessoas em situação de rua; identificação dos aspectos facilitadores e as dificuldades encontradas pelos representantes da política de assistência social para o atendimento as pessoas em situação de rua; verificação da perspectiva das pessoas em situação de rua frente à execução da política de assistência social.

Sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma: participação em entrevista semiestruturada a ser realizada na própria unidade do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas com período de duração entre 30 minutos e 1 h.

A participação nesta pesquisa oferece risco ou desconforto no que se refere ao possível constrangimento, na medida em que poderão ser lembradas algumas situações não agradáveis, como por exemplo, os entraves do cotidiano profissional

para execução da política de assistência social no atendimento às pessoas em situação de rua, o que pode gerar desconforto ou constrangimento.

O manejo dos riscos indicados será realizado a partir de uma postura acolhedora, da busca da realização da entrevista em ambiente que garanta o sigilo, de modo a oportunizar que as pessoas participantes da pesquisa se sintam à vontade para falar ou manter o silêncio.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

Esclarecemos ainda, que você não pagará e nem será remunerado(a) por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação.

Como possíveis benefícios, espera-se que as entrevistas realizadas possam ser um instrumento de problematização e mobilização, e que permitam a visualização das ações que se apresentam potentes para a proteção social das pessoas em situação de rua, bem como, a análise das ações que necessitam ser aprimoradas pelo município para fortalecer o atendimento ao respectivo público. A forma de acesso dos resultados da pesquisa aos sujeitos participantes será efetivada através do envio da pesquisa finalizada, por meio de arquivo digital, ao e-mail indicado pelo profissional participante da pesquisa.

Segundo o site do CEP: “O Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP-UEL) é um colegiado de avaliação de projetos de pesquisa. O CEP-UEL foi criado em 1997 para atender as resoluções do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde que normatiza as pesquisas envolvendo seres humanos seguindo uma tendência mundial de defesa aos participantes de pesquisa. A avaliação ética dos projetos de pesquisa do CEP-UEL é pautada nas resoluções vigentes do Ministério da Saúde ([Resolução 466/2012](#) e [Resolução 510/2016](#)) e na Norma Operacional do Conselho Nacional de Saúde ([Normal Operacional CNS 001/2013](#)).

Caso você tenha dúvidas ou necessite de mais esclarecimentos poderá contatar a pesquisadora Karla Gimenes Antiquera Carlos, através do telefone 14-

bauru, ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, situado junto ao prédio do LABESC – Laboratório Escola, no Campus Universitário, telefone 3371-5455, e-mail: cep268@uel.br.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue a você.

MUNICÍPIO ___ de _____ de 20__.

Pesquisador Responsável

RG: _____

Eu, _____ (COLOCAR NOME POR EXTENSO DO PARTICIPANTE DA PESQUISA), tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar voluntariamente da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): _____

Data: _____

ANEXO VI

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Reflexões sobre a execução da política de assistência social no atendimento às pessoas em situação de rua em municípios de pequeno porte II que integram a área regional de Bauru do Ministério Público do Estado de São Paulo

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar da pesquisa Reflexões sobre a execução da política de assistência social no atendimento às pessoas em situação de rua em municípios de pequeno porte II que integram a área regional de Bauru do Ministério Público do Estado de São Paulo, a ser realizada (CREAS/ próprio local que se encontra em situação de rua).

O objetivo da pesquisa é refletir sobre a execução da política de assistência social no atendimento às pessoas em situação de rua em municípios de pequeno porte II que integram a área regional de Bauru do Ministério Público do Estado de São Paulo: Bariri, Igarapu do Tietê e Itápolis. Os objetivos secundários abarcam o levantamento das ações realizadas pelos municípios na área da assistência social voltadas ao atendimento das pessoas em situação de rua; identificação dos aspectos facilitadores e as dificuldades encontradas pelos representantes da política de assistência social para o atendimento as pessoas em situação de rua; verificação da perspectiva das pessoas em situação de rua frente à execução da política de assistência social.

Sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma: participação em entrevista semiestruturada a ser realizada na própria unidade do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas, ou caso prefira, no próprio local que se encontra em situação de rua.

A participação nesta pesquisa oferece risco ou desconforto no que se refere ao possível constrangimento, na medida em que poderão ser lembradas algumas situações não agradáveis, como por exemplo, as experiências anteriores que motivaram a permanência nas ruas.

O manejo dos riscos indicados será realizado a partir de uma postura acolhedora, da busca da realização da entrevista em ambiente que garanta o sigilo, de modo a oportunizar que as pessoas participantes da pesquisa se sintam à vontade para falar ou manter o silêncio.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas

informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

Esclarecemos ainda, que você não pagará e nem será remunerado(a) por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação.

Como possíveis benefícios, espera-se que as entrevistas realizadas possam ser um instrumento de problematização e mobilização, e que permitam a visualização das ações que se apresentam potentes para a proteção social das pessoas em situação de rua, bem como, a análise das ações que necessitam ser aprimoradas pelo município para fortalecer o atendimento ao respectivo público. A forma de acesso dos resultados da pesquisa aos sujeitos participantes será efetivada através da entrega, pelos profissionais do Creas, da cópia impressa da pesquisa finalizada.

Segundo o site do CEP: “O Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP-UEL) é um colegiado de avaliação de projetos de pesquisa. O CEP-UEL foi criado em 1997 para atender as resoluções do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde que normatiza as pesquisas envolvendo seres humanos seguindo uma tendência mundial de defesa aos participantes de pesquisa. A avaliação ética dos projetos de pesquisa do CEP-UEL é pautada nas resoluções vigentes do Ministério da Saúde ([Resolução 466/2012](#) e [Resolução 510/2016](#)) e na Norma Operacional do Conselho Nacional de Saúde ([Normal Operacional CNS 001/2013](#)).

Caso você tenha dúvidas ou necessite de mais esclarecimentos poderá contatar a pesquisadora Karla Gimenes Antiquera Carlos, através do telefone 14-

[REDACTED]
Bauru, ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, situado junto ao prédio do LABESC – Laboratório Escola, no Campus Universitário, telefone 3371-5455, e-mail: cep268@uel.br.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue a você.

MUNICÍPIO, ___ de _____ de 20__.

Pesquisador Responsável

RG: _____

Eu, _____ (COLOCAR NOME POR EXTENSO DO PARTICIPANTE DA PESQUISA), tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar voluntariamente da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): _____

Data: _____

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA - UEL



ANEXO VII

Parecer da plataforma Brasil

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Reflexões sobre a execução da política de assistência social no atendimento às pessoas em situação de rua em municípios de pequeno porte II que integram a área regional de Bauru do Ministério Público do Estado de São Paulo

Pesquisador: KARLA GIMENES ANTIQUERA
CARLOS **Área Temática:**

Versão: 3

CAAE: 82394124.8.0000.5231

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Londrina - UEL

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.122.706

Apresentação do Projeto:

Desenho: Pesquisa descritiva de natureza qualitativa. Será construída por meio de pesquisa documental e de campo. No que tange a essa última será construída por meio de entrevista semiestruturada com DUAS pessoas em situação de rua atendidas PELA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL de cada município alvo da pesquisa, com UM gestor da política de assistência social e com UM ASSISTENTE SOCIAL DO

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS DE CADA MUNICÍPIO.

Informações coletadas serão analisadas em eixos analíticos descritos nesse

projeto Resumo:

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo refletir sobre a execução da política de assistência social no atendimento às pessoas em situação de rua em municípios de pequeno porte II que integram a área regional de Bauru do Ministério Público do Estado de São Paulo: Bariri, Igarapu do Tietê e Itápolis. Esses municípios apresentam um quantitativo significativo de pessoas em situação de rua, de acordo com os dados apresentados pelo Observatório Nacional dos Direitos Humanos - Observa DH; ademais, são municípios que não possuem serviços de acolhimento de alta complexidade (Abrigo Institucional/ Casa de Passagem/República) destinados ao atendimento de pessoas em situação de rua. Tal cenário exige que cada município realize ações específicas para o atendimento das demandas desse público realidade que pode ser compreendida como um desafio para os gestores da política em questão. Nesse contexto, acredita-se que a realização dessa pesquisa permitirá compreender se a organização da rede de atendimento existente nesses municípios possibilita o atendimento das demandas desse público, e se a ausência de serviços de alta complexidade se apresenta um desafio para o atendimento às pessoas em situação de rua. Cabe destacar que para concretização do presente estudo, pretende-se realizar uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa, uma pesquisa documental, além da pesquisa de campo. O conteúdo apresentado na presente pesquisa será norteado ainda, pelo acesso ao referencial bibliográfico que trata da temática em discussão. A coleta de dados será efetivada a partir da realização de entrevista semiestruturada com as pessoas em situação de rua atendidas pelos serviços socioassistenciais, com os gestores da política de assistência social, com os profissionais responsáveis pela execução dos serviços e benefícios disponibilizados pela respectiva política ao público-alvo desse estudo. No que tange à análise de dados, pretende-se classificar as informações coletadas em eixos analíticos. Com a proposta de aprofundar os conhecimentos sobre a política de atendimento às pessoas em situação de rua em municípios de pequeno porte, este estudo apresenta como objetivo geral a reflexão sobre a execução da política de assistência social no atendimento às pessoas em situação de rua em municípios de pequeno porte II que integram a área regional de Bauru do Ministério Público do Estado de São Paulo, os objetivos específicos abarcam o levantamento das ações realizadas pelos municípios na área da assistência social voltadas ao atendimento das pessoas em situação de rua; a identificação dos aspectos facilitadores e as dificuldades encontradas pelos representantes da política de assistência social para o atendimento as pessoas em situação de rua e a verificação da perspectiva das pessoas em situação de rua frente à execução da respectiva política. Ademais, pretende-se organizar esse estudo em três capítulos os quais seguem: a população em situação de rua: a invisibilidade de uma estratégia de sobrevivência; a política de assistência social nos municípios de pequeno porte II; os serviços de assistência à população em situação de rua nos municípios de Bariri, Igarapu do Tietê e Itápolis. Os municípios de pequeno porte apresentam fragilidades no que tange a política de assistência as pessoas em situação de rua. Critério de Inclusão:

SEGUE ABAIXO OS CRITÉRIOS DE INCLUSÃO UTILIZADOS PARA ESCOLHA DOS SUJEITOS PARTICIPANTES DESSA PESQUISA:

Gestores ; Cada município possui um gestor da política de assistência social que será recrutado para participação da pesquisa; Profissionais ; Um assistente social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social ; CREAS que possui maior tempo de experiência no atendimento às pessoas em situação de rua, de cada município participante da pesquisa; Pessoas em situação de rua ; Duas pessoas que estão a mais tempo em situação de rua e que já foram atendidas pela política de assistência social, em cada município participante da pesquisa; Critério de Exclusão: SEGUE ABAIXO OS CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO UTILIZADOS PARA ESCOLHA DOS SUJEITOS PARTICIPANTES DESSA PESQUISA:

Gestores - Os gestores que não atuam na política de assistência social de cada município participante da pesquisa e/ou os gestores que, embora atuem na política de assistência social, se recusem a participar da pesquisa; Profissionais ; Os assistentes sociais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social ; CREAS que não possuem experiência no atendimento às pessoas em situação de rua e/ou assistentes sociais que, embora possuam experiência no atendimento ao respectivo público, se recusem a participar da pesquisa, bem como os profissionais que possuem menor tempo de experiência no atendimento ao respectivo público; Pessoas em situação de rua - As pessoas que estão apenas a um mês na rua e/ou pessoas que, embora estejam a muito tempo na rua, se recusem a participar da pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Refletir sobre a execução da política de assistência social no atendimento às pessoas em situação de rua em municípios de pequeno porte II que integram a área regional de Bauru do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Objetivo Secundário:

Levantar as ações realizadas pelos municípios na área da assistência social voltadas ao atendimento das pessoas em situação de rua; Identificar os aspectos facilitadores e as dificuldades encontradas pelos representantes da política de assistência social para o atendimento as pessoas em situação de rua; Verificar a perspectiva das pessoas em situação de rua frente à execução da política de assistência social.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

GESTORES - A PARTICIPAÇÃO NESTA PESQUISA OFERECE RISCO OU DESCONFORTO NO QUE SE REFERE AO POSSÍVEL

CONSTRANGIMENTO, NA MEDIDA EM QUE PODERÃO SER RELEMBRADAS ALGUMAS SITUAÇÕES NÃO AGRADÁVEIS, COMO POR

EXEMPLO, OS ENTRAVES DO COTIDIANO PROFISSIONAL PARA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ATENDIMENTO

ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, O QUE PODE GERAR DESCONFORTO OU CONSTRANGIMENTO.

PROFISSIONAIS - A PARTICIPAÇÃO NESTA PESQUISA OFERECE RISCO OU DESCONFORTO NO

QUE SE REFERE AO POSSÍVEL

CONSTRANGIMENTO, NA MEDIDA EM QUE PODERÃO SER RELEMBRADAS ALGUMAS SITUAÇÕES NÃO AGRADÁVEIS, COMO POR

EXEMPLO, OS ENTRAVES DO COTIDIANO PROFISSIONAL PARA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ATENDIMENTO

ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, O QUE PODE GERAR DESCONFORTO OU CONSTRANGIMENTO

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA - A PARTICIPAÇÃO NESTA PESQUISA OFERECE RISCO OU

DESCONFORTO NO QUE SE REFERE AO

POSSÍVEL CONSTRANGIMENTO, NA MEDIDA EM QUE PODERÃO SER RELEMBRADAS ALGUMAS

SITUAÇÕES NÃO AGRADÁVEIS, COMO

POR EXEMPLO, AS EXPERIÊNCIAS ANTERIORES QUE MOTIVARAM A PERMANÊNCIA NAS RUAS.

Benefícios: Espera-se que as entrevistas realizadas possam ser um instrumento de problematização e mobilização, e que permitam a visualização das ações que se apresentam potentes para a proteção social das pessoas em situação de rua, bem como, a análise das ações que necessitam ser aprimoradas pelo município para fortalecer o atendimento ao respectivo público.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não há.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentou Folha de Rosto assinada por KARLA GIMENES ANTIQUERA CARLOS (pesquisadora responsável). Também assinada por Andréa Pires Rocha (Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social e UEL).

Apresentou Informações Básicas do Projeto;

Apresentou Projeto de Pesquisa,

Instrumentos de pesquisa: no Projeto Detalhado apresenta os roteiros de entrevistas semiestruturadas para os três tipos de participantes.

Apresentou Termo de Confidencialidade e Sigilo, assinado KARLA GIMENES ANTIQUERA CARLOS

(pesquisadora responsável)

Declaração de Concordância de Instituição Co-Participante. A pesquisadora apresenta declarações de concordância da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Igarapu do Tietê (SP), da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Itápolis (SP) e da Diretoria de Assistência Social de Bariri (SP).

Apresenta Orçamento no valor de R\$ 1500,00.

Apresenta Cronograma.

TCLEs, com número de páginas.

Recomendações:

Em caso de dúvidas sobre os ajustes solicitados, os pesquisadores podem procurar algum dos representantes do seu Centro junto ao Comitê de Ética: <http://www.uel.br/comites/cepesh/pages/composicao-demembros.php>). Uma das funções dos avaliadores do CEP é de caráter pedagógico e, assim, estão à disposição para sanar dúvidas sobre as avaliações de pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

PENDÊNCIA 1: Nos documentos Informações Básicas e Projeto Detalhado solicita-se informar: a. os critérios de inclusão e exclusão; b. forma de recrutamento dos participantes

da pesquisa: gestores, profissionais e pessoas em situação de rua; c. o manejo dos riscos indicados.

PENDÊNCIA ATENDIDA.

PENDÊNCIA 2: Solicita-se inserir nos documentos apresentados (Informações Básicas, Projeto Detalhado e TCLE) o local das entrevistas e a sua duração estimada.

PENDÊNCIA ATENDIDA.

PENDÊNCIA 3: em todos TCLEs solicita-se inserir: a. local e tempo estimado da duração da entrevista; b. informar como a pesquisadora irá manejar os riscos da pesquisa; c. informar endereço da pesquisadora responsável; d. informar a forma de acesso dos resultados da pesquisa; e. inserir número de páginas.

Solicita-se inserir número de páginas nos TCLEs.

PENDÊNCIA ATENDIDA.

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado(a) Pesquisador(a),

Este é seu parecer final de aprovação, vinculado ao Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina. É sua responsabilidade apresenta-Lo aos órgãos e/ou instituições pertinentes.

Ressaltamos, para início da pesquisa, as seguintes atribuições do pesquisador, conforme Resolução CNS 466/2012 e 510/2016:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2394144.pdf	01/10/2024 14:28:54		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeConsentimentoLivreeEsclarecidopoprualtapolis.docx	01/10/2024 14:27:03	KARLA GIMENES ANTIQUERA CARLOS	Aceito

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeConsentimentoLivreeEsclarecid opoprualGaracu.docx	01/10/2024 14:26:47	KARLA GIMENES ANTIQUERA CARLOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeConsentimentoLivreeEsclarecid opoprualBariri.docx	01/10/2024 14:26:24	KARLA GIMENES ANTIQUERA CARLOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeConsentimentoLivreeEsclarecid ogestoresItapolis.docx	01/10/2024 14:26:04	KARLA GIMENES ANTIQUERA CARLOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeConsentimentoLivreeEsclarecid ogestoresBariri.docx	01/10/2024 14:25:48	KARLA GIMENES ANTIQUERA CARLOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeConsentimentoLivreeEsclarecid oCREASItapolis.docx	01/10/2024 14:25:30	KARLA GIMENES ANTIQUERA CARLOS	Aceito

A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe:

- conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido;
- apresentar dados solicitados pelo sistema CEP/CONEP a qualquer momento;
- desenvolver o projeto conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção;
- elaborar e apresentar os relatórios parciais e final;
- manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;

- encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores e pessoal técnico integrante do projeto;
- justificar fundamentadamente, perante o sistema CEP/CONEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Coordenação CEP/UEL.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeConsentimentoLivreeEsclarecidoCREASlgaracudoTiete.docx	01/10/2024 14:25:12	KARLA GIMENES ANTIQUERA CARLOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeConsentimentoLivreeEsclarecidoCREASBariri.docx	01/10/2024 14:24:39	KARLA GIMENES ANTIQUERA CARLOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLgestoresigaracudotiete.docx	01/10/2024 14:24:06	KARLA GIMENES ANTIQUERA CARLOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODEPESQUISAKarlaGimenesAntiqueraCarlosoutubro2024.docx	01/10/2024 14:23:43	KARLA GIMENES ANTIQUERA CARLOS	Aceito
Outros	cartaresposta110920240OUTUBRO2024.docx	01/10/2024 14:22:00	KARLA GIMENES ANTIQUERA CARLOS	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoassinada14deagosto.pdf	14/08/2024 22:11:47	KARLA GIMENES ANTIQUERA CARLOS	Aceito

Página 07 de

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

LONDRINA, 04 de Outubro de 2024

Assinado por:
Adriana Lourenço Soares Russo
(Coordenador(a))